



***A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A Cidade Antiga” como
prelúdio da Modernidade***

JANIO GUSTAVO BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA:

***A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A Cidade Antiga” como
prelúdio da Modernidade***

JANIO GUSTAVO BARBOSA

NATAL/RN
2008

JANIO GUSTAVO BARBOSA

A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A Cidade Antiga” como prelúdio da Modernidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa II: Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

Prof.^a Dr.^a MARIA EMÍLIA MONTEIRO PORTO

NATAL /RN
2008

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Barbosa, Janio Gustavo.

A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A Cidade Antiga” como prelúdio da modernidade. / Janio Gustavo Barbosa. – Natal, RN, 2008.
171 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Emília Monteiro Porto.

Área de concentração: História e Espaços.

Linha de pesquisa: Cultura, Poder e Representações Espaciais.

1. A Cidade Antiga – Fustel de Coulanges – Dissertação. 2. França – Cidade – Nação – Instituição – Dissertação. 3. Historiografia – Século XIX – Dissertação. I. Porto, Maria Emília Monteiro (Orient.). II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 930.2

JANIO GUSTAVO BARBOSA

A festa da urbe e o nascimento da cidade: “A Cidade Antiga” como prelúdio da Modernidade

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ___/___/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Emília Monteiro Porto

Prof. Dr. Hélder do Nascimento Viana

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Prof. Dr. Almir de Carvalho Bueno (Suplente)

NATAL/RN
2008

Aos meus pais, família e amigos

AGRADECIMENTOS

Podemos dizer que esse é o resultado de 26 anos de dedicação e confiança de infinitas pessoas que passaram por minha vida. Considerável número de pessoas que marcaram um caminho trilhado por mim, mas acompanhado por inúmeras almas que me ensinaram a dar cada passo, romper cada fronteira, transpor obstáculos e construir novas estradas para a partir daí ter autonomia suficiente para acompanhar outras pessoas.

Sem dúvida nenhuma o começo desta estrada foi possível pela figura da minha mãe, a quem dedico esse trabalho. Eu tinha tudo para ser mais um número, mais um, um qualquer. Entretanto, projetando em mim tudo aquilo que tentaram lhe tirar, Maria Zilneide Barbosa, deu o que de mais importante tinha para garantir um caminho feliz, um caminho virtuoso, um caminho que pudesse olhar para trás e me orgulhar dos sucessos e das aflições pelas quais passamos. Nossas dificuldades econômicas serviram para o desenvolvimento da nossa relação, do nosso companheirismo e de nossa admiração mútua. A minha mãe devo tudo. Juntamente com ela Tarcísio de Lucena Beltrão foi o espelho de corretude, honradez e influência política que tive. Acima de tudo um torcedor, foi ele quem me apontou estradas e desafios maiores para trilhar. Se minha mãe ensinou a possibilidade de andar ele dimensionou as possibilidades desta caminhada, foi o carinho dele por mim, sempre encarado como carinho de um pai que oficialmente nunca tive, mas que efetivamente sempre existiu, que me incentivou a andar cada vez mais em frente.

Além destas pessoas essa caminhada por algum tempo foi feita com Úrsula Andréa. Incentivadora e uma das responsáveis de não ter voltado toda a minha caminhada e desistido. Sua ternura e sua franqueza ajudaram na minha formação enquanto homem e me asseguraram sua companhia por alguns anos. A ela toda minha gratidão!

Sem dúvida não poderia esquecer as pessoas que ao longo destes anos têm entrado na minha vida de maneira carinhosa e decisiva. Como poderia esquecer de Eugenio Borges, amigo, irmão, terno, carinhoso, abriu tantas portas, sofreu comigo, chorou comigo, me abraçou, me adotou, me deu oportunidades e me ensina somente com sua presença. A ele devo a sustentabilidade dos últimos dois anos seja do ponto de vista emocional quanto profissional.

Aos amigos da SEDIS – Secretaria de Educação a Distância – com quem aprendi muito, desde as professoras como Marta Pernambuco, nosso grande exemplo, até amigos próximos como Sandra, Léo, Janaina, Thalyta e Verônica a quem agradeço imensamente às correções técnicas deste trabalho e ao companheirismo nas horas difíceis. Aos demais amigos da SEDIS que não pude citar meus sinceros agradecimentos

Aos amigos da vida, João Carlos, Crives, Vital Nogueira, Bruno Souza, Harley, Pedro Gustavo dentre outros, que me incentivaram sobre maneira com conselhos, advertências, companheirismo e solicitude.

Por fim agradeço, imensamente, a professora Maria Emília, que me adotou que assumiu a responsabilidade de me orientar, que me respeitou em minhas produções, que indicou os caminhos certos a serem traçados, percorridos, e que me tratou, sobretudo como amigo, que abriu as “portas” da sua família e construiu comigo um laço de amizade muito maior do que qualquer relação professor-aluno. A ela, ao Fred e demais familiares minha profunda gratidão.

A todos esses que me ajudaram e me ajudam nesta caminhada meu profundo agradecimento e meu muito obrigado.

E pode ser que a ausência do fabuloso em minha narrativa parecerá menos agradável ao ouvido; mas quem quer que deseje ter uma visão clara tanto dos eventos acontecidos quanto dos que algum dia, dentro das possibilidades humanas, acontecerão de maneira idêntica ou semelhante – que esses julguem minha história útil será suficiente para mim. E, de fato, ela foi elaborada sem visar à premiação em um concurso, mas como patrimônio para todo o tempo” (TUCÍDIDES).

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender de que maneira a obra *Cidade Antiga* do historiador francês Fustel de Coulanges construiu um modelo moral para as instituições e para a construção do território francês no século XIX, entendido como “A Cidade Moderna”. Nosso intuito é apresentar um estudo sobre a maneira como a cidade antiga foi construída, levando em consideração suas ligações com as reformas espaciais e o debate nacionalista do Oitocentos na França. Nesse sentido, vamos além das obras da historiografia do século XIX sobre esse tema e dos artigos e ensaios do começo do século XX, ao ligarmos a narrativa cientificista de Fustel com o debate urbanista na França desse período e sua contribuição, através dessa ligação entre história e espaço, com a instrução nacional dos indivíduos e a formação da identidade francesa. Desse modo, entendemos que História, Nação e Espaço foram as bases de sustentação da tese de Coulanges acerca da *Cidade Antiga* e da formação do território francês. Além disso, o debate historiográfico entre franceses e alemães sobre as origens de suas respectivas nações influenciaram Coulanges na perspectiva de narrar uma história da Antiguidade, levando em consideração a abordagem cultural do passado e as Instituições modernas.

Palavras-chave: *A cidade Antiga*. Cidade. Nação. Instituição. Historiografia. Século XIX.

ABSTRACT

This work is a result of an research that aims to understand in which way the work “The Ancient City” of the French historian Fustel de Coulanges built a moral model for the institutions and for the construction of the French territory in the century XIX understood like “ The Modern City ”. Our intention is to present a study on the way like the ancient city it was built, when nationalist of century XIX is taking into account his connections with the space reforms and the discussion in France. In this sense, we go besides the works of the historiography of the century XIX on this subject and of the articles and tests of the beginning of the century XX, when urbanity planner tied the narrative Scientifics of Fustel with the discussion in France of this period and his contribution, through this connection between history and space, with the national education of the individuals and the formation of the French identity. In this way, we understand which History, Nation and Space were the bases of sustenance of the theory of Coulanges about *The Ancient City* and of the formation of the French territory. Besides, the discussion historiography between Frenchmen and Germans on the origins of his respective nations influenced Coulanges the perspective of narrating a history of the Antiquity, taking into account the cultural approach of the past and the modern Institutions.

Key-words: *The Ancient City*. City. Nation. Institution. Historiography. Century XIX.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UMA NAÇÃO FORTE E UM ESTADO VOLÚVEL: FRANÇA E SUAS MODIFICAÇÕES POLÍTICAS, VISUAIS E CONCEITUAIS	26
1.1. AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS	26
1.2. FRANÇA, FRANCESES E A SOLIDIFICAÇÃO POLÍTICA FRANCESA NO SÉCULO XIX	29
1.3. ANTIGOS TERRITÓRIOS EM ESPAÇOS MODERNOS – AS REFORMAS URBANAS, O PROJETO NACIONAL E O IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DOS NOVOS ESPAÇOS	35
1.4. O ANTIGO MODELO MODERNO: Paris e sua resignificação	38
1.5. A CIDADE NA PONTA DA “PENA”: a literatura e as narrativas do novo	44
1.6. PARIS MODERNA: uma a cidade dos contrastes	47
2. A HISTÓRIA E O ENSINO DOS NOVOS SIGNIFICADOS SOBRE UM PASSADO REMODELADO	61
2.1. A HISTÓRIA COMO POLÍTICA DE CONVENCIMENTO DO ESTADO	61
2.2. O ESTADO, A HISTÓRIA E OS EVENTOS COMO MODELOS A SEREM SEGUIDOS	70
2.3. A HISTÓRIA DO SÉCULO XIX E SUA TRADIÇÃO RACIONAL, LIBERAL E CONSERVADORA	84
3. FANTOCHES ANTIGOS NO TEATRO MODERNO: COULANGES, A HISTÓRIA E OS ANTIGOS	95
3.1. FUSTEL DE COULANGES: narrador da “Antiga Nação Moderna”	97
3.2. COULANGES E A SOCIEDADE ANTIGA NA FORMAÇÃO DA CIDADE	113
4. CIDADE MODERNA COMO UM PROBLEMA POSSÍVEL PARA A “CIDADE ANTIGA”	136
4.1. O DEBATE SOBRE A CIDADE: entre a experiência do vivido e a narrativa da vivência dos antigos	137
4.2. A INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA PARA A LITERATURA E DO PASSADO PARA COULANGES: a questão do espaço do sujeito	144
4.3. PARIS MODERNA, ROMA ANTIGA, OS MODELOS ESPACIAIS DA HISTÓRIA NA OBRA DE COULANGES	152
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS	167

INTRODUÇÃO

Este texto problematiza a construção do espaço francês, no século XIX, sob a perspectiva do historiador Fustel de Coulanges na sua obra *A Cidade Antiga*.

Coulanges foi um dos principais autores do cenário historiográfico francês, em meados do século XIX, e, como tal, não deixou de refletir sobre o papel do método histórico como um meio para se alcançar o conhecimento do passado do homem. Esse historiador ganhou notoriedade com o lançamento, em 1864, do livro intitulado *La Cite Antique Etude sur Le Culte, Le Droit, Les institutions de la Grece et de Rome*¹, considerado por seus pares e pela opinião pública como uma obra de método único e com uma abordagem de perspectiva inovadora.

A obra *A Cidade Antiga*² é dividida em cinco livros, sendo o primeiro dedicado às crenças antigas, o segundo à família, o terceiro à cidade, o quarto às revoluções e o quinto ao desaparecimento do regime municipal. Essa organização obedece à evolução dos processos culturais que analisa, sem fazer uso de marcos cronológicos, mas promovendo encadeamentos sob uma lógica cultural.

Como podemos perceber pelos títulos dos capítulos, muitas das questões presentes em seu livro refletem uma série de fenômenos ocorridos no século XIX, tais como os acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa, a busca por novos territórios, a ascensão do poder político da burguesia, o nacionalismo e as reformas espaciais centralizadas na cidade.

O século XIX foi importante porque nele aconteceu o desenvolvimento de sistemas de governo díspares que marcaram a história francesa em sua formação territorial, ideológica e social. A partir do Segundo Império (1852 – 1870), a política francesa primou pela publicidade do regime político mais do que pela gestão de políticas sociais, realizando ações que o monumentalizassem e os legitimassem no poder. Assim, o Segundo Império foi marcante na história e na historiografia francesa do Oitocentos porque tentou refundar a França a partir dos “apelos” da Modernidade, especialmente pela busca da modernização, da inovação técnica e da organização pública.

¹ COULANGES, Numa Denys Fustel de. **La Cite Antique Etude sur Le Culte, Le Droit, Les institutions de la Grece et de Rome**. Paris: Librairie Hachette. 1900.

² COULANGES, Numa Denys Fustel de. **A Cidade Antiga**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

No que tange às reformas espaciais, elas foram postas em prática por Haussmann (1809-1891), durante o Segundo Império, e tiveram a função de refundar e remodelar a cidade, a partir da destruição parcial ou total de antigos territórios, como o centro de Paris e alguns bairros operários parisienses, por exemplo. Seu intuito era evidenciar o poder do Estado e a grandeza da nação. Essas reformas impuseram à sociedade novos padrões e relações sociais não mais pautadas na tradição, mas sim compelidas pela Modernidade e a modernização das técnicas arquiteturais e de construção. Por outro lado, essas grandes transformações exigiam meios de convencimento da sociedade civil da justeza desse projeto. Assim, a tarefa do Estado foi dupla: primeiro, persuadir a população francesa da necessidade das reformas urbanas e, segundo, elaborar meios de ordenar a sociedade e evitar a instauração de um novo regime político. Diante desse conjunto de reformas aplicadas, durante o Segundo Império, a História tinha que dirigir sua discussão para a questão da nação e das alterações urbanas que se observavam.

Isso nos leva a compreensão de que, na época de Coulanges, as instituições eram problemáticas e instáveis, o que justifica as preocupações de sua obra. As alterações de governo, a questão da República, do Império, a intervenção do Estado na questão urbana, o sistema de leis que se criava nos novos espaços foram reflexos destas mudanças e, além disso, corroboraram para a construção da identidade francesa e para a ratificação da nação identificada com este novo momento histórico.

Abordadas estas questões, entendemos necessária uma breve resenha sobre a vida de Coulanges para que possamos compreender o seu nível de envolvimento com as grandes questões do século XIX³. Numa-Denys Fustel de Coulanges nasceu em 18 de março de 1830 em Paris. Em 1858, já formado pela Escola de Atenas defendeu duas teses que acabaram por indicar a sua predileção enquanto historiador. A primeira, sobre *Vesta*, no momento em que as origens indo-européias dos franceses estavam em vasta discussão, e a segunda sobre Políbio, intitulada de *Polybe, ou la Grèce Conquise par les Romains*, na qual ele demonstra como a dominação romana estava ligada ao sentimento pátrio dos gregos. Em 1860, ele foi nomeado professor de história na Universidade de Estrasburgo, o que motivou sua

³ Sobre a biografia de Coulanges ver mais em Hartog (2003, p.31 - 36)

saída de Paris para a região fronteira da França com a Alemanha, que estava em disputa territorial. Justamente neste período, apreende a necessidade de estudos que ratifiquem o conhecimento da nação e sua relação com os indivíduos.

Em 1870, por causa da guerra franco-prussiana, ele voltou para Paris e, em 1878, foi convidado para ser professor da cátedra de História Medieval em Sorbonne, matéria esta criada especialmente para ele, ao mesmo tempo em que se tornou membro da *Académie des sciences morales et politiques*.

Abordar a nação não foi uma novidade historiográfica apontada por Coulanges. A temática nacional já era freqüente desde o fim do século XVIII, mas teve prosseguimento, em grande parte, com a geração de historiadores de sua época, que relacionavam suas pesquisas com a atuação política direta. Desta maneira, o problema da formação da nação era de ordem institucional e como os historiadores ainda eram convocados para dizer a realidade, aliado a uma tradição historiográfica em formação, era previsível que o problema das fragilidades institucionais francesas passasse a ser processado pela história.

Desta maneira, podemos afirmar que as disputas historiográficas foram giraram em torno da nação, mas também pela certificação da própria História como ciência oficial e é por isso que esses dois temas foram tão caros para os historiadores do XIX.

A situação na historiografia francesa entre o início do século até o começo do segundo quartel do Oitocentos refletia uma série de circunstâncias, inclusive as disputas políticas que ocorriam dentro e fora da história.

Segundo Arno Wehling (1994, p.13–59), a História foi formulada nos quadros do Historicismo romântico, linha historiográfica na qual os historiadores acreditavam em uma realidade histórica orgânica, independentemente de sua consciência. Nesse período historiográfico, a crítica histórica foi formulada e a história passou a preocupar-se com a sociedade e a nação, estabelecendo seus primeiros pilares metodológicos como ciência do homem no tempo, como aponta Marie-Paule Caire-Jabinet (2003).

Coulanges escreveu em meio a esta História dita romântica que, em sua época, era levada a cabo por historiadores como François Guizot e Jules Michelet, este último conhecido por seu sacerdócio quanto aos temas nacionais. Os “românticos”, como Michelet, entendiam que a formação da França nacional, digna, racional e progressiva, dava-se pela luta e empenho da multidão, da paixão

significada pelo sofrimento do povo nos acontecimentos políticos marcantes da História da França e das partes sociais operantes, notadamente o povo. Os sujeitos, para os românticos, eram dotados de lirismo, poesia e sentidos e a História era o invólucro que dava significado às questões do Estado.

Os historiadores passaram então por três etapas: da cientificização do campo de investigação histórico, da disciplinarização da ciência e da profissionalização do historiador (TÉTART, 2000).

Vista como progresso, a institucionalização da História também é identificada como o movimento de racionalização do mundo tão marcante no século XVIII. Como conhecimento seguro, a História teria de ser percebida pelo prisma da ciência, do documento, da empiria e, sobretudo, da crítica ao objeto. Segundo Francisco Paz (1996, p. 49-125), a segunda metade do Oitocentos foi marcada pela busca de um método crítico para a identificação dos documentos verdadeiros e para o reconhecimento dos fatos relevantes para o Estado. Os chamados historiadores universitários transformaram a História numa ciência do fato, caracterizada pela interpretação crítica, catalogação e exposição cronológica.

Coulanges viveu exatamente no momento em que ocorria esta institucionalização da história, bem como sua inserção nos quadros universitários e, sobretudo, nos currículos escolares. Ele estava em meio à antiga questão que norteava os estudos e a estruturação da História, no século XIX, que, no caso da França, era a disputa entre os liberais, - os historiadores a favor da Revolução Francesa e da República - e os conservadores - os historiadores favoráveis ao Antigo Regime e/ou à Monarquia aristocrática. Essa querela acabou por determinar, direta ou indiretamente, a maioria dos trabalhos dedicados à reflexão histórica publicados na França entre a segunda década e o final do século XIX.

Trabalhos como *Lettres sur l'histoire de France* de Augustin Thierry (1817), *Histoire de France* de Jules Michelet (1869), *Origines de la France contemporaine* de Claude Bernard (1884), *Essais de critique et d'histoire* de Taine (1866), *Du gouvernement de la France* (1820), *Essais e Collections historiques* (1830) de François Guizot, *Les Girondins* (1846) escrito por Alphonse Lamartine; *Histoire de la révolution* (1823-1827) de Louis Adolphe Thiers; *L'esprit nouveau* (1874) de Edgar Quinet; *Histoire de la révolution française* (1870) de Louis Blanc, dentre outros,

demonstravam o quanto era necessário explicar as querelas políticas e sociais que tinham a França por palco principal.⁴

É certo que a nação e a História foram temas recorrentes dos historiadores e que Coulanges tratara daquilo que a História se preocupava. Diferentemente, a cidade era um tema do interesse da literatura e dos artistas do que propriamente da História. Esta, quando oportuno, tendia a tratar o tema da cidade pelo ponto de vista da revolução e das questões políticas, não vinculando a questão da nação à idéia de espaço urbano. Coulanges se destacou porque abordava a cidade pela própria questão urbana ou a partir dos laços sociais que se davam em seu interior, procurando a nação como impulso fundamental das reformas urbanas.

Assim, foi o século XIX que inaugurou o período de reflexão sobre o fenômeno urbano, embora isso não signifique as cidades ou os espaços coletivos não tenham sido uma preocupação dos pensadores dos séculos anteriores. As questões do espaço e da cidade, de modo geral, foram tratadas por Maquiavel, por Dante e Santo Agostinho, por exemplo. O primeiro fez uma análise política e aristocrática do surgimento e fundação da cidade de Florença, em 1525; o segundo fez uma análise moral dos mundos, sob o aspecto ético, localizando o homem nas três instâncias do espaço “fantástico”, ou seja, no céu, no purgatório e no inferno; e o terceiro fez uma alegoria das cidades divina e terrena.

No entanto, somente no século XIX, foi que emergiu a reflexão sobre a cidade e os fenômenos urbanos. A cidade deixou de ser um assunto apenas da alçada dos poetas, cronistas, romancistas, teólogos, e passou a interessar às nascentes ciências sociais. A cidade do Oitocentos se modifica de tal maneira que cada ramo do conhecimento passa a interessar-se por suas as novas configurações urbanas, entendendo-as como um fenômeno de cunho político e de ordem social. Por sua vez, o urbanismo suscitou a preocupação com a forma e a funcionalidade da cidade, bem com como os seus desdobramentos sociais (BARROS, 2007, p. 9–48). Ela passou a ser um código a ser decifrado e Coulanges buscou estudá-la como produto histórico da ação humana.

Fustel se integra ao debate da época e busca reconhecer o lugar da nação e da nacionalidade e, portanto, do cidadão e da cidadania. História e Nação são preocupações marcantes de Coulanges tanto em *Cidade Antiga* quanto no primeiro

⁴ Essas referências foram retiradas de Hartog (2003), Momigliano (1993) e Thompson (1942).

volume de *Histoire des Institutions Politiques de l'ancienne France*⁵, em que tratou do Estado da Gália durante a conquista romana e de sua organização política, nos três primeiros séculos de dominação imperial.

Assim, Coulanges aliou as discussões de suas teses, que focalizavam a questão religiosa, à criação e fomentação do sentimento nacional ligado ao Império de Napoleão III, mas, diferentemente de seus colegas, fez o estudo da participação do indivíduo na construção da cidade e de suas instituições

Se a função da História estava ligada ao ordenamento das massas trabalhadoras e até mesmo à publicidade do regime político vigente, a cidade era o palco dessas transformações, a concretização do discurso da História e, como afirmou Pierre Nora (1977), a ligação quase indutiva entre o que se vê constituído e a memória, entre a representação, tanto na forma de símbolos, estátuas, obeliscos, quanto na forma de tornar presente o ausente, ou seja, de apresentar os “olhos” abstratos do governo, a vigilância, os impedimentos, as proibições e as restrições que abalassem o panteão de Napoleão III e de seus aliados.

É importante ressaltar também que além da reflexão histórica sobre nação, existia um debate sobre a natureza dos povos a partir das discussões historiográficas, principalmente entre os germânicos e os franceses. Para Coulanges, a ascensão da nação e dos historiadores germânicos no século XIX se dava pela atitude dos próprios historiadores que unidos celebravam a nação, enquanto os franceses se digladiavam em torno da Revolução Francesa. Por esta razão, no debate sobre as origens das nações do XIX, prevaleciam as teses germânicas, que valorizavam os discursos sobre a força e a disciplina que, por sua vez, sustentavam a tendência de historiadores românticos como Michelet e Renan, adeptos da tese germânica acerca das origens identitárias dos franceses.

No entanto, apoiar essa tese germânica a respeito da origem dos franceses era, para Coulanges, imitar a erudição patriótica alemã. Por essa razão, ele apresentou a tese da origem latina do povo francês, sobrevalorizando a importância de Roma em sua formação étnica. Em sua opinião, era necessária uma historiografia militante que sustentasse teses próprias, principalmente quando se tratasse de assuntos referentes à Pátria.

⁵ Hartog faz uma compilação de toda a obra de Coulanges comparando sua produção com a historiografia do século XIX. Para saber mais: Hartog (2003).

Ao defender a tese origem latina dos franceses, Fustel concedeu às idéias de revolução e de liberdade qualidades inerentes à nação francesa e, por isso, deu ênfase ao papel do Estado em detrimento das liberdades individuais. Para ele, o Estado era considerado a maior instituição dos indivíduos e resultava de diversos arranjos sociais entre as famílias de um determinado território, o que o caracterizava como um ente carregado de certa territorialidade.

Além disso, Coulanges destacou o papel libertador do cristianismo por agregar os homens em sociedade e resguardar a associação primordial dos lares romanos em uma família. Ele considerou a proeminência da religião nas sociedades, em um momento em que esse tipo de análise era fortemente tolhida, reprimida e questionada pelos demais historiadores.

Igualmente à maioria dos autores do Oitocentos, Coulanges não foi amplamente estudado ou reavaliado historiograficamente. O primeiro inventário de sua vida e produção intelectual foi realizado em 1896, sete anos depois de sua morte, através de uma biografia lançada e organizada por seus ex-alunos Paul Guiraud e Camille Jullian. Outras manifestações públicas de reconhecimento ao seu talento como historiador se sucederam, após seu falecimento, como exemplificam a aula inaugural do professor A. Luchaire, que o sucedeu em Sorbonne, e a avaliação feita por J. Simon, na Academia de Ciências Morais, ao compará-lo a Michelet. Pela notoriedade que Fustel de Coulanges adquiriu como diretor e professor de várias instituições francesas de ensino, em 1893 houve a inauguração de um busto em sua homenagem na Escola Normal Superior, a qual contou com pronunciamento de L. Poincaré (THOMPSON, 1942, p. 359–381).

Entretanto, a publicação de Guiraud talvez tenha sido, no século XIX, o único registro integral sobre a obra de Coulanges, mesmo levando em consideração que, também em 1896, H. d'Arbois de Jubainville tenha lançado *Deux Manières d'écrire l'Histoire: critique de Bossuet, d'Augustin Thierry et de Fustel de Coulanges* (THOMPSON, 1942, p. 359–381) que faz uma reflexão crítica sobre as indicações metodológicas de sua obra e suas aproximações e influências teóricas. Passadas as celebrações, emergiram as críticas, principalmente advindas de historiadores extremamente preocupados com a cientificização da História, como Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. Langlois, por exemplo, afirmou que os livros de Coulanges são “livros de Cristal”, sistemáticos e frágeis, que somente sobreviveriam como obra de arte.

Segundo Hartog (2003), foi somente em 1905 que Charles Maurras, a despeito das querelas institucionais pelas quais passava a História, evocou o exemplo de Coulanges como um destacado historiador nacional e sustentar que ele escreveu *A Cidade Antiga* para desmascarar a historiografia liberal e denunciar a historiografia alemã. Maurras afirmou que Coulanges retomou o paralelo entre história e razão, que outrora fora desconsiderado por autores como Michelet, por exemplo. O livro de Maurras teve grande repercussão no debate historiográfico do começo do século XX e fez com que Dimier e Leon Daudet, dentre outros autores, acabassem por voltar suas atenções para a obra de Coulanges, no debate acerca da historiografia nacional. Com o esfriamento das discussões historiográficas em torno da obra de Fustel, veio a público apenas um artigo de Camille Jullian, na *Revue de Paris*. Esse artigo, além de lembrar o cinquentenário de *A Cidade Antiga*, ele realça o seu caráter sociológico.

Após a vitória da França, em 1918, ressurgiu nesse país a rediscussão sobre suas origens nacionais, o que levou a uma nova consideração de *A Cidade Antiga* por parte de alguns historiadores como Taine, Albert Sorel, Bainville e Maurras. No entanto, como afirma Hartog (2003), a obra de Coulanges continua discutida até 1930, quando após grandes celebrações e severas críticas foi severamente criticada pelos historiadores da Escola dos *Annales*, particularmente por Marc Bloch, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento de Fustel.

Os historiadores da Escola dos *Annales* e os Positivistas desenharam um modelo de profissional para Coulanges, que considera que sua obra pode ser lida, mas não objeto de estudo. Diziam os positivistas ser Coulanges um trabalhador, de rigor moral, prosador, mas não um modelo de historiador, ao mesmo tempo em que o consideraram como o pacificador da história francesa e um republicano inimigo da política de facções, como redarguem os historiadores dos *Annales* (HARTOG, 2003, p. 39 – 52).

Marc Bloch, que na década de 1930, foi responsável por uma série comemorativa da obra fusteliana, como o lançamento de *A cidade grega* por Gustave Glotz, alimentou a fortuita contribuição de Fustel para a História quando advertiu que ele já entendia a história como a ciência das sociedades humanas e não dos homens; Já Lucien Febvre, o caracterizou como um historiador que demarcou, mesmo que de maneira discreta, um território na produção historiográfica.

Assim, Bloch e outros renomados historiadores reabilitaram a historiografia de Coulanges, comentaram, comemoraram, rememoraram, analisaram sua obra e suas posições políticas dentro da ciência histórica. Porém, ao mesmo tempo em que lhe prestaram homenagem, apontaram suas falhas, seus erros, de modo que o realce de suas análises, correspondiam a um movimento para ultrapassá-lo e substituí-lo. O êxito destas comemorações pode ser visto no profundo silêncio em torno da historiografia nacionalista oitocentista que durou quase cinqüenta anos. Nesse período, pouca coisa foi produzida no intuito de discutir a obra de Fustel de Coulanges.

Somente a partir da década de 1980, com as publicações em torno da História Cultural francesa, em que foram retomados os temas oitocentistas, e se buscou unir assuntos da história intelectual e da história das mentalidades, é que ressurge o interesse pela produção historiográfica de Fustel de Coulanges. Nesse sentido, destacamos três obras: a primeira, de Moses I. Finley intitulada *Mythe, Mémoire, Histoire*, particularmente o capítulo *La Cité antique. De Fustel de Coulanges à Max Weber et au-delà*, lançada em 1981; a segunda, de Arnaldo Momigliano, lançada em 1983 e intitulada de *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*, que contém o capítulo *La Cité antique de Fustel de Coulanges* e, por fim, o livro de François Hartog, *Le XIX e siècle et l'histoire: le cas Fustel de Coulanges*, lançado em 1988 e traduzido e publicado no Brasil em 2003. Esta última obra se preocupa em realizar uma antologia dos textos de Coulanges e relacioná-la às produções oitocentistas.

Essas obras se preocuparam em fazer uma revisão historiográfica das produções do século XIX e em inserem a análise da obra de Coulanges como uma possibilidade de demonstrar as inquietações daquela época. Tanto o livro de Finley quanto o de Momigliano retomaram *A Cidade Antiga* no mesmo sentido da Escola dos *Annales*, aproveitando os resultados das interpretações de 1930. O primeiro autor vinculou a produção historiográfica sobre os mitos às elaborações metodológicas de Fustel, tanto na questão do tratamento das fontes, quanto do lugar destacado para as elaborações mitológicas, no plano da memória ou da História, etc.; o segundo autor falou acerca do debate entre antigos e modernos e como a obra de Coulanges se inseriu nessa querela.

Já Hartog (2003) faz uma antologia dos textos de Fustel reconstruindo as condições de pesquisa e formulação dos trabalhos históricos, retificando a posição

historiográfica de Coulanges dada pelo século XX, e propondo o entendimento de sua obra, desde a data de seu nascimento até as comemorações do centenário de sua natividade, porque entende que o processo de construção de Coulanges como historiado continuou após a sua morte.

O nosso trabalho conecta-se a essas interpretações pelas questões temáticas, mas delas se distanciam em virtude de sua base empírica, pois não apenas visitamos a obra de Coulanges, mas a conectamos com as questões espaciais, institucionais e ideológicas da França do século XIX. Ao contrário de Momigliano e Finley, não tencionamos fazer uma revisão da produção historiográfica do século XIX simplesmente, nem uma completa análise dos textos de Coulanges como realizou Hartog.

Nosso intuito é apresentar um estudo sobre a maneira como A cidade Antiga foi construída como texto histórica, levando em consideração suas ligações com as reformas espaciais e o debate nacionalista do Oitocentos, na França. Nesse sentido, buscaremos ir além dessas obras e dos artigos e ensaios do começo do século XX, porque vinculamos a narrativa cientificista de Fustel ao debate urbanista da França de meados do século XIX, bem como exploraremos a sua contribuição para o entendimento da relação entre história e espaço, e a instrução nacional dos indivíduos e a formação da identidade francesa.

Destarte, o que pretendemos realizar é uma discussão historiográfica sobre o que fomentou a formação de uma consciência histórica, nos marcos da principal obra fustelina. Para tanto será necessário o completo desligamento das determinações com que estamos acostumados a lidar, principalmente no que concerne aos quadros historiográficos do século XIX. Assim, não trataremos Coulanges como positivista, cientificista, evolucionista ou determinista, mas como um historiador preocupado em entender os movimentos sociais, sob respaldo do poder e das instituições de sua época.

Pelo fato de estarmos nos propondo, de maneira geral, a problematizar uma parte específica da produção historiográfica oitocentista, achamos que estamos tocando em duas áreas da História. Primeiro, acerca da natureza deste trabalho que se define pelas questões historiográficas. Entender a história das próprias produções históricas, estabelecendo um estudo historiográfico parece ser a primeira inserção temática deste trabalho; segundo, por estarmos trabalhando a partir de conceitos e noções determinados durante o século XIX, capazes ou não de explicar problemas

específicos da atualidade, compreendemos que este trabalho também engloba as designações teóricas da História, pois uma das principais questões acerca dos estudos históricos é saber se o objeto de pesquisa, seja ele uma fonte ou uma investigação historiográfica, possui um sentido cognoscível. Afinal de contas, é a partir da teoria que o pesquisador expande a sua capacidade de fundamentar-se e de elaborar claramente o seu objeto de estudo, pois ela evidencia os problemas e os caminhos a serem enfrentados ao longo da pesquisa científica.

Além disso, por tomar questões como a constituição dos espaços, as representações sociais, as formações urbanas, dentre os demais problemas que a historiografia que outrora se propôs a analisar, achamos que podemos contribuir para o debate que ocorre tanto acerca das problemáticas pertinentes ao estudo histórico, quanto à maneira como essas temáticas foram trabalhadas ao longo da história. Por essa razão, alguns conceitos nos serão muito caros nesse texto como: Nação, Modernidade, Cidade, Espaço, Instituição, Metáfora, Representação e relação Passado/Presente.

O conceito de Modernidade será entendido, segundo a acepção de Zigmund Bauman (2001), como um movimento fluido que visa destruir as solidificadas tradições das sociedades; um movimento capaz de se reagrupar, se adaptar aos mais diversos volumes, de extraordinária mobilidade e que visa derreter o que ele chama de sólidos, ou seja, a tradição. Em suma, a Modernidade, para Bauman, é um movimento que visa liquefazer os sedimentos entre presente e passado, e esse é um entendimento que nos ajuda a entender a obra de Coulanges e aquilo que a envolvera.

Se a Modernidade insistia, como afirma Bauman (2001), em não fixar espaço nem deixar o tempo prender, Coulanges tencionou solidificar a nação, a cidade e a história para poder imputarem-lhes dimensões claras e neutralizar os impactos dos novos tempos. Além disso, partiremos do pressuposto demonstrado por Marshall Berman (2006) de que em meados do século XIX se desdobrou a idéia de que a Modernidade desprende dois outros processos, dois mundos: um que traz a emergência da modernização, mais ligado às técnicas, aos instrumentos públicos e de reformulação urbana; o outro ligado às produções artísticas com reverberações na formação da cultura francesa do Oitocentos.

No que diz respeito ao conceito de Cidade, o conectamos com as próprias interpretações que Coulanges dava a tal entidade, que, por sua vez, estava ligado

ao debate institucional tão presente em sua obra. Não obstante, expandiremos esse conceito, de modo a considerá-lo como um agrupamento institucional das relações sociais em determinado espaço e da mesma forma que uma linguagem, uma escrita, um texto que pode ser definido como algo possível de ser lido e compreendido como algo que é escrito.

Por isso, conectamos a interpretação da cidade com as definições de espaço indicadas tanto por Roland Barthes⁶ quanto por Michel de Certeau (1994), que percebem a ordem espacial urbana como uma língua cheia de interdições, códigos e intencionalidades que estão sempre entre as estratégias de controle produzidas pelo Estado quando criam os espaços e o jogo de táticas desprendidos pelos indivíduos, que, por sua vez, praticam esses espaços e produzem lugares. A cidade então será tomada como, de acordo com Certeau, um espaço próprio, como espaço de um sujeito universal que congrega uma infinidade de práticas.

Com relação à Nação entenderemos como um discurso do Oitocentos ligado a comunidades imaginadas, como afirma Benedict Anderson (1991), segundo o qual as tradições são inventadas a fim de justificar o compartilhamento de certas características que ligam os indivíduos a determinados espaços e segundo aspectos subjetivos como o sentimento de pertença, a língua e a identificação simbólica da nação com os sujeitos.

Metáfora e Representação são os conceitos pelos quais pretendemos responder as problemáticas postas, principalmente no que se refere ao debate Antiguidade e Modernidade em Coulanges. Partindo do pressuposto de que a Cidade é uma linguagem, compreenderemos Metáfora, conforme escreveu Paul Ricoeur (2005), como uma “predicação impertinente”, ou seja, entenderemos que o seu sentido estará na palavra, mas não somente nela, pois, estará, sobretudo, no desvio de sua identificação no discurso e, portanto, nas possibilidades de se empregar este ou aquele texto para um determinado sentido.

Entendemos que a Cidade nesse caso é o discurso, o texto que Coulanges desvia e predica através do uso das palavras, isto é, da crença e da família tidas como instituições primeiras das sociedades antigas e das nações modernas. Já a Representação terá a conotação aplicada por Roger Chartier (1990) que a toma como a apresentação de um sujeito ausente, a relação da imagem com o objeto, ou

⁶ Retiradas de Barros (2007).

a função simbólica que consiste em ser mediadora e informativa das diferentes modalidades de apreensão do real, seja através de signos lingüísticos, de figuras mitológicas e da religião, ou mesmo dos conceitos do conhecimento científico. Neste sentido, entenderemos porque a Cidade se constitui como símbolo e é usada como instrumento de representação de um poder específico, com intenções bem determinadas.

Quanto a relação passado/presente, ela será compreendida em conformidade como os estudos de Jacques Le Goff (2003) que, ao definir as diferenças entre História e Memória se reportou ao passado como tradição e entendeu o presente como progresso. Esses dois conceitos culminariam na própria determinação de Antigo e Moderno, por exemplo.

A partir destes conceitos começamos a nos interrogar, porque então, em pleno século XIX de tantas mudanças, nosso autor propõe um olhar sobre a cidade antiga?

Nosso entendimento é que, com *A Cidade Antiga*, Coulanges construiu um modelo moral para as instituições e para a construção do território francês no século XIX – a cidade moderna. A isso se junta a resistência de Fustel em reproduzir o discurso proveniente, principalmente, do século XVIII, segundo o qual o presente era uma reaplicação mecânica do passado. Daí a sua insistência em tornar evidente a diferença radical que encontrava entre os povos antigos e a sociedade moderna, bem como o debate acerca das origens da nação entre os historiadores franceses e os historiadores alemães, o que tanto estimulou Coulanges em suas formulações sobre seus objetos de estudo.

Fustel construiu sua narrativa de maneira a que o leitor identificasse nas estruturas antigas as possibilidades críticas para o espaço moderno, examinando as identidades, particularidades, soluções e modelos possíveis e apontando uma perspectiva histórica para o presente pela via do entendimento das agregações humanas, da formação da nação e do curso da cidade ao longo da História Ocidental.

Levando-se em consideração as preocupações evidentes na sua redação, a maneira como separou os capítulos, a forma como conectou as relações entre os romanos antigos e os franceses modernos nos indica que a obra *A Cidade Antiga* configura uma metáfora da cidade moderna, de que a família romana e as instituições clássicas teriam sido abordadas não somente para a elucidação das

relações entre os antigos, mas também para estabelecê-los enquanto modelos de sociedades, de uma sociedade da qual a França derivaria, de uma comunidade fraterna, guerreira, descendente dos patrícios, mas que saberia lidar com os plebeus de uma sociedade cujas as disputas aconteciam para provar a grandeza de seu povo - um agrupamento social que compreendeu sua época e propôs transformações que acabaram por unir o povo em torno de uma nação digna e gloriosa.

Desta feita, podemos supor que a Cidade seria o palco para mostrar como a Modernidade deveria conviver com as modificações urbanas e com a diversidade de vínculos que os indivíduos urbanos estabeleciam entre si. E pesquisar os antigos, seria demonstrar quais ritmos deveriam ser considerados sólidos, unos, indivisíveis e quais não. Assim, está justificada a preferência de Coulanges pela cidade, a nação e a História como espaços de reflexão e de fomento do vínculo entre os franceses.

Por defender o uso da História como uma ferramenta política, ele foi ao passado com o intuito de encontrar explicações que permitissem entender os acontecimentos de meados do Oitocentos e, por conseqüência, escolheu o berço da civilização Ocidental para desenvolver a idéia de Cidade tão cara ao seu presente. Coulanges oferece questões de ordem metodológica ao estabelecer um estudo comparativo entre as sociedades do passado e uma nova possibilidade de pensar os estudos históricos entre o saber antigo e o saber moderno, ao captar a Antiguidade e a Modernidade, a partir de suas particularidades.

Fustel priorizou o estudo das instituições antigas para narrar sua história, tendo a cultura como referência e produto dos fazeres humanos, pois, entendia que a ação humana é produtora de cultura e que a história pode ser contada através do estudo destas estruturas que, para ele, refletiam a essência de gregos e romanos.

Nação, História e Cidade ofereceram para Coulanges a tríade de estudo para o entendimento da história dos antigos, mas também a dos modernos. Se a nação era o apelo à justificativa para atuação da História e se essa almejava seu estabelecimento como disciplina, a cidade era a instituição coletiva, a instituição social que passava por uma ampla reforma, por uma reestruturação que necessitava da História para ser inserida e reconhecida como obra da nação. Essa tríade é o fundamento básico das instituições sociais e adveio dos modelos morais e religiosos da Antiguidade.

Para Fustel, a análise e descrição de modelos morais advindos da Antiguidade serviam para se pensar como seria possível a fundação de uma Modernidade compreensível aos sujeitos e sustentada pelo Estado.

Assim, considerando que Coulanges examina as grandes tensões do século XIX, tais como o debate sobre a construção da nação, as reformas urbanas e constituição de imaginário social envolvido na resignificação do espaço e a formação das bases epistemológicas da história ligadas ao estado, que relações podemos estabelecer entre espaço e história em *A Cidade Antiga*? Essa questão será norteadora de nosso trabalho, de modo que nossas hipóteses são que Fustel construiu sua narrativa no discurso da nação, no discurso da história e no discurso da cidade levando em consideração que a cultura da época constituía o espaço urbano como o lugar central de representação da nação.

Para responder a nossa questão alguns passos metodológicos devem ser verificados. Primeiro classificaremos o conjunto de textos de Coulanges, publicados durante a sua formação acadêmica, ocorrida entre o final da década de 1840 e o final da década de 1850, para entendermos as etapas de construção de *A Cidade Antiga*. Posteriormente, colheremos e classificaremos alguns dados advindos da bibliografia acerca dos documentos da historiografia como um todo, entre 1820 e 1870, período que vai das primeiras obras de tônica científica até o início do debate metodológico propriamente dito, cujas discussões teóricas proporcionaram as bases positivistas da ciência histórica.

Concomitantemente, trabalharemos com a revista jornalística *Revue des deux mondes*, publicada entre os anos de 1829 até 1889, a revista especializada em história *Revue des question historique*, dos anos de 1866 até 1889, e a revista *Revue Liberale* do ano 1880, todos esses anos períodos em que Fustel de Coulanges escreveu ou foi citado ou ainda teve o seu trabalho criticado e/ou citado de alguma maneira.

Trabalharemos também com a segunda edição do texto *A Cidade Antiga*, editada e publicada em 1900 pela *Librairie Hachette*. Verificamos ainda as edições em francês e em português para relacionar os sentidos de ambos os idiomas a fim de minimizar grandes problemas de interpretação.

A ordenação de nossa narrativa começará analisando como o contexto político, as reformas urbanas de Paris e os olhares sobre a cidade foram pressupostos da formação do entendimento de Coulanges sobre a cidade e como

esses elementos podem ser identificados em sua obra. Em seguida, buscaremos entender como o debate historiográfico francês de meados do século XIX, acerca da identidade de sua sociedade, atravessa e influencia a formação dos elementos ligados à nação, ao nacionalismo e à identidade nacional, para a partir daí compreender, em suas principais particularidades, o conceito de cidade em Coulanges, o lugar da religião nesse processo e que possibilidades de comparação se estabeleceu entre o passado e o presente.

Finalmente, tentaremos compreender de que maneira o território Antigo foi construído, segundo os modelos morais elaborados pelas instituições sociais das cidades greco-romanas e como o imaginário social do cotidiano de Fustel permitiu a analogia entre os espaços antigos e o espaço moderno, entendendo como foi possível a Coulanges realizar um debate institucional a respeito do sujeito moderno, através das instituições antigas.

Portanto, começaremos tentando compreendendo o que envolvia Coulanges à época da sua obra. Qual lugar cabia à França em meados do XIX? Como o espaço urbano estava sendo configurado? O que estava em jogo na Modernidade e que possibilidades a história apontava para o presente da França? Esses são os primeiros elementos desta investigação.

1. UMA NAÇÃO FORTE E UM ESTADO VOLÚVEL: FRANÇA E SUAS MODIFICAÇÕES POLÍTICAS, VISUAIS E CONCEITUAIS

1.1 AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS

No século XIX, a Europa, particularmente, a França, foi palco de profundas transformações políticas e sociais. O Antigo Regime acabara e com ele as Aristocracias que há séculos ocupavam o poder.

Historicamente, consideramos a Revolução Industrial e a Francesa como prelúdios dos movimentos das nações, no século XIX. A primeira promoveu alterações na relação dos Estados com o capital, na busca de novas tecnologias e de incorporação de novas técnicas que facilitassem a vida da população em geral. A segunda proporcionou uma nova era para as políticas estatais no território europeu. A tomada da Bastilha e a subida da burguesia ao poder estabeleceram novas organizações sociais e políticas que reverberaram em toda a Europa.

Além da constituição civil do Clero, da promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, houve uma reorganização geopolítica em toda a Europa. Como exemplo dessa reorganização, temos o caso da Espanha e suas tensões com a França em 1794 – por ocasião da invasão das tropas francesas em *Figueras e San Sebastián* –, a criação da Confederação das províncias Belgas Unidas, que excluiu dos Países Baixos os países austríacos e fundou uma nova arrumação territorial na Europa.

Segundo Hobsbawm (2000, p. 23-209), a Europa no século XIX passou por três ondas revolucionárias entre 1815 e 1848. A primeira, que chegou até a Ásia, atingiu partes da Europa, como a Espanha, Nápoles e a Grécia, por exemplo, entre 1820 e 1821; a segunda, mais extensiva e intensa, afetou praticamente toda a Europa e o oeste da Rússia, no período de 1829 a 1834; e a terceira, como ele mesmo qualifica, a maior onda revolucionária, eclodida em 1848, ocorreu quase que simultaneamente na França, na Itália, nos Estados alemães, na Suíça, na Espanha e com menos intensidade, na Romênia, Dinamarca, Grã-Bretanha, Grécia e Irlanda.

Essas agitações podem ser ilustradas pela independência da Bélgica em relação à Holanda em 1830; as operações militares que se realizaram no interior da

Itália e da Alemanha; a emancipação católica da Irlanda em 1829 e as agitações políticas em Portugal e Espanha em virtude da ocupação napoleônica, por exemplo. Todas essas querelas territoriais e políticas evidenciaram que o continente europeu, como afirma Hobsbawm (2000), estava em meio a ondas revolucionárias, eclodidas, pelo menos, desde o último quartel do século XVIII, e que se refletiu em alterações políticas, sociais e também territoriais, tanto no âmbito das fronteiras internas quanto dos limites externos.

Qualquer que seja a abordagem que tome o século XIX como pano de fundo e teça considerações sobre a remodelagem espacial, política, econômica e social deve ser encarada, não como contexto histórico, mas como parte integrante das pesquisas que neste tempo estavam ocorrendo. Ou seja, as modificações políticas e espaciais que aconteceram no Oitocentos devem ser tidas como constituintes dos problemas que os pesquisadores, em geral, queriam entender. Essa advertência nos permite entender as configurações políticas e sociais como parte dos movimentos científicos e historiográficos do Oitocentos e como fonte de inspiração dos historiadores na tessitura de seus trabalhos.

Como investigamos a obra de um historiador francês, pretendemos nesta primeira seção indicar como essas alterações políticas na Europa, particularmente na França, evidenciaram um período de transição e instabilidades políticas que afetaram a população, naquela época, causando interesse aos historiadores.

A partir da análise dessas transformações, podemos entender melhor a relação que se estabeleceu entre a formação do Estado e o papel da História, no século XIX, o papel desta na construção civil das pessoas e todo o debate que norteou a elevação do campo histórico ao campo científico, além de compreender de que maneira essa nova ciência pautou suas pesquisas a respeito da formação cívica dos cidadãos e do doutrinamento dos indivíduos na construção das nações do Oitocentos.

Começamos, assim, a entender quais alterações permearam o Estado francês a partir da Revolução burguesa até a chegada do Segundo Império em meados do século XIX, e a atuação da História no entendimento dessas modificações.

A situação conturbada da França no século XIX assistiu as idas e vindas do Império e da República, e essa variância que ia desde o regime autoritário à iminência da revolução, muitas vezes, mudou o rumo das produções científicas e,

diferençou as considerações metodológicas e teóricas dos historiadores no Oitocentos, fazendo com que as escolas históricas, em determinados momentos, se dividissem. Mesmo que as temáticas fossem determinadas pela atribulada situação política e social da França, a forma como pesquisar, como perceber o passado, como narrá-lo foi diversa e peculiar em vários momentos do período oitocentista.

Dessa maneira, o que podemos afirmar, antes de tudo, é que o autor de *A Cidade Antiga* foi afetado por essas alterações e a partir delas tentou entender a História que constitui a sua narrativa. A partir das circunstâncias políticas da França do Oitocentos, por toda a discussão em torno do papel da História na ciência e a identificação da Nação no passado, podemos vislumbrar a influência do contexto político na configuração dos modelos históricos buscados por Coulanges, bem como na própria formatação do campo histórico como área possível de pesquisa e construção científica do homem no tempo.

Se Coulanges pensou nas instituições do ponto de vista histórico e se as querelas políticas influenciaram as suas escolhas e determinaram o tipo de história que escreveu, isso ocorreu porque ele procurava instituições sólidas no passado para mostrar ao presente. É também sobre essa hipótese que nos dedicaremos a investigar e responder neste trabalho, sobre que tipos de modelos morais Coulanges poderia trazer para o presente na configuração da Modernidade, e para entendermos justamente o seu presente, necessitamos compreender o momento peculiar da França em meados do século XIX.

1.2 FRANÇA, FRANCESES E A SOLIDIFICAÇÃO POLÍTICA FRANCESA NO SÉCULO XIX

Os anseios conservadores, as ações revolucionárias, o início das instabilidades políticas e a transformação do Estado francês no século XIX podem ser exemplificados, basicamente, a partir da queda de Napoleão Bonaparte e da instalação dos “*Bourbons*” no poder – Luís XVIII (1814-1824) e Carlos X (1824-1830), bem como pelas tentativas de restabelecimento do Império, tanto da antiga Aristocracia, quanto do próprio Napoleão, como testemunham os acontecimentos dos Cem Dias de 1815.

Não há dúvida de que o predomínio da aristocracia fundiária francesa, fiel às idéias do Antigo Regime, provocou a queda de Carlos X, em 1830, e de que o advento de uma realeza burguesa reconfigurou o cenário político francês. Entre 1830-1848, assumiu o poder o rei Luís Filipe, numa França marcada pela supremacia política e econômica de sua burguesia. Porém, em 1848, a abdicação ao trono por parte daquele soberano alterou novamente o cenário político francês, que passou a conviver com a instauração da Segunda República, estabelecida por sufrágio universal. As instabilidades políticas não cessaram e até se aprofundaram com as jornadas revolucionárias de junho de 1848, marcadas pela revolta operária, que lançaram novamente a República no Conservadorismo. A Segunda República durou até 1852, ano em que Luís Napoleão Bonaparte, sob o título de Napoleão III, proclamou o Segundo Império (1852-1870), através de um golpe de Estado.

Toda essa constituição deu-se lá atrás por ocasião das penetrações da “*Grand Armée*” - o exército napoleônico que, durante o final do século XVIII e os primeiros quinze anos do século XIX, expandiu as posses territoriais da França. No entanto, as conquistas territoriais francesas, decorrentes da subjugação de outras populações, na Europa e na África, ao final das expedições de Napoleão, foram anuladas em decorrência do Tratado de Paris, de modo que os limites do território da França acabaram reduzidos para dimensões menores do que as anteriores.

Já em 1795⁷, os exércitos franceses ocupavam a região de Bilbao na Espanha, realizavam alianças com a Prússia e com os holandeses contra os ingleses e lançavam suas intenções sobre toda parte sul e leste do seu território.

As idas e vindas diplomáticas, tanto na negociação do estabelecimento de novos territórios, quanto no reconhecimento de porções territoriais em outros países como o caso dos Países Baixos e das possessões americanas, proporcionaram a necessidade de defesa das nacionalidades, ao longo do século XIX. Essas modificações nas porções territoriais dos países influenciaram a posse e/ou a perda de certos grupos de seus respectivos poderes políticos em seus países, e no caso da França, especificamente a luta que se travava, principalmente após a Revolução de 1789, entre liberais e conservadores, reverberava na política ora imperial ora republicana do Estado francês.

O fato é que, até 1814, as alianças francesas em busca do estabelecimento de um império grandioso e financiado por sua burguesia foi uma constante. Desde 1801 – quando Napoleão foi promulgado cônsul vitalício, efetivando a sua posição em 1804 na outorga do código napoleônico em que conjuntamente concretizou seus ideais imperialistas no exterior, expandindo os domínios territoriais da França, como o caso das invasões do exército napoleônico aos territórios da Áustria (*Wagram*), Portugal, Espanha, Nápoles e Holanda –, a França lançava seu projeto de domínio externo como paradigma do mundo moderno e da novidade trazida pela revolta burguesa.

No entanto, o desbravamento de Napoleão e a expansão rápida e impiedosa das posses francesas foram acompanhados de breves vitórias e sucessivas derrotas, principalmente contra a Rússia em 1812. Em 1814, foi instaurada a primeira tentativa de acordo entre as nações européias e a França, bem como a primeira “batalha” diplomática na assinatura de tratados que determinassem fronteiras bem definidas. Surge o Tratado de Paris, que marca o fim das empreitadas francesas em relação aos territórios europeus, no final do século XVIII e início do século XIX.

Esse Tratado foi assinado em 30 de maio de 1814, no qual se estabeleciam as indenizações a serem pagas pela França aos países vencedores das batalhas contra o exército napoleônico. As primeiras determinações do Tratado eram a

⁷Baseamos algumas informações sobre o estado político da França o século XIX em Fernández e González (1995).

devolução das colônias francesas – Tobago, Santa Lúcia e Maurício – bem como o reconhecimento da independência dos Países Baixos, da Suíça e de alguns Estados italianos. Além dessas determinações, outros territórios além do francês tiveram alterações territoriais, como o caso da Áustria, que recebeu o reino da Lombardo-Véneto, Salzburgo e Tirol; e da Prússia, que recebeu parte do Ducado da Varsóvia, Danzig e parte da Saxônia.

Mesmo diante do regresso do ex-imperador Napoleão do exílio e da assunção ao poder na França em 1815, as discussões prosseguiram, concentradas em determinar a forma territorial da Europa depois das guerras napoleônicas. Por causa desse regresso de Napoleão, a assinatura final do Tratado e término do Congresso de Viena aconteceram em 1815, nove dias antes da derrota final de Napoleão na batalha de Waterloo. Depois disso, a França inicia uma época de poucas intenções belicosas, demonstradas pela redução de seu exército para pouco mais de 150 mil homens⁸ e pela prioridade à sua reestruturação interna.

Assim, podemos dizer que em 1814, Napoleão deixou o cenário político da França e neste ano a volta ao poder dos *Bourbon* com a subida de Luís XVIII marca o retorno ao trono da Aristocracia do Antigo Regime. Passado dez anos, Carlos X sucede Luis XVIII e depois em 1830 ocorre a subida da realeza burguesa de Luís Filipe.

Em 1848, foi instaurada a Segunda República, com a chamada Revolução de Fevereiro, que levou Luís Bonaparte ao poder, por sufrágio universal, proclamando as palavras “*Liberté, Egalité et Fraternité*”. Porém, a continuidade da crise política na França levou Luís Napoleão a promover um golpe de Estado, em 2 de dezembro de 1851, instaurando o Segundo Império, responsável por concretizar as aspirações nacionais sustentadas pela república de outrora e com base democrática fundadas desde 1848⁹.

É importante frisar este último período da organização política da França (1848-1870), pois foi nos primeiros quatorze anos desse regime que Fustel de Coulanges começou sua obra e também foi o momento em que se desenvolviam

⁸ Dados retirados dos próprios textos escritos por Fustel de Coulanges na década de 1870 e organizado por François Hartog no livro *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*, publicado no Brasil em 2003.

⁹ Uma obra que apresenta as impressões de Paris à época das reformas de Haussmann é o livro de Rupert Christiansen intitulado *Paris Babilônia*, em que tenta dimensionar o cotidiano das pessoas e as relações que estabeleciam diante das imensas transformações vividas na França da Comuna de Paris até o último quartel do século XIX.

dois sistemas de governo díspares, mas que deixaram profundas marcas na história francesa e na formação territorial, ideológica e social dos franceses.

A partir do governo de Luís Filipe (1830), marcado pela política monárquica e pela economia de caráter burguês, a política francesa primou pela publicidade do regime de governo muito mais do que pela gestão de políticas sociais. Tanto a Segunda República (1848) quanto o Segundo Império (1852) procuraram realizações que monumentalizassem, eternizassem e simbolizassem sua respectiva grandeza e sistema de governo e assim os legitimassem no poder, como teremos a oportunidade de entender mais adiante.

Ao contrário dos primeiros anos do século XIX em que a França primou pelos empreendimentos externos (HARTOG, 2003, p. 187 – 193), o Segundo Império, até o final da década de 1860, concentrou esforços na estruturação do país e no seu desenvolvimento econômico. De maneira geral, Napoleão III dedicou-se à reforma da França no aspecto político e econômico, bem como à promoção das reformas urbanas e sociais, apesar de, no final desse governo, ter acontecido tentativas de conquista na Criméia, na Itália e na região de fronteira com a Prússia.

Assim, o Segundo Império foi marcante na história e na historiografia francesa do Oitocentos, uma vez que ele tentou não somente dominar e demarcar territorialmente a França de meados do XIX (conflitos geográficos na região fronteira da Alsácia Lorena em disputa com a então Prússia), mas também realizou a tentativa de refundar a França a partir dos “apelos” da Modernidade, especialmente em relação a modernização pela inovação técnica e pela organização pública - o que já preocupava o Estado francês desde meados do século XVIII, mas que recebeu ênfase a partir da Revolução de 1789 e da crescente industrialização do país.

Essa tentativa de refundação do Estado francês não se limitou às questões políticas - que sob esse aspecto foram prementes devido às tensões existentes, nessa época, entre a tradição e a modernidade, o Antigo Regime e a emergência da República burguesa -, pois também permearam o sentido ideológico.

Napoleão III apontou para os problemas espaciais quando pensou em instituir um novo Estado que tivesse como prioridade as reformas urbanas e a educação do cidadão com valores cívicos propagandeados pelo Segundo Império. Aliás, o imperador francês deu ênfase àquilo que historicamente outros reinados anteriores valorizaram: a questão do espaço. Como afirma Jacques Revel, a identificação da

França com um espaço bem delimitado e com fronteiras soberanas somente se deu no século XVIII durante o reinado de Philippe Auguste, o que expressa a importância da territorialidade para a história desse país (REVEL, 1989, p. 103–159).

Portanto, no que concerne à busca pela definição das fronteiras territoriais francesas, a Revolução foi muito mais uma continuidade do que uma ruptura com o Antigo Regime, pois os esforços em organizar, melhorar e uniformizar a gestão do território foi uma tônica de sucessivos governos. Daí porque as viagens dos soberanos, reis ou presidentes, pela França foram tão emblemáticas e ratificadoras de suas preocupações com a gestão pública do espaço.

Ao assumir o governo, por exemplo, Napoleão III sentiu a necessidade de regressar ao território francês e fazer-se presente na totalidade da confederação. Foi eleito em dezembro de 1848 com três quartos dos votos e logo após assumir, no verão de 1849, promoveu visitas presidenciais periódicas aos estados franceses, de acordo com a conjuntura política em vigência. Às vésperas da restauração do seu império, Napoleão foi ao sul da França, na região de Provença, Lanquedoc e Aquitânia, para demonstrar sua presença, sua imagem e, sobretudo, apresentar à sociedade francesa os novos tempos que o seu governo trazia, tempos de alterações no território francês, de desenvolvimento econômico e técnico.

Chegava às cidades através das estradas de ferro, símbolo da modernização e da coesão territorial. Em todas as suas visitas, promovia rituais cívicos e dedicava-se a ver de perto cidades, fábricas, portos, oficinas e monumentos históricos.

Todas essas viagens foram minuciosamente documentadas pela imprensa do regime, o que nos leva a constatação de que a presença marcante do então presidente era acompanhada pela ritualização de sua imagem. Muito mais do que propaganda, o que Napoleão III apontou com essas viagens foi a necessidade de se entronizar, como afirma Revel (1989, p. 103 – 117), confirmando o seu sufrágio e lhe dando a exata medida das possibilidades do golpe. Com essas viagens, Napoleão percebeu as possibilidades de um discurso pautado na modernização, na reformulação do espaço e, sobretudo, na ratificação do poder da nação e do seu governo. Tinha a exata medida do tamanho das operações que o apoio popular lhe conferia e o Império foi somente o primeiro passo na confirmação das possibilidades de seus empreendimentos. Além do conhecimento do território francês, a percepção do apoio de suas bases políticas, contribuiu para que Napoleão III agisse sobre o

espaço e sobre a imagem e propaganda de seus feitos de maneira mais incisiva e marcante, conforme veremos.

Assim, na questão do espaço e na doutrinação dos cidadãos, temos de um lado as reformas urbanas postas em prática pelo prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann, entre as décadas de 1850 e 1860, que acabaram por remodelar a cidade. Essa refundação passou pela destruição parcial ou total dos antigos territórios que a sociedade, particularmente a parisiense, instituiu para mostrar ao habitante da cidade o poder do Estado e a grandeza da nação. Nesse momento, remodelar a cidade significou impor à sociedade novos padrões e novas relações sociais não mais pautadas na tradição, mas sim compelidas pela Modernidade e investidas pela modernização das técnicas arquiteturas e de construção, como, por exemplo, a inserção dos materiais de ferro nas estruturas das edificações.

Por outro lado, dadas as grandes transformações ocorridas ou ainda por se realizarem, eram necessários meios de convencimento da sociedade civil quanto à importância desse projeto para o controle das massas sociais. A tarefa foi dupla: primeiro persuadir a população francesa, mais precisamente parisiense, da necessidade das reformas urbanas, e segundo, elaborar meios de ordenar as massas trabalhadoras e evitar que os eventos ocorridos em 1848 – a instauração de um novo regime político por meio de um golpe – se repetissem.

No tocante à persuasão da população francesa, o governo de Napoleão III mostrou forte atuação no campo educacional. Por mais que os currículos oficiais do Estado francês tivessem sido reformulados desde a eclosão da Revolução Francesa, mais propriamente a partir de 1791¹⁰, foi no Segundo Império que a solicitação para disciplinar a sociedade, segundo uma ideologia moderna específica foi mais marcante. Para tanto, a História foi escolhida, ou foi cooptada com a função de estender os braços estatais aos demais recantos da sociedade francesa.

Diante desse conjunto de reformas aplicadas no Segundo Império, a História tinha que arregimentar toda a discussão em torno da nação, com as alterações urbanas que se observavam. Se outrora Napoleão Bonaparte insistiu em instituir o Estado francês pela grandiosidade das campanhas externas de anexações de territórios, diferentemente, o Segundo Império volta-se para as questões internas, e tratava como maior campanha a própria reformulação do espaço francês.

¹⁰ Quanto às reformas nos currículos escolares franceses ver mais em Furet (1990).

1.3 ANTIGOS TERRITÓRIOS EM ESPAÇOS MODERNOS – AS REFORMAS URBANAS, O PROJETO NACIONAL E O IMAGINÁRIO SOCIAL ACERCA DOS NOVOS ESPAÇOS

No que se refere às reformas urbanas, o Segundo Império escolheu Paris porque, de certa maneira, esta cidade representava de forma específica a macro política nacional francesa. Como afirma Napoleão III em pronunciamento em 1850:

Paris é o coração da França: ponhamos todos os nossos esforços em embelezar esta grande cidade, em melhorar a sorte de seus habitantes. Abramos nossas ruas, saneemos os bairros populosos que carecem de ar e de luminosidade e que a luz benfazeja do sol penetre por tudo em nossos muros. (PINON apud PESAVENTO, 2002, p. 91).

Preocupado com a legitimação do seu sistema de poder, Napoleão III transformou a República em Segundo Império, com o favorecimento e apoio da população às suas obras e à reformulação política e espacial da França. A questão da nacionalidade repercutia em suas obras porque sua preocupação maior era a de unir os franceses na defesa e aumento do território, pois ainda temia, primeiro, a perda das fronteiras com a Prússia, e segundo, a perda de seu governo pelos revolucionários a favor da República, que, aliás, viam com maus olhos a sua liderança.

O Segundo Império, portanto, optou por uma política em que a monumentalização, e a “estatuamania”¹¹ fosse o seu produto final, em se tratando de políticas públicas. Primou-se pelas mudanças nas formas materiais, pois o Estado entendia que isso correspondia a uma mudança nas representações criadas sobre a cidade e estas poderiam ter diversas formas de se manifestar, seja no cotidiano, na Ciência, na Literatura ou na História.

Entendendo as necessidades do espaço urbano em configuração, aliadas ao discurso higienista, às reivindicações das elites urbanas e à desorganização e freqüente tensão dos grupos de operários e trabalhadores, o Segundo Império compreendeu que a melhor maneira de aliar a transformação do caráter ideológico,

¹¹ Neologismo decorrente do vocábulo francês “*statuomanie*” utilizado por Maurice Agulho ao falar sobre os monumentos urbanos. Ver mais em: Agulhon (1988).

no que diz respeito ao sentir-se francês, à necessidade de cooptar homens e mulheres adeptos ao novo Império e sua liderança, era através da aplicação da modernização da cidade, do recorte dos seus espaços, em altos investimentos na urbanização da periferia, englobando a cidade e, sobretudo militarizando a cidade de maneira a evitar o que ocorrera no passado recente da cidade, como em 1830 e mesmo 1848, em que foi palco de intensas lutas pelo poder.

Agora não somente o embelezamento da cidade ou a idéia de “abrir” a cidade era a tônica de reconstrução de Paris, ou melhor, como afirma Christiansen, do novo projeto para esta cidade (CHRISTIANSEN, 1998, p. 23 – 156). Naquele momento, o Estado pretendia penetrar nos espaços construídos sem o seu controle, sem a sua permissão. Ao entrar nessas áreas, ao normatizar o uso do espaço e definir lugares e práticas, o Estado, o sistema de Napoleão III estabelecia controle sobre os indivíduos, sobre a sua maneira de lidar com o espaço urbano e, conseqüentemente, poderia evitar eventos como os 1848, em que os movimentos revolucionários tentaram mudar os sistemas políticos e a estrutura do Estado como um todo. Quanto à questão dos interesses de reformulação do espaço urbano no Segundo Império, Pesavento (2002, p. 93) diz:

Os interesses da higiene, do comércio e da estética passaram a convergir em torno da linha reta, legitimando a intervenção urbana haussmanniana, que se caracterizou pelas grandes aberturas, rasgando a cidade e refazendo o desenho urbano arcaico.

Aliado a isso temos, como afirmado anteriormente, o problema social urbano de Paris, as revoltas e barricadas, os focos de tensão e a crescente imobilidade do Estado frente a esses arranjos “paralelos”, não somente indicavam a emergência de alteração das políticas públicas, entendidas como quase que exclusivas para atender os interesses da burguesia como também a necessidade de reformar aquilo que as revoltas anteriores destruíram como os monumentos próximos ao Hotel de Ville, por exemplo. Chegava a hora de transformar em real a “cidade ideal” dos teóricos do “urbanismo social”. Portanto, a construção de bairros e casas populares passava pela reestruturação do espaço, pela legitimação da separação dos bairros comerciais feitos em função de um grupo social específico, bem como os bulevares

para a casa trabalhadora, além dos eventos de construção do espaço estava em jogo também realizar uma engenharia social¹².

Tomem-se, as preocupações expressas pelo barão Haussmann pelo controle das revoltas populares, através da abertura de largas avenidas e *boulevards* que permitissem a circulação das tropas e que formassem uma espécie de “sistema defensivo” contra o “inimigo interno”. (PESAVENTO, 2002, p.94).

Haussmann pretendeu fundar uma nova cidade, destruindo os antigos espaços, instituindo novos, ligando tradição e modernidade, recortando Paris em redes, planificando o espaço, valorizando o centro e militarizando as avenidas pela sua largura, transitividade e visibilidade. Não obstante, o trabalho principal de Haussmann era tornar esses lugares focos das práticas sociais, pontos de referência para as relações sociais e lugar de reunião.

Como parte da estratégia de agregação das pessoas, Haussmann priorizou a montagem de ambientes naturais como cachoeiras, cascatas, lagos e bosques em plena cidade, na tentativa de construção de uma paisagem particular, de uma paisagem urbana que unia modernidade e natureza. Cidade e campo deixavam de serem dicotomias radicais e Haussmann almejava trazer elementos bucólicos para interagir com a cidade. Essa atitude, no auge da experiência urbana, valorizava o ideal de convivência social em que o sentimento de nostalgia do viver rural era acompanhado de imagens urbanas sobre o campo, transformando-o em uma paisagem utópica¹³.

Ao construir o novo, o interesse de Haussmann era criar símbolos em toda a cidade de maneira a instituir identidades entre os sujeitos, os habitantes da cidade e o espaço urbano. Os símbolos representam os conjuntos identitários que o Segundo

¹² Christiansen acredita que mais do que reformas Paris passou por uma mudança significativa no sentido da relação dos sujeitos com o espaço. O observar a cidade, o comportamento nos ambientes públicos e o trato dos homens com o cotidiano da cidade também foi alterado pelas reformas de Haussmann. Para ele além de reformar a cidade, Haussmann fez uma operação de Engenharia social deslocando pessoas e indicando lugares de lazer, convivência e trabalho. Ver mais em Christiansen (1998, p. 93 – 154).

¹³ No que se refere a questão da paisagem como elaboração humana, um livro que trata, tanto teoricamente quanto historicamente sobre esta questão da paisagem é o livro de Simon Schama, Paisagem e memória. Nele, Schama chama a atenção para o fato que a natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo, ele faz parte das práticas sociais e do imaginário coletivo das pessoas, conceito muito próximo para entender a implementação de aspectos da natureza no espaço urbano. No que se refere as imagens do campo na cidade um importante livro sobre essa relação na cidade é o título de Raymond Williams, O campo e a cidade: na história e na literatura. Williams retoma os textos dos literatos, principalmente da Grã-Bretanha- que versam sobre como o campo e a cidade são tratados com as reformulações na paisagem destes dois espaços.

Império requisitava. Apoio ao Império, reconsideração sobre os feitos da antiga nobreza, concretização, materialização da Paris imaginada pelos iluministas, pelos pensadores do século XVIII.

1. 4 O ANTIGO MODELO MODERNO: Paris e sua resignificação

Na história de Paris, podemos marcar o período de reforma do espaço urbano em antes e depois de Haussmann. Em ambos os períodos, a percepção espacial da cidade dependeu em grande medida da compreensão da produção social e histórica do mundo urbano. A atribuição de sentido para o espaço, que desde o início do século XIX estava passando por mudanças intensas, era percebido pelo imaginário social, a partir do conjunto de relações sociais tecidas e vivenciadas pelos sujeitos sociais, em que pese as facilidades e dificuldades advindas da Modernidade, pela qual passava a capital da França.

A primeira experiência da reforma da cidade de Paris recuava em suas formas ao século anterior ao Oitocentos, no qual já havia a necessidade de reformular e organizar, urbanisticamente, suas fronteiras e bulevares, muralhas e parques. Segundo Pesavento, citando Lepetit (apud PESAVENTO, 2002, p. 33), as definições de cidade no final do século XVIII estavam associadas aos “elementos de enclausuramento”. Um bom exemplo desta definição podemos encontrar no dicionário Richelet de 1679 que se referia à cidade como “lugar cheio de casas e fechado por terraços e fossos, ou por muralhas e fossos”, ou em Fure (1690) que definia a cidade como “local de habitação de um povo bastante numeroso, que é ordinariamente fechado por muralhas, reunião de muitas casas dispostas em ruas e fechadas por uma cintura de muros e fossos” (PESAVENTO, 2002, p. 33).

Essas concepções que atrelavam a constituição de uma cidade a limites bem determinados e a configurações gerais, aos poucos deram lugar a orientações que superaram a discussão sobre muros e fossos, destinados à proteção contra agentes externos. A construção de ruas e avenidas passou a ser planejada, de modo a garantir a proteção da cidade contra os agentes externos. Mas, a idéia de dotar o espaço urbano de outras características, particularmente em Paris, não era nova, nem foi inaugurada durante o Oitocentos.

De certa maneira, a idéia de cidade foi paulatinamente configurada através das sucessivas reformas e demarcações de território, em que as fronteiras eram muradas, de maneira a determinar o começo e o fim do espaço citadino. Em decorrência, da insistente preocupação dos sucessivos governos franceses, as muralhas de outrora se transformaram nos bulevares do século XIX. Concomitantemente, essas transformações se fizeram acompanhar de mudanças importantes no imaginário dos sujeitos e de alterações consideráveis na percepção do espaço pela sociedade.

Portanto, a originalidade na conformação da cidade estava contida na localização do centro do poder e da vida social que continuava ligada às antigas fortificações ou aos lugares reconhecidamente nobres de outrora, como afirma Jean Louis Babelon (apud PESAVENTO, 2002, p. 36):

Assim o “boulevard” clássico, nascido de uma sujeição militar devido à insegurança está na origem de uma reflexão nova sobre a cidade, sobre os laços que o usuário citadino – e logo cidadão – tece com o seu ambiente. O espaço, a vista, o passeio aparecem apenas como necessidades do mesmo tipo que as fontes, os esgotos, os mercados. A fantasia do passante solitário encontra o prazer mundano de ver sendo visto. A este novo tipo urbano estava prometido um imenso futuro.

No século XIX, os antigos limites são as portas da Antiga Cidade, as muralhas do passado são os parques dos trabalhadores. O “ar” circular da cidade, as estruturas construídas, aos poucos, vão sugerir uma Paris circular, “a cidade é redonda como uma abóbora” (PESAVENTO, 2002, p. 37-8). A Paris do final do século XVIII e início do século XIX estava na fronteira das questões da medievalidade, das tônicas de fortificação dos feudos ou das propriedades reais para a idéia de bens públicos, de circulação e de fortificação do traçado urbano do Oitocentos.

Em vez de ruas estreitas e tortuosas, de muralhas deslocadas que impediam a circulação e obstruíam as ruas, que tanto marcaram o Império e mesmo a Monarquia de Julho, a partir do governo de Napoleão III, passamos perceber uma cidade mais aberta e desobstruída, como se refere Jean Luc Pinol:

Para aquilo que é a definição de cidade a desaparecimento das muralhas não é algo sem conseqüências. A materialidade das fortificações enunciava a cidade, mesmo que, desde o século XVIII, a definição

pelo muro tenha cedido o passo às concepções mais funcionais. Com os “*faubourgs*” se assimilando progressivamente à área urbana (PESAVENTO, 2002, p. 38).

Desta maneira, se as próprias reformas de Paris se pautaram em antigos projetos ou pré-reformas realizadas, pelo menos desde meados do século XVIII, como poderíamos esperar uma experiência urbana inédita ou um imaginário da cidade previsível e definitivo? Os parisienses, ou melhor, os franceses como um todo viviam desde o século XVIII as expectativas de reformulação urbana, de alteração nos padrões sanitários e militares que compunham uma cidade.

A idéia de Napoleão III estava na instauração de novos símbolos, símbolos modernos que apagassem os fantasmas que surgiram com a Revolução Francesa marcando um novo período para a história da França, no que diz respeito a relação do Estado com os cidadãos franceses e com seu território. Além deste fantasma, podemos elencar fatores importantes que se alteraram juntamente com a noção de cidade, como a política, a questão do reinado, do povo, do próprio território, por exemplo. Com isso, entendemos que além das concepções arquitetônicas, Napoleão III impunha um novo modo de vida integral “um sistema de elementos inter-relacionados que serviria aos parisienses ao mesmo tempo em que controlava suas vidas” (CHRISTIANSEN, 1998, p. 95).

Antes das reformas de Haussmann, no primeiro quartel do século XIX, a cidade de Paris sofreu de uma ambivalência singular. Ao mesmo tempo em que era luz, o berço das grandes idéias, dos movimentos modernos, era uma cidade de problemas, de caos, centro das migrações rurais, das fugas dos trabalhadores do campo para os centros urbanos. A babilônia moderna foi associada pelos literatos como representação da virtuosidade dos nobres e da punição dos pobres; era, em suma, a cidade vício, a cidade problema, a cidade em que a aglomeração, os arranjos urbanos eram maiores, mais rápidos e mais imprevisíveis do que o poder público poderia prever.

Era preciso entender que a dinâmica da cidade fugia à regra do poder público. E esses movimentos próprios incentivaram especialmente o Segundo Império para a estratificação do espaço e a organização de ruas, avenidas, bulevares, praças e bairros, com intuito de facilitar o acesso do poder e, conseqüentemente, do Estado à “desordem” da organização dos sujeitos das cidades. Em suma “uma cidade

moderna, aberta, era um problema posto pelas novas condições da existência” (PESAVENTO, 2002, p. 38).

Paris deixa de ser uma dentre as várias cidades francesas para ser a referência do século XIX, de uma parte, uma região da confederação, para mais uma revolução pela qual a França passava. Paris começava a se transformar na Revolução liberal de tônica burguesa e de símbolos aristocráticos, moldada, curiosamente tanto pelos aristocratas quanto pelos liberais.

Assim, as reformas de Haussmann se tornaram o “grande paradigma” e o marco da questão urbana de Paris e, portanto, da França. Suas intervenções, durante a sua gestão na prefeitura de Paris, entre 1853 e 1870, fizeram da cidade-inferno de Balzac e da cidade-oculta de Victor Hugo, a cidade-luz, capital ocidental da cultura e a representação do cosmopolitismo e da Modernidade através do texto urbano.

A haussmanização de Paris, fruto de uma favorável conjuntura e de uma especificidade política que desde a revolução burguesa não ocorria, possibilitou e ofereceu condições de um verdadeiro recorte espacial na capital francesa. Essa conjuntura favorável pode ser indicada, principalmente pela aliança do Segundo Império com as sociedades de crédito e grupos imobiliários, o que possibilitou as condições para as intensas reformas urbanas, realizadas em pouco menos de 20 anos.

No entanto, podemos concluir que discutir o espaço urbano era reformulá-lo, tensionar os pólos entre a Tradição e a Modernidade, entre a modernização da sociedade e do espaço *versus* os aspectos marcantes que apresentavam o passado, especificamente o Regime Absolutista e medieval que tanto marcara a formação territorial francesa.

Essa foi uma das resistências da sociedade moderna ao modelo de cidade de que tinha conhecimento. A cidade de Paris, por exemplo, após a Revolução Burguesa, negava com veemência a idéia de passado que retomasse a história dos grandes reis e/ou que se dedicasse a demarcar a maneira como as famílias aristocratas desenvolveram sua política no território francês. Assim, o anseio pelo novo adveio, sobretudo, da necessidade de se apagar o passado recente. Reformar a cidade, portanto, era reformar a idéia de história, principalmente da nação, e como primeiro símbolo, a cidade emergia e fabricava símbolos contemporâneos.

O clássico é tomado não mais como retratação de um modelo possível, mas como metáfora da realidade que não se vê porque o real estava sob os escombros, escavações e ruas disformes, casas incompletas e parques desfigurados. Paris perdera seus prédios, suas ruas e também sua identidade e dentro dessa perspectiva, *A Cidade Antiga* é o esforço, por ocasião dessas reformas e da perda de identidade, para fazer a França lembrar como foi possível a construção da nacionalidade de uma cidade, da qual Paris tencionava ser a elaboração moderna.

A negação ao período histórico imediatamente posterior à Revolução Francesa, legitimara a destruição do centro e a incorporação e modificação da periferia de Paris. O novo Estado Nacional deveria estar presente de maneira efetiva e simbólica nos cercamentos, além dos muros de Paris, e para tanto deveria proceder a uma etapa que necessariamente passava pela destruição do que existia.

Tal como verificou Maurice Agulhon, a idéia era a formação de uma sociedade “estatuamânica” e a História tinha o dever de disciplinar os sujeitos para aceitar o novo. Monumentalizar o cotidiano, remodelar o urbano, reordenar o espaço, fabricar uma consciência nacional, inventar tradições¹⁴, enfim, a cidade francesa do século XIX se comportava como um laboratório de experiências, um espaço peculiar de pesquisa porque reunia em si diversas outras características e anseios que iam além das reformulações arquitetônicas ocorridas ao longo da História.

O problema é que ao impor novos rumos à cidade, ao trabalhar sobre o novo, Paris acabava por negar o velho. Porém, o novo que passa a ser identificado como vício e o antigo, o clássico como virtude. Como fala Théophile Gautier:

A Paris Moderna seria impossível na Paris de outrora [...]. A civilização se talha por largas avenidas no negro Dédalo de ruelas, de cruzamentos, de becos da cidade antiga; ela abate as casas como o pioneiro da América abate árvores [...]. As muralhas apodrecidas [...] se desmoronam para deixar surgir de seus escombros habitações dignas do homem, nas quais a saúde baixa com o ar e o pensamento sereno com a luz do sol [...] Para poder viver, as cidades são forçadas muitas vezes a varrer, como o lodo das ruas, a poeira de sua história. (PESAVENTO, 2002, p. 108).

¹⁴ Sobre a temática das nações inventadas ver mais em Hobsbawm (1990).

Mesmo que esse depoimento demonstre deslumbramento, apreço e beleza pelos escombros de Paris, Gautier exprime o quão diversa foi a ótica sobre as transformações em Paris e a variedade de discursos que cercavam as modificações na cidade. Mesmo assim, esse discurso é representativo de como a sobreposição do espaço representou, em Paris, antes de tudo a sobreposição de tempos.

Se a imagem do Moderno era o progresso e de certa maneira a destruição, a desorganização do espaço era a justificativa necessária para invocar o tempo passado e a referência que se tinha sobre as coisas e a cidade.

De qualquer maneira a sensação era de estranhamento, a sensação de mudança na paisagem da cidade causava a perda dos pontos de referência e localização. Os indivíduos não mais reconheciam os lugares e buscavam os espaços perdidos (PESAVENTO, 2002, p. 110).

Essa idéia de reconfiguração do espaço como identidade possível para o presente estava diretamente relacionada ao discurso nacional que o Estado francês realizava. Sua propaganda ocorreu na prática com a cidade e com a história científica. A seguir vamos examinar como se deu o recebimento desse conjunto programático de reformulações realizadas pelo Estado. De que maneira, por exemplo, a Literatura lidou com essas transformações, representou o cotidiano e evidenciou o presente.

Faremos isso para entender como as estruturas narrativas usadas para a interpretação do presente, como no caso da literatura, foram recobradas por Coulanges em sua obra, senão diretamente, mas na própria organização de suas pesquisas e de suas fontes. Aliada a essa discussão vamos demonstrar de que maneira o debate sobre a cientificização da História e a sua relação com o Estado acabou por nortear as pesquisas históricas em torno da nação.

Assim, podemos compreender melhor de que maneira as organizações políticas da França incidiram sobre o momento de reforma do espaço urbano. De que maneira estas organizações tornaram Paris a materialidade de um conjunto de políticas que quase sempre almejavam a construção de um discurso nacional.

O que veremos agora é como se deu a representação da cidade que aos poucos se configurava como epíteto da Modernidade. De que maneira essa nova cidade foi explicada pelos autores franceses. A literatura servirá como uma fonte possível para o resgate da configuração destas estruturas. Por isso, relacionamos as

suas impressões com a própria configuração dos discursos modernos sobre a cidade.

1.5 A CIDADE NA PONTA DA “PENA”: a literatura e as narrativas do novo

A percepção da cidade, como antes relatado, dava-se pelo olhar. O objeto visual dos trabalhadores, dos pedestres, dos passantes, dos viajantes, dos narradores, dos poetas e das vivências individuais dos historiadores configurava-se num problema. Os olhares, os odores, as linguagens eram códigos que os indivíduos tentavam a todo o momento dominar, entender e traduzir. A cidade do Oitocentos a todo instante ganhava novas configurações que a distanciava cada vez mais das concepções de cidade do século XVII e XVIII marcadas pelos elementos delimitadores do espaço como as muralhas e os marcos que escreviam um limite e inscreviam a população a determinados lugares.

A maneira como os indivíduos se relacionava com a cidade era eminentemente através do imaginário social, das impressões coletivas sobre as novidades que se colocavam sobre os novos espaços urbanos. Foi sobre esse imaginário que falava do passado e abordava o presente que literatos e historiadores se detiveram para responder seus problemas.

Partindo desta premissa, ao mesmo tempo em que o imaginário social tentava moldar, “domesticar” os eventos que aconteciam na cidade, esta ganhava contornos no sentido de segregar, de separar, de definir as identidades inerentes a determinados lugares. Essas identidades eram materializadas pelo delineamento de bairros – como o de trabalhadores e operários - até a organização do comércio, dos bulevares, dos parques, praças e demais infra-estruturas públicas voltados a determinadas pessoas de certas classes sociais e de assentados lugares.

Esse imaginário social influenciou os escritores, de antes e depois das reformas de Haussmann. Esses escritores destacaram o papel nocivo da sociedade urbana e do espaço da cidade, e com as reformas de meados do Oitocentos, naturalizaram as novidades surgidas no seio urbano mesmo que elas representassem retrocessos médicos e complicações sociais como miséria, fome e insegurança.

Os escritores modernos do século XIX, como Zola, Baudelaire, Victor Hugo e Balzac, se preocuparam em relatar como a Modernidade influenciou sobre as famílias, os sujeitos, seu cotidiano, sua vida pública, seus espaços privados, suas instituições jurídicas e a própria formação das sociedades no interior do espaço urbano. Da mesma maneira, Coulanges usou a História e o estudo do passado no entendimento da Modernidade.

Se Coulanges pensava a formação do território francês, possível ou já evidente na história, os discursos literários tentavam recobrir os textos daqueles que sentiam a Modernidade, daqueles que percebiam, pelo seu modo de vida, as consequências de um reagrupamento urbano, daqueles que sentiam as confusões políticas e as instabilidades sociais, daqueles que se impressionavam pela modernização dos instrumentos do cotidiano, mas que se assustavam pelas nefastas divisões sociais que promoviam através da acumulação do capital, na época moderna.

Esses discursos traduzem a emergência da metrópole. Os enredos do cotidiano tentam responder de que maneira a antiga cidade fechada torna-se uma cidade aberta, uma cidade berço do desenvolvimento científico, político, social e intelectual do mundo.

Para entender o imaginário espacial nos baseamos no estudo realizado por Sandra Jatahy Pesavento (2002), que inventariou os olhares dos literatos sobre a cidade parisiense do século XIX. Adequamos o tema a perspectiva de nosso trabalho, que busca entender como determinadas estruturas usadas mais costumeiramente pela literatura e pelos historiadores românticos são determinantes para a construção da obra de Fustel. Afinal de contas, podemos afirmar que tanto a História quanto a Literatura abordam a cidade, apesar da divergência dos seus métodos e objetivos.

Estes dois campos da narrativa buscam maneiras diferentes de “dizer a cidade”. São discursos que, mesmo diretos ou metafóricos, desejam ser reconhecidos por construírem ou abordarem a realidade através de diferentes caminhos metodológicos. A cidade é construída discursivamente na tentativa de se solucionar os seus problemas e responder aos inúmeros questionamentos dela oriundos, seja abordando os efeitos do presente, da Modernidade, seja os do passado, naquilo que os povos fizeram outrora e que são retomados no presente como foco de explicação possível dos eventos do “agora”.

De maneira geral, o historiador seria aquele dedicado a entender os movimentos históricos da cidade, de entender a modernidade pelo discurso urbano, pelas modificações no espaço, pela nova tônica que os governos empregavam ao urbano. Já a Literatura almeja reconstruir a “materialidade de Pedra” (PESAVENTO, 2002, p. 10), isto é, a cidade, sob forma de texto. O enredo se fundamenta ora sobre o cotidiano das famílias nobres da cidade, ora sobre a calamidade e desorganização das vilas dos operários, dos trabalhadores, dos moradores comuns.

A literatura, então, preconiza cruzar as imagens do cotidiano, as imagens gestadas, construídas e desenvolvidas na cidade com os próprios discursos da qual esses lugares são alvos e são construídos cotidianamente. Visa tornar a fala dos operários, trabalhadores, aristocratas e demais sujeitos uma maneira de construir os lugares e definir os espaços componentes de uma cidade.

Diante desse novo indivíduo coletivo (a cidade), no século XIX os autores que se debruçaram sobre este indicaram a necessidade de pluralizar as análises sobre o espaço urbano e direcionar as diversas perspectivas possíveis acerca deste novo objeto de estudo. Para eles, era necessário estimular o poder de interpretação visual da cidade ou, ao menos, recuperar os discursos que realizam esta tarefa, tais como o discurso de Baudelaire, Balzac, Victor Hugo e Émile Zola, por exemplo, escritores que almejaram a partir do cotidiano, dos relatos das ruas, entender o imaginário e o simbolismo que envolvia a perspectiva do novo, do moderno, de suas qualidades e de seus horrendos defeitos.

Esses autores visam evidenciar a experiência individual pelas estruturas coletivas ou entender a coletividade pelas percepções dos indivíduos, dos passantes, do cotidiano. Esses escritores procuram evidenciar a postura de celebração e combate diante do novo que tanto atemoriza quanto fascina.

É sobre esse “fascinante” e esse “atemorizante” que vamos tratar na próxima seção, sobre os contrastes na visão destes autores do que seria a cidade e as relações sociais no século XIX para entender que representações estavam em jogo no Oitocentos para entendimento desta temporalidade.

1.6 PARIS MODERNA: uma a cidade dos contrastes.

É comum encontrarmos na historiografia o entendimento de que Paris, principalmente a Paris dos literatos é a cidade das mudanças, do cosmopolitismo, das transformações repentinas, das inconstâncias, das disputas, dos rearranjos e da vivência intensa daquilo que o mundo moderno propôs para os espaços urbanos.

Ela foi a cidade em que, como diz Marshall Berman, tudo que era sólido se desmanchava no ar, talvez não propriamente no ar, como afirmara Bauman, mas num espaço que era reformulado, na intenção de, como um líquido, moldar e amolecer o que se considerava sólido - a tradição. Diz Bauman (2000, p. 10):

Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração, e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por uma vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez *duradoura*, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável. [...] Para poder construir seriamente uma nova ordem (verdadeiramente sólida!) era necessário primeiro livrar-se do entulho com que a velha ordem sobrecarregava os construtores. “Derreter os sólidos,” significava, antes e acima de tudo eliminar as obrigações “irrelevantes” que impediam a via de cálculo racional dos efeitos [...] (BAUMAN, 2000, p.10)

Tornar Paris uma cidade sólida, no século XIX, era, efetivamente, destituir os velhos costumes, liquefazer as antigas tradições e sobrepôr, temporal e espacialmente, através de símbolos sociais, a Paris aristocrata de outrora com uma Paris construída pela nação e que fosse produto de um Estado moderno e organizado. Desse ponto de vista, era natural a propaganda do governo francês quanto às suas realizações e, conseqüentemente, as expectativas e concepções sobre o que viria ser a cidade continuariam divergentes mesmo depois das reformas urbanas de Paris. Isso porque, na concepção de Bauman (2000), o que se tinha eram estados sólidos da pré-modernidade e o que se veio a seguir foi a partir do entendimento do que eram esses sólidos.

Desta forma, o que tínhamos era concepções contrastantes na compreensão daquilo que a cidade poderia se tornar. Essas concepções podiam ser percebidas, já em 1759, nas “palavras” de Fougere Monbron quando ele qualificou Paris de

cidade-pecado, uma cidade ao mesmo tempo “inferno e paraíso, luxo e miséria, barro e ouro” (PESAVENTO, 2002, p. 44).

Podemos dizer que, antes da década de 1850, Paris era alvo de duas reflexões principais. A primeira entendia a capital francesa como uma cidade-virtude pelas potencialidades que a crescente burguesia do Setecentos percebia neste pedaço do território francês. A segunda definia o território francês como a cidade-vício. Essa noção se definiu com a transição do espaço rural e urbano francês, as sucessivas migrações populacionais entre estes espaços e os efeitos da urbanização da *Ilê de France*.

Apesar dos extremos ocorrerem – da virtude ao vício – o que sabemos é que se tinha resultados díspares, a depender da forma ou da parcela que se focalizava a Modernidade. A cidade era virtude a partir das expectativas daqueles que dela poderiam se beneficiar em todos os seus sentidos, e era vício se entendermos que as conseqüências de suas virtudes gerariam situações onde o espaço seria um lugar de práticas socialmente marginais, sujas e anti-modernas, digamos assim. Além do que, a questão social agravada e propiciada pela industrialização do início do século XIX faz o efeito sobre essa cidade se tornar um espaço do entorpecimento, e, portanto, de vício.

Seja pela questão da segregação social, seja pela imposição de 140 quilômetros de novas estradas de ruas como Haussmann fez, o fato é que novos espaços geraram novas maneiras de convivência que, por sua vez, resultaram nas mais diversas impressões sobre os novos territórios. Um relato bem específico do que era viver nessa nova cidade-escombro nos dá boa noção disto. Diz Victor Fournel:

Através das janelas percebem-se os segredos olfativos de todas as cozinhas do prédio; das portas, os passos de todos os que usam as escadas; das lareiras chegam fragmentos de todas as conversas e discussões. No andar de baixo uma senhora sofre de enxaqueca, obrigando o vizinho, gentil e compadecido, a calçar chinelos e a caminhar na ponta dos pés durante a semana inteira; do lado oposto, uma jovem toma lições de piano e se exercita, regularmente, há seis meses, de manhã e à noite – uma tortura indescritível. Algumas crianças brincam com um pião no apartamento de cima, inviabilizando qualquer tipo de trabalho. O ranger de uma cadeira de balanço ou de uma porta deixa os moradores insones; alguém que assoe o nariz no meio da noite acorda os demais, com um susto. Todos estão cercados e perseguidos por um enxame de ruídos que

têm de ser aceitos amarga e incansavelmente [...] (CHRISTIANSEN, 1998, p. 102 - 103.).

Um relato como esse seria impraticável do ponto de vista da História do século XIX e seria raro encontrá-lo nas obras históricas, até mesmo de historiadores românticos, mais permeáveis a esse tipo de olhar acerca da cidade. É que as visões particulares não interferiam na análise científica e empírica que dominava a historiografia oitocentista. Não obstante, a idéia dos literatos e até mesmo de historiadores românticos, como Michelet¹⁵, por exemplo, era fornecer instrumentos para uma tomada de consciência em relação aos problemas do cotidiano.

O texto é um retrato dessa nova realidade, uma tentativa de dimensionar, de quantificar aquilo que Victor Fournel descreveu como a existência das pessoas no novo tempo. A modernidade se impõe no espaço transfigurado pelas várias realidades individuais, mas não visa apresentar um replanejamento, uma nova possibilidade de encarar essa nova existência, assim como afirmara Coulanges na introdução do seu livro.

Os textos que apresentaram propostas de adequação do espaço parisiense ou de transformação da cidade foram de responsabilidade dos urbanistas. O pensamento técnico e científico sobre os arranjos habitacionais, públicos e coletivos foram de responsabilidade do Estado e, portanto da burguesia política que se alternava no poder, ora com a nobreza de outrora, ora com os novos burgueses.

Já os textos literários se interessaram pelas práticas do mundo moderno e produziram discursos que acabaram sendo a base de entendimento do novo, pois eles mesmos criavam novas realidades. Os literatos e historiadores almejavam verificar aquilo que já era dito constantemente, mas que não era conceituado, nominado – o viver em cidade, corroborando assim a idéia de que era necessário: “[...] dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2002, p. 25).

¹⁵ Jules Michelet (1798-1874), famoso historiador do século XIX, um dos mais destacados nomes do romantismo francês que visualizou a Revolução Francesa como um produto da miséria das massas reconhecendo na burguesia o respiro para uma sociedade livre. Além disso, focalizou as suas pesquisas na formação da nação e na constituição dos franceses no discurso nacional. Uma obra importante que representa essa preocupação é “o povo”. Michelet vai desde a servidão à libertação e no meio destes dois estados o amor e a idéia de nação daí porque seu caráter romântico é tão marcante. Ver mais em Michelet (1988).

Esses discursos, por mais diversos e variáveis que fossem, criaram mais do que visões de cidades, pois acabaram por criar cidades baseadas no imaginário social e nos símbolos absorvidos pelos sujeitos.

Os urbanistas tentaram realizar o sonho da cidade desejada, ignorando o imaginário social, descartando a tradição, impondo trajetos e organizações à revelia dos moradores da cidade. Esses profissionais embasaram-se nos discursos iluministas para “produzirem o espaço” ideal, principalmente a partir da apropriação do espaço pelos matemáticos, pelos descobrimentos da física newtoniana e, sobretudo, pela sua dessacralização¹⁶ e naturalização das realizações do homem, ou seja, a outrora cidade de Deus sucumbira e Paris poderia ser o modelo da cidade dos homens.

Logo as reformas foram feitas nos bairros conhecidos com a preocupação de oferecer melhor circulação e abrir novos espaços. Essas primeiras reformas foram um exemplo da tônica que regeria as primeiras alterações no espaço antes das intensas reformas de Haussmann. Essas reformas do espaço parisiense obedeciam aos projetos políticos em voga, de modo que as mudanças espaciais ocorressem no sentido não mais de facilitar as passagens para circulação do cidadão, mas com a preocupação militar, no sentido de construir uma muralha que fortificasse Paris e a dotasse de grandes fronteiras, daí porque se começou pelos bairros mais conhecidos e centrais para, mais tarde, se estender à periferia.¹⁷

Segundo Pesavento, as operações realizadas pelo Conde de *Rambuteau*, prefeito de Paris no reinado de Luís Filipe, priorizaram a idéia de abertura da cidade, com enfoque para os recursos naturais, como a utilização da água e a limpeza da cidade. Aliás, o discurso higienista influenciou as modificações urbanas à época de Luís Filipe. *Rambuteau* iniciou a modernização dos hospitais, a construção de calçadas e bulevares. Em sua gestão aconteceu a urbanização da *Place de La concorde*, a inauguração do Arco do triunfo, o alargamento do Mercado de Paris, a construção de avenidas que cortavam a cidade e o tratamento urbanístico da região dos *Champs Elysées*, tornando-a propícia a passeios e ao lazer.

Além desta questão de abrir a cidade, a divisão da urbe ocorria também no plano do simbólico, especialmente quando percebemos que havia um enorme

¹⁶ Quanto a essa perspectiva de uma história geral do espaço, ver mais em Wertheim (2001).

¹⁷ Um livro que se preocupa em analisar as absorções dos novos planos urbanísticos na cidade de Paris pela perspectiva urbanística é a obra de Giedion (2004).

esforço dos urbanistas de dotar as ruas elegantes e o centro financeiro de Paris de uma condição privilegiada em relação aos demais espaços da cidade. Pensadores da questão urbana, como Perreymond, entendiam que Paris deveria conservar seus pontos centrais como referência para o desenvolvimento dos demais espaços urbanos. Portanto, a reforma de Paris passava pela reconquista do centro da cidade.

Essas modificações geravam a repulsa dos literatos pelas conseqüências da Modernidade no novo espaço, como a desorganização e a anti-higiene, por exemplo. No entanto ao mesmo tempo, havia um encanto destes para com todas as possibilidades que a própria Modernidade trazia, pois também nos enfrentamos com concepções de uma Paris que irradiava cultura, civilização, novidade e informação. Lugar onde se cruzavam e entrecruzavam todo tipo de gente e atividades.

Soma-se a isso a compreensão de Paris como o “*ethos* urbano” que geralmente era definido por sua oposição ao mundo rural, bem como, pelos hábitos e especificidades que definem e caracterizam cada espaço urbano. O camponês, o campesino é entendido como guardião da tradição, conservador de tempos idos, vivente de um tempo que o liga à medievalidade (ou ao período anterior à Modernidade). É sobrepondo estas diferenciações que os escritores pretendem enxergar um mundo moderno possível.

A partir desse entendimento, podemos destacar, durante as primeiras reformulações espaciais, ainda sobre o governo de Luís Felipe, os escritos de Balzac (1799 – 1850)¹⁸, por exemplo. Na narrativa balzaquiana o que prevalece é a idéia de contrastes, classificando a cidade como “o paraíso das mulheres, o purgatório dos homens e o inferno dos cavalos”. Para ele:

Há em Paris certas ruas tão desonradas quanto pode ser um homem culpado de infâmia, pois existem ruas nobres, ruas simplesmente desonestas, ruas jovens sob cuja moralidade o público não formou ainda opinião, ruas assassinas, ruas mais velhas que velhas ruas endinheiradas, ruas estimáveis, ruas sempre asseadas e ruas sempre sujas, ruas operárias, trabalhadoras, mercantis, as ruas de Paris, enfim, têm qualidades humanas, e suas fisionomias nos sugerem certas idéias contra as quais nos vemos indefesos. (PESAVENTO, 2002, p. 61).

¹⁸ Honoré de Balzac é considerado um dos maiores nomes do realismo na literatura, tendo cunhado seus escritos sob as vistas da tradição literária do Romantismo francês. Entre as suas obras mais importantes está A Comédia Humana (*La comédie humaine*), que reúne oitenta e oito obras, em que procura retratar a realidade da vida burguesa da França na sua época. Ver mais em Gengembre (1992).

À mesma maneira como Balzac se dedicava a listar as vicissitudes dos novos tempos, ele expressa seu ponto de vista quanto à animização do espaço urbano:

O homem mais impetuoso se torna aí triste como todos os passantes, o barulho de uma viatura de torna um acontecimento, as casas são mornas, os muros se assemelham a uma prisão. Um parisiense perdido não veria aí senão pensões burguesas ou instituições, misérias ou aborrecimentos, velhice que morre ou a alegre juventude compelida a trabalhar. Nenhum bairro de Paris não é mais horrível, nem, digamos, mais desconhecido. (PESAVENTO, 2002, p. 61).

Quanto à questão da narrativa balzaquiana e a presença dos contrastes sociais no diagnóstico da cidade de Paris no processo de urbanização, temos:

Na narrativa balzaquiana, a cidade é o teatro de realização das diferenças sociais, e o espaço urbano exprime, por sua, não apenas diferenças de classe e ocupação, mas todo um *ethos*, uma sociabilidade e uma carga de valores que vêm associadas àquelas diferenças básicas e originárias, comprovando o quadro de contrastes da cidade. [...] Paris é a metrópole dos contrastes tumultuosa ou desértica, esfera de trabalho ou silêncio (PESAVENTO, 2002, p. 62 - 63).

Esses contrastes podem ser percebidos, por exemplo, na obra “A menina dos olhos de ouro” onde tudo é excesso: muitos trabalhadores, pedintes, vagabundos, excesso de salões, de negócios, de crimes, de artistas, etc. Para Balzac, Paris procura higienizar-se, (supostamente pelos atos do Estado nas reformulações que impõe à cidade), mas não escapa de sua realidade fétida, do seu ar peculiar e da desorganização urbana cada vez mais crescente. Este entendimento corrobora com a visão, por exemplo, da família Goncourt, quando fizeram a seguinte anotação:

Lemos que as árvores em Paris estão morrendo. Nos últimos anos houve bastante mofo. A natureza está desaparecendo, deixando uma terra envenenada pela civilização; e talvez esteja próximo o tempo em que a paisagem terá de ser produzida industrialmente [...] as capitais modernas, repugnantes aglomerados humanos, viverão á sombra do verdor de falsas palmeiras recortadas e pintadas, como numa sauna. (CHRISTIANSEN, 1998, p.113).

Da mesma maneira, esses problemas e o avanço dos ideais da Modernidade fazem com que a espaço aos poucos se prepare para reformas que destaquem Paris para uma cidade mais organizada e preocupada com a coletividade, democratizando os lugares e possibilitando ao Estado atuar sobre os mais diversos cantos do espaço urbano da capital francesa. Mesmo múltipla e paradoxal, Paris, segundo Balzac, admite a coexistência de cenários e comportamentos.

A fisionomia dos parisienses, para Balzac, segue os contrastes identificados por ele quando analisa o espaço urbano, estabelece um tipo ideal de homem citadino e moderno, o sujeito parisiense é “conquistador e sedutor, inescrupuloso e amoral”, tal como a cidade. Balzac adjetiva os sujeitos da mesma maneira que qualifica os espaços urbanos. Para ele, o comportamento do espaço se manifestava pelos atos dos seres.

Balzac alerta sobre a presença do poder simbólico envolvido no entendimento do espaço urbano. Esse poder simbólico funciona no intuito de se estabelecer ou “resgatar” uma identidade própria, individual, das pessoas com o seu espaço dentro do seu tempo.

Segundo Pesavento, quando Balzac estabelece a presença deste poder simbólico, ele acaba por antecipar as posições antagônicas ocorridas principalmente no período das Reformas de Haussmann entre o que chama de “progressistas e passeístas”. Ele antecipa, porque pensa a cidade como possibilidade de se compreender os contrastes.

Acerca dos contrastes, Françoise Choay adverte que os progressistas desejam implementar as concepções higiênicas, técnicas, sociais e estéticas. Esta vertente é mais marcante na segunda metade do século XVIII, influenciada pelos avanços teóricos da ilustração e da industrialização. Para os adeptos da vertente da tradição, a cidade deve ser “marcada pelo respeito à cultura, aos monumentos e outros vestígios do passado, (a cidade) colocaria em pauta a preservação do patrimônio nacional ameaçado com as rupturas causadas pelo progresso” (PESAVENTO, 2002, p. 58).

Esse contraste pode ser ainda observado na polarização de profissões como a de engenheiro e arquiteto. Geralmente, os engenheiros são adeptos da Modernidade, receptivos às suas novidades. Já os arquitetos insistem em preservar a tradição, o traço de outrora que priorizava uma consistência pacífica e durável.

Compreendendo as coisas desta maneira, Paris é desastre, mas também glória. Para Pesavento, “é esplendor e miséria, beleza e feiúra, e ter em mente duas visões é enxergá-la para além do bem e do mal”. Enxergar uma cidade “além do bem e do mal”, é definir um espaço por excelência de construção e realização da existência moderna (PESAVENTO, 2002, p. 53), um espaço em que suas causas e suas conseqüências existem para cumprir o estabelecimento da modernidade, da técnica e da vida moderna do Oitocentos.

Sendo assim, a cidade recebe uma categoria além do dualismo comum de análise das coisas e dos sujeitos. Essa categoria de cidade, além de suscitar novas impressões sobre o que é o espaço urbano, como afirma Baudelaire¹⁹, a urbe torna-se uma instituição moderna por si só, mudando, como afirma Schorske, a relação como os sujeitos encaravam o conceito de cidade. Para Baudelaire, segundo Karl Schorske:

A cidade moderna não tinha *locus* temporal, mas um atributo temporal. A cidade oferecia apenas seu presente – um eterno aqui e agora, cujo conteúdo era a transitoriedade, cuja transitoriedade, contudo, era permanente. Passado e futuro perdiam sua função orientadora; a história perdia sua utilidade. (SCHORSKE, 2000, p. 18).

As suas desigualdades e facetas diversas contribuía para a emergência de um discurso unificador. Um discurso que gerasse uma identidade nacional e uma identificação com o território, com os lados internos das fronteiras da França; um discurso que capitaneasse adeptos para reprodução a modernidade, ou seja, para o modernismo do tempo e para a modernização da técnica.

Essa unidade e diversidade variavam porque Paris se metaforseava a cada dia, seja nas suas novas construções, na criação de seus novos espaços. Como afirma Balzac, “a história da França, as últimas páginas, principalmente, estão escritas sobre os *boulevards*” (PESAVENTO, 2002, p. 70).

Usando a metáfora do *Flâneur*, Balzac alerta que a reforma urbana pressupõe a fixação dos mesmos seres humanos. Os tipos populares, os passantes, os observadores, eram os mesmos, aprenderam com a tradição e ainda não sabem

¹⁹ Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867). Considerado um dos maiores poetas do século XIX, criador do termo “Modernidade” em 1863, e dos maiores críticos do período identificado como Modernidade. Ver mais em Baudelaire (1988).

lidar com o novo, apenas sentem, observam, vibram e sofrem com as modificações que o moderno impõe.

Para Pesavento, no que se refere às estratégias de abordagem de Balzac para tratar as modificações sociais que se percebem em Paris, afirma:

A metrópole balzaquiana, cidade de contrastes, onde se entrecrocavam o progresso e a tradição, era uma cidade que se prestava admiravelmente ao tratamento metafórico e ao recurso de alegorias. Assim, é que comparecem, em sua vasta obra, as imagens recorrentes da Paris-mulher, da Paris-monstro ou da Paris-mundo, como metáforas da capital francesa. (PESAVENTO, 2002. p 71).

A representação de uma Paris-mulher era definida como uma alegoria para a representação da nação, da pátria, de uma cidade relacionada a uma estrutura maior, uma estrutura protetora e essencial para o desenvolvimento dos seres humanos. Da mesma forma, Paris se comportava como essa metáfora, como uma feminina cadeia de reformas modernas, operando para deixá-la mais formosa, organizada e facilmente vigiada. Para Balzac, Paris é a cortesã que é retocada para ser a realização, o emblema de uma França Moderna, de um país que buscava o ser modelo na cultura ocidental, embora não concorde com a busca desenfreada pelo novo, assim como o próprio Balzac diz: “A França, como a mulher, ama mais os erros”.

A Paris-monstro em Balzac faz analogias entre as máquinas do Oitocentos e o espaço urbano com a característica de ganhar feições humanas. As máquinas “bufam”, agitam os braços, resfolegam. A cidade é animizada, e como um corpo, apresenta uma estrutura humana. Para Balzac, as máquinas têm as características e designações típicas das pessoas e as pessoas eram descritas por seu comportamento de máquinas. Essa inversão de papéis faz tudo na cidade ser feito para destruir e aniquilar o passado, para sustentar e erguer novos elementos, novos monumentos.

Outro literato francês que sente a Modernidade e escreve sobre a mudança de comportamento da cidade em relação a ela própria é Victor Hugo (1802-1885)²⁰.

²⁰ Durante o Segundo Império, Victor Hugo vive no exílio em várias cidades da Europa entre elas Bruxelas. Basicamente tem o pensamento reformista e tem nas reformas de Napoleão III a materialização do lado mais obscuro da Modernidade, a exclusão e segregação das classes sociais. Entende que os acontecimentos de 1870 com a Prússia são caprichos do governo e não guerras territoriais. Ver mais em Gallo (2007).

Quando ele publica o seu romance, *Notre Dame de Paris*, e cruza passado e presente, outrora e seu tempo, nos oferece um balanço da ameaça que a Paris do seu tempo enfrenta em relação às grandes reformas estabelecidas, ou simplesmente a idéia do novo que gradativamente vai contaminando o discurso e as ações políticas.

Victor Hugo, assim como Balzac, lança mão da metáfora como um recurso para o entendimento de a sobreposição de tempos que se estabelecia após a modificação do espaço. Para ele, *Notre Dame* era uma espécie de imagem metafórica da cidade, com prestigioso passado de formação e congregação dos homens e mulheres franceses que, a todo o momento, se sentiam ameaçados com a idéia do novo.

Se Balzac pensava essencialmente a questão dos contrastes, Hugo interpelava o seu público com a lógica temporal da modernidade que se estabelecia ao negar o passado, ao negar o princípio de formação da cidade. Ao falar sobre a Paris de meados do século XIX, ele diz:

A Paris atual, não tem nenhuma fisionomia geral. É uma coleção de vestígios de muitos séculos e os mais belos desapareceram. A capital não cresce senão em casas e que casas! No passo em que Paris vai, ela se renovará toda em cinqüenta anos! Nossos pais tinham uma Paris de pedra, nossos filhos terão uma Paris de gesso. (PESAVENTO, 2002, p.75).

Victor Hugo dizia que a identidade urbana de Paris se fazia a partir da negação e destruição da então identidade urbana e histórica do país. Apagar o passado, para ele, era a primeira função de uma reformulação urbana possível. A resistência estava nos marcos de muros e nas fronteiras materiais estabelecidas. Valorizar o novo tecido urbano por cima desse simbolismo era a primeira vitória, por assim dizer, da Modernidade.

Em *Les misérables*²¹ (1862), Victor Hugo usa metáforas para referir-se ao que Pesavento qualifica de cidade-oculta, que dá especial atenção a novos e marcantes problemas que a modernidade propicia aos parisienses. Os esgotos de Paris, intestinos da cidade, por onde seu personagem Jean Valjean escapa, apresenta o

²¹ Essa obra teve como primeira inspiração o texto de Eugene Sue intitulado *Les Mystères de Paris*.

oculto de Paris - o que se esconde, mas se sente; o que se omite, mas está presente (PESAVENTO, 2002, p. 77).

Percebemos, tanto em Balzac, como em Victor Hugo a descoberta do social através da crítica à emergência urbana. A sociedade se separa e a divisão de classes também é uma das motivações da abordagem desses literatos. É pela necessidade de retratar os excluídos da sociedade, que ele se dedicou a entender a maneira como esse movimento marcava as metrópoles. E foi a partir do conceito de metrópole que ele, através da metonímia, retomou o clássico e nomeou o novo:

Porque Paris é um total. Paris é o teto do gênero humano. Toda esta prodigiosa cidade é uma síntese dos costumes mortos e novos. Quem vê Paris crê ver [...] toda a história [...] Paris tem um Capitólio, o *Hotel de Ville*, um *Partenon*, *Notre Dame*, um *Monte Aventino*, o *Faubourg Sanit Antoine*, um *Asinarium*, a *Sorbonne*, um *Panteon*, o *Panthéo*, uma *Via Sacra*, o *Boulevard des Italiens* [...] Tudo aquilo que está lá fora está em Paris. (PESAVENTO, 2002, p. 81)

O simbólico está em retomar as grandes civilizações de outrora para justificar a reunião de todas elas em um mesmo espaço - Paris, com suas glórias e sucessos, mas também com suas barbaridades. Volta a atração e o repúdio constatados por Balzac. Segundo Victor Hugo, a angústia da Metrópole é não dar-se conta da barbaridade que se estabelece ao se modificar o tempo e os espaços da cidade.

Antes das reformas urbanas de Haussmann e a partir da década de 1860, autores como Victor Hugo e Balzac já compreendiam a questão urbana através dos desígnios sociais. Esse novo momento em que as práticas urbanas estão em voga, os espaços estão, aos poucos, se alterando e as reformas estão em plena implantação, os olhares serão diferentes e mais aguçados, não somente porque a experiência urbana já está em transição, mas também porque a experiência da literatura já indicava para essas transformações.

Logo, as impressões desse novo momento têm mais a ver com o aspecto identitário e ideológico de Napoleão III, justamente com aquilo que Coulanges se esforçava por tornar evidente e gerar historicidade através de sua obra. O que esses literatos, à época das reformas, tencionaram relatar foi a maneira das modificações espaciais intervirem no cotidiano dos personagens que deram vida à cidade, que constituíram e praticaram o espaço urbano.

A Paris de Baudelaire é a metrópole em mudança, é já a “cidade aberta”, demandada pelos leitores do urbano do final do século XVIII e que, só Haussmann, parecia ter entrado um processo contínuo de transformações. Baudelaire vivenciou o início deste processo e foi capaz de resgatar as sensações visuais do seu tempo, traduzindo-as em linguagem poética. (PESAVENTO, 2002, p.99).

Na época de Haussmann, os literatos não mais entendiam de maneira Balzaquiana a existência de duas realidades urbanas opostas e contraditórias. Baudelaire, por exemplo, já era capaz de entender que a virtude e o vício são partes integrantes da vida moderna, da vida em sociedade. A cidade passava a interessar por ser o teatro da existência moderna do homem. Deixava de ser olhada pelos prazeres do espaço urbano, pela dicotomia entre ricos e pobres e passavam a ser objeto de percepção da essência, da existência, da vida moderna em um espaço que aos poucos estava sendo transformado com a justificativa da Modernidade.

Daí porque os dramas eram caracterizados pela metáfora da multidão, cuja idéia era, de certa maneira, essencialmente moderna. O herói moderno é aquele que sai da multidão, dela escapa e se destaca. Além disso, o destaque do oculto, do desconhecido interessa a literatura francesa de meados do século XIX.

A cidade na década de 1860 ainda gerava sentimentos contraditórios e superpunha todas as situações possíveis. Por essa razão, a metrópole é a convulsão do progresso. Nela ferve o desejo de união dos sujeitos e da separação material da propriedade. Na Modernidade, o contraste é a constância do cotidiano e, em vez de tomar partido, de defender algum pólo deste contraste, os escritores de meados do século XIX atuaram sobre essa tensão contrastiva do Oitocentos e sobre a ambivalência da realidade que se configurava, passo a passo, à maneira como as alterações urbanas, e, conseqüentemente, sociais foram se dando no território.

Baudelaire, por exemplo, lamenta a cidade destruída entre escombros trazidos pelas demolições, fragmentos de arquitetura, pó e cascalho de construção. Há, no caso, um sentimento nostálgico do passado que se perdeu e o qual ele vê em espírito: o “passeísmo” se vincula a uma visão anterior, que permite enxergar no novo que se ergue o velho que se destruiu (PESAVENTO, 2002, p. 104).

Lamentar a destruição, mas tentar entendê-la. Ter curiosidade em relação à novidade foi uma tônica na obra de Baudelaire. Se o autor lamenta algo, é porque tem a ver com a impossibilidade de mudar o curso das transformações em Paris,

pois ela está imersa no pó da construção e da destruição. O cenário de guerra não combinava com a tentativa de progresso que justificava tantos escombros. É a esse resultado melancólico da destruição e da inovação que Baudelaire se dedica.

Além da impossibilidade de agir sobre o material, sobre a transformação urbana, Baudelaire se debate em relação às perdas de referência de onde se vive, e onde se convive. Se angustia naquilo que historiadores como Coulanges pretendem preencher.

O lixo, a poeira, o provisório, são realidades que não permitem pensar no progresso pelo progresso, mas podem propiciar enredos, romances e textos que façam os literatos serem uma espécie de *Voyer* da cidade. Se outrora, Balzac indicava o *flâneur* como um observador e passante da cidade, por ocasião das reformas urbanas ele é substituído pelo que Pesavento identifica como *chiffonnier*, isto é, além do observador da cidade, o literato deveria proceder como um catador, um reciclador de horizontes e um recolhedor de sonhos.

Se o presente, por toda a operação que era alvo, não mais servia como possibilidade de retratação ou de representação da vida humana, de seus dramas e de suas virtudes, “cabia aos literatos recuperar a invocação dos clássicos, como “um padrão de referência fora do tempo, imutável no seu cânôn de beleza ou inteligibilidade frente ao “tempo do agora”, da modernidade cambiante.” (PESAVENTO, 2002, p. 108).

Partindo do pressuposto, como afirma Jacques Revel (REVEL, 1989, 103–158), de que a França não tinha, efetivamente, grandes conflitos externos – pelo menos até a década de 1870 –, naturalmente o Estado voltou as suas atenções para o interno, para a estruturação dos espaços internos de dentro para fora, do centro para a fronteira onde tinha sua autoridade questionada.

Em virtude dessa atenção para o interno, as reformas urbanas são possíveis de maneira isenta sobrepondo-se aos referenciais que eram perdidos ou estavam se perdendo, embora o governo de Napoleão III entendesse ser preciosa a manutenção da memória coletiva, nacional e universal, como afirmou Louis Blanc (apud PESAVENTO, 2002, p. 110). E nesse sentido, com o exterior de Paris, totalmente modificado e não muito importante, que a idéia dos literatos é evidenciar a necessidade de olhar para o interior para o que se tinha de familiar aos parisienses

Outro olhar que contribui para o entendimento das características de Paris de meados do XIX está nos escritos de Émile Zola (1840-1902). Zola reconhece os novos ambientes criados na capital francesa e da mesma maneira entende as fronteiras simbólicas criadas pelos habitantes desse centro metropolitano. Para ele, a Paris não é monstro, nem mulher, mas antes de tudo é um espaço, um palco de seus romances imaginados, um efeito real dos enredos construídos sobre as classes e sujeitos da urbe.

Com a falta de referência de cidades ou espaços, Zola retoma a idéia da experiência do passado, comparando Paris com a Babilônia de outrora. De uma babilônia cheia de pecados, escura e cheia de fornicações e individualismos.

Paris reivindica o seu lugar e, como principal sujeito da obra de Zola, todas as críticas geradas por ele a Paris não o impedem de tentar entender uma maneira possível de formação ou identificação identitária a uma cidade-escombro.

Se em Coulanges, por exemplo, o desenvolvimento das classes sociais são demonstrações de como determinados grupos têm acesso ao espaço, mas não às particularidades dos arranjos sociais na cidade, no mundo de Zola o diagnóstico das classes sociais evidencia as particularidades desses novos arranjos. Zola insiste no cotidiano e nas práticas usuais da sociedade, quase sempre inserindo a família, ora burguesa, ora aristocrata, nos seus enredos. Já em Coulanges a família é o berço das práticas e é uma instituição por si só.

Assim, vistas estas impressões, a partir dos escritores que evidenciaram o imaginário da cidade, antes e depois de Haussmann e da iminência do recorte do espaço urbano, agora vamos entender como os discursos científicos voltaram seus espaços de pesquisa para justificar a resignificação do espaço. Esta resignificação do espaço também careceu de modificações na relação das pessoas com o tempo, com o passado e com o presente e nesta perspectiva a história foi fundamental. É justamente a relação Estado e História que vamos estudar.

2. A HISTÓRIA E O ENSINO DOS NOVOS SIGNIFICADOS SOBRE UM PASSADO REMODELADO

2.1 A HISTÓRIA COMO POLÍTICA DE CONVENCIMENTO DO ESTADO

De acordo com autores como Eric Hobsbawm (1990), Gopal Balakrishnan (2000), Benedict Anderson (1991) e Patrick Geary (2005)²², no século XIX, a História estabeleceu-se como uma espécie de instrumento oficial de criação, ratificação e defesa da nacionalidade, do Estado e da nação. Assim, ela constituiu-se em um aparelho ideológico de formação dos cidadãos, ou seja, em uma forma de doutrinar os indivíduos para um projeto vinculado ao Estado. Com o seu crescente destaque, os discursos nacionalistas passaram a fazer parte do campo em que as posições políticas eram assentadas, principalmente, em favor do Estado, do território de cada nação, dos seus respectivos espaços internos e contra as demais nações, um campo do saber que foi ornamentado e normatizado pelo Estado.

Assim, com o intuito de fazer da História um campo do saber oficial o Estado cuidou rapidamente de torná-la uma matéria a ser ensinada na escola. Seu conteúdo foi considerado fundamental para a consolidação dos espaços territoriais nacionais e, conseqüentemente, para a formação do cidadão. A disciplinarização do campo histórico e a normatização dos currículos, a partir dos trabalhos historiográficos do início do século, fortaleciam o entendimento de que o resgate do passado seria importante para a legitimação da nação.

Para que os discursos adquirissem estatuto científico, eles tinham que estabelecer relações com o Estado e os poderes constituídos. O entrelaçamento da ciência histórica com o Estado, em grande medida, foi responsável pelo financiamento de instituições que tutelavam a história de seu povo e amparavam a profissionalização do historiador, principalmente no que diz respeito ao “mundo da instrução pública” e à vinculação professoral dos historiadores. A respeito disso, afirma Tétart:

²² Nos baseamos nas obras, respectivamente: **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade; **Um mapa da questão nacional**; *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism* e **O mito das nações**: a invenção do nacionalismo.

[...] O Estado passa a manter funcionários: arquivistas, inspetores dos monumentos históricos, conservadores (museus, bibliotecas) e professores. Para os últimos, a mutação é primordial. Estabilidade do emprego, nova condição em relação ao poder, sua função em face da nação (pedagógica e cívica): o “vasto empreendimento escolar (Guizot) favorece a mudança da mentalidade e da condição do historiador.

[...] Enfim, da troca entre professores à criação de revistas servindo de pólos de atração e de reflexão (*Revue historique* em 1976 por G. Monod), a história constitui-se em rede. A universidade, encarregada da formação dos docentes, forma um universo de emulação e de legitimação que o contexto de vinculação republicana à obra nacional de educação e à sua perenidade reforça. (TETÁRT, 2000, p. 98 - 99).

Com base nessa relação entre a História e a formação da Nação, entre a pesquisa histórica e a fundamentação ideológica do Estado nacional, no século XIX, vamos buscar compreender como, em meio a esse debate cientificista da História e a emergência da Nação, a obra de Coulanges contribuiu para o discurso do Estado, naquela época. A ratificação do saber científico na França teve como seu caso mais ilustrativo o acesso da História ao poder e às elites políticas do Estado, em que a constituição de um campo educacional regular representou o entrelaçamento dos interesses historiográficos com os interesses estatais. Esse entendimento é necessário para que possamos ligar as transformações políticas da França, principalmente entre os anos de 1815 e 1870 – período caracterizado por sucessivas restaurações tanto do poder monárquico quanto do poder republicano, que culmina com o Segundo Império, conforme citamos no primeiro capítulo – com as produções historiográficas da época, que mesmo pretendendo, muitas vezes, o afastamento da abordagem das querelas modernas acabava por constituir suas teses como resposta aos problemas do seu presente.

Foi nessa conjuntura que o debate acerca das instituições surgiu, principalmente entre franceses e alemães. Em torno da história institucional da nação, os historiadores revelaram as tensões acadêmicas surgidas a respeito da formação dessa história ligada ao Estado. Fustel de Coulanges foi um dos historiadores franceses que assumiu posição ímpar nessa querela, contribuindo de forma determinante para o debate metodológico ocorrido na História, a partir da década de 1870²³.

²³ Quanto ao debate acerca dos historiadores e das instituições no século XIX, destacamos o livro de James Thompson, **History of historical writing** (1942).

Quando falamos a respeito da História política da Europa no século XIX, necessariamente, temos que buscar entender o papel do nacionalismo na construção das diversas nações européias que estavam em processo de afirmação política, tais como a Itália, a Polônia e a própria França. Cada nação tentava conciliar sua política externa com suas instabilidades internas. Separados, muitas vezes, por brigas territoriais ou por desentendimentos econômicos, esses países tentavam se ligar por suas políticas internas. Como afirma Hobsbawm (2002, p. 125), era “a criação de uma Europa de Estados-nações”, e, portanto, o eco das teses e teorias acerca da nação.

Assim, talvez em decorrência desta particularidade, é que, dos muitos rótulos que a historiografia do século XIX detém, um deles, definido por Walter Bagehot, é o do século da “construção das nações.” (HOBBSAWN, 1990, p. 11). No entanto, embora essa questão tenha sido tão recorrentemente trabalhada no Oitocentos, ela não se esvaziou, não se tornou tão simples, nem se transformou numa questão periférica. O esforço despendido no referido século não conseguiu contemplar o que seria uma nação. Como o próprio Bagehot confessa, a nação não foi explicitamente determinada, pois ela é uma daquelas coisas que sabemos que existe, mas que quando questionados sobre o que é, não sabemos explicar.

Por essa razão, por mais clara que seja para a historiografia essa ligação entre a nação e o século XIX, rediscuti-la significa colocá-la à prova de novos olhares e de novas circunstâncias, observadas segundo o critério do desenvolvimento científico do campo historiográfico no século XIX.

Assim, se por muitos anos entendíamos essa questão como política e arredia a um tema historiográfico típico do século XX ou em concordância com as designações teóricas referendadas pela Escola dos *Annales* ou se reconhecíamos neste tipo de abordagem os ranços cientificistas do século XIX, era porque, talvez, nossa própria noção a respeito da ciência histórica no Oitocentos e da maneira como a temática do nacionalismo foi tratada pelos historiadores daquele tempo tenha sido superficial e pouco questionadora.

Como sabemos, o Estado Moderno buscou sua legitimação na formação histórica dos seus cidadãos, que eram ideologicamente orientados para a defesa de sua nação. O Estado, no século XIX, através principalmente dos instrumentos educacionais, propagandeou a idéia de nação como a mãe suprema de todos que

compartilhavam do mesmo território, etnia, língua e costumes e, em alguns casos, da mesma religião.

Ao contrário dos Antigos Regimes monárquicos em que os direitos das nacionalidades não eram reconhecidos pelos governos, nem afirmados pelo povo, os novos regimes, a exemplo da França, republicana, democrática e adversa da dominação aristocrática, primavam pela globalidade e universalidade do poder nacional. A idéia era criar um sentimento democrático, um afeto aos seus pares, à coletividade e ao território em que se vivia.

Nesse novo momento, pós-revolucionário, a França negou as antigas construções aristocráticas em torno da tradição. O estado francês passara a ser tomado, como nos informa Balakrishnan (2000, p. 25 – 28) citando um artigo de Lord Acton²⁴, como o estado natural, um ideal de sociedade, sem vícios, sem tradições imediatas que identificassem o Estado nacional com as famílias aristocratas de reconhecido domínio político e que foram depuradas, em última instância, pela República, como pudemos analisar, no capítulo anterior, através da visão dos literatos do Oitocentos.

Este, o Estado Nacional, por sua vez, foi o símbolo de transformação na base de entendimento da sociedade acerca de suas instituições. A fim de angariar maiores adeptos desta questão, segundo o estudo de Balakrishnan acerca dos pronunciamentos de Lord Acton, a descendência étnica foi posta no lugar da tradição e o povo francês foi encarado como um produto físico: uma unidade etnológica e, no primeiro momento, não exclusivamente histórica porque reconhecê-la a partir do seu passado ou daquilo que se tinha sobre o passado, era de certa forma recobrar os grandes feitos aristocráticos e identificados com o Antigo Regime.

Assim, presumiu-se que existia uma unidade separada da representação e do governo, totalmente independente do passado e capaz, a qualquer momento, de expressar ou modificar sua opinião. Nas palavras de Siéyès, já não era para a França, mas para um país desconhecido que a nação estava sendo transportada (BALAKRISHNAN, 2000, p. 28). O poder central detinha autoridade e não se permitia nenhuma divergência em relação ao sentimento universal por ele definido.

²⁴ Importante historiador liberal inglês do final do século XIX e início do século XX entendia que a liberdade seria o parâmetro de análise histórica do Estado. Sua regressão ou progressão seria o termômetro do desenvolvimento da nação e/ ou das individualidades do cidadão.

Esse poder, dotado de vontade, foi despersonalizado, transferido da centralidade do monarca para a globalidade social, isto é para o povo, para a democracia. Ao invés da Monarquia, tem-se a República una e indivisível, legitimada pelo sufrágio universal e avessa à tradição²⁵.

Embora reafirmemos a função essencial do passado na configuração dessas comunidades nacionais, num primeiro momento ela não era atrativa para se pensar a nacionalidade. Se antes, a existência de um título real hereditário significava que uma parte poderia falar ou agir pelo todo, no início do século XIX, passou-se a entender que a nação, desvinculada do seu passado monárquico, possuía um poder supremo acima do Estado, distinto de seus membros e independente deles. Esse poder era expreso, pela primeira vez na História, através da noção de nacionalidade.

Dessa maneira, a idéia da soberania do povo, não controlada pelo passado, resultou na origem da idéia de nacionalidade. Independentemente da influência política da história, tal sentimento brotou da rejeição de duas autoridades: o Estado e o passado. O reino da França, política e geograficamente, era produto de uma longa série de acontecimentos e eventos políticos e as mesmas influências que construíram o Estado haviam formado o seu território. A Revolução tanto repudiou os atos que a França realizou para construir suas fronteiras, quanto àqueles que ela efetuou para constituir os seus governos, como os casamentos por conveniência e os acordos diplomáticos que visavam o favorecimento de certas famílias aristocráticas, por exemplo.

Para Lord Acton, todos os vestígios e relíquias apagáveis da História nacional ligada à monarquia foram cuidadosamente eliminados – o sistema administrativo, as divisões físicas do país, as classes sociais, as corporações, os pesos e medidas e o calendário (BALAKRISHANAN, 2000, p. 28). Ainda, segundo ele:

A França deixou de estar presa aos limites que recebera de sua história, agora condenada; só podia reconhecer limites instaurados pela natureza. A definição de nação foi extraída do mundo material e, para evitar uma perda territorial, tornou-se não apenas uma abstração, mas uma ficção. (BALAKRISHNAN, 2000, p. 28).

²⁵Entendida como um conjunto de práticas e conceitos datados historicamente permeados por uma transmissão de valores políticos, espirituais e éticos, de hábitos inveterados, geralmente determinados pela classe dominante e pelo poder.

Sai a Monarquia e entra o elemento fundamental de associação entre os sujeitos que é a família. A crença em que estas primeiras associações derivavam desde a Antiguidade até aqueles dias em uma tradição na qual os indivíduos estivessem vinculados por instituições como a República foi a linha adotada pelo Estado no discurso nacional de meados do Oitocentos, por exemplo, e não coincidentemente, foi o tipo de caminho escolhido por Coulanges para precisar o papel do Estado, ratificar a necessidade de união civil, coletiva e centralizar a reflexão sobre a nação em torno da História.

É importante destacar que, no que se refere à questão da coisa pública, a obra de Coulanges oferece atenção especial. O autor entende que era necessário relacionar o Estado, como provedor dos cidadãos, com a República, a “coisa pública” que era o canal de relacionamento dos cidadãos entre si. Daí porque sua pesquisa focou, essencialmente, da origem da sociedade até o fim da República Antiga. Como ele entendia que a base essencial da sociedade civil era a família, fundamentou que esse agrupamento social possibilitou a efetivação e a perpetuação das pessoas em instituições representativas de grupos coletivos duradouros, como a própria República, por exemplo.

Esse alongamento do tempo, essa **perpetuação**, a que Coulanges se refere, é possível pela idéia de instituição coletiva. Assim, ao perceber que nas sociedades antigas a morte não extinguiu a relação entre os seres, mas sim, confirmava as suas associações em vida, Coulanges tratou a crença como provedora fundamental das associações civis como, por exemplo, a legislação, a família e instituições como a República. Assim, através da instituição básica dos seres (a crença), os sujeitos continuavam agrupados entre si, formando uma família indissolúvel. Com relação a essa questão, Coulanges disse:

O que uniu os membros da família antiga foi algo de mais poderoso do que o nascimento: o sentimento ou a força física: na religião do lar e dos antepassados se encontra esse poder. A religião fez com que a família formasse um corpo nesta e na outra vida. A família antiga é assim associação religiosa, mais do que associação natural. (COULANGES, 2005, p. 36 - 37)

Por mais que os franceses negassem o papel do passado na constituição dos seus territórios, eles não esqueciam suas respectivas histórias quando se tratava de

uma nação imaginada. Se os historiadores oficiais obliteravam o tempo ocorrido era porque o que outrora havia sido construído era intimamente ligado ao passado aristocrático de reis, duques e demais sujeitos que detiveram o poder político. O passado era observado muito mais pela associação familiar aristocrática do que pelo reconhecimento dos sujeitos ou do território em que foram praticados seus costumes, sua cultura, sua vida. A história logo cobraria a sua importância nesse processo, conforme o próprio Coulanges nos aponta, e isso passou necessariamente por um debate político e institucional em torno da própria história e do seu *status* científico.

Além desta questão política inserida na definição temática da História, a que voltaremos mais adiante, podemos perceber, pelos debates ocorridos no início do Oitocentos, que apesar da tentativa de negação da influência imediata da aristocracia na formação de um Estado de reconhecimento nacional, esses nacionalismos atuaram das mais variadas maneiras, tendo na maioria das vezes o horizonte ou simplesmente a meta, de oferecer subsídios, argumentos e provas, tanto políticas quanto científicas, no intuito de ofertar aos indivíduos aglutinados sobre um mesmo território, uma base de argumentação e defesa de seu povo. Essa preocupação acabou por formar um alicerce ideológico de reconhecimento do indivíduo com a nação.

Esse conjunto de informações tinha como principal função o convencimento dos demais sujeitos em torno de uma Instituição que equalizava o “povo” e o Estado, à maneira das grandes revoluções do século XVIII tais como, a Revolução Americana e Francesa. Estas eram sempre lembradas, reverberadas, ecoadas, analisadas, revisitadas e reconstruídas através dos trabalhos dos historiadores, jornalistas e demais pensadores preocupados com essa questão.

A nação, portanto, era fruto de uma propaganda que a considerava um corpo de cidadãos, cuja soberania era oferecida pelo Estado. Os indivíduos eram levados a crer na coisa pública, na agregação, no compartilhamento de certos sentimentos coletivos que, em meados do século XIX, vieram à tona com a “Primavera dos povos” - conjunto de disputas políticas deflagradas na Europa, a partir de 1848,, cujos movimentos pró-reformas ficaram conhecidos como “Reformas de Fevereiro” (FORTESCUE, 1992, p. 57). Iniciado em Paris, esse movimento de caráter reformista espalhou-se pelos demais povos europeus, demonstrando o quanto sentimentos nacionais estavam maduros ou em processo de amadurecimento, e o

quanto eles haviam sido cultivados pela afirmação dos diversos nacionalismos como no caso dos alemães, italianos, húngaros, poloneses ou romenos.

Depois da queda de Napoleão, em 1815, os governos franceses se concentraram em tentar relacionar o nacionalismo e a legitimidade de seus respectivos poderes. Com vimos, entre 1815 e 1851, a França viveu em meio aos anseios revolucionários e à reações conservadoras que tentavam manter o cenário geopolítico europeu conforme as configurações do início do século. Além disso, com a perda dos territórios da França em 1814, pelo Tratado de Paris, os demais países da Europa, preocupados com uma onda reacionária trataram de fortificar ou ao menos oferecer meios de fortificação e de controle de suas fronteiras aos países limítrofes com a França. As fronteiras fortificadas, bem guardadas e, a todo o momento, controladas, foram, naquele momento, pontos fundamentais para a fomentação dos sentimentos nacionais que iriam se justificar em virtude dessas perdas espaciais.

Os Países Baixos – Bélgica e Holanda – a Prússia, partes da Saxônia, a Suíça e a Sardenha passaram a limitar o território francês e a determinar o seu nível de dominação. Quando o império napoleônico ruiu, a França expansionista também ruiu. Aliás, os poderes imperiais ou que lembrassem a Monarquia eram vistos com cautela. Mesmo a manutenção de uma monarquia constitucional inspirada pelo liberalismo econômico, como o caso de Carlos X não era suficiente para estabilizar e organizar, por um lado, as massas, os operários, os trabalhadores urbanos e, por outro, as cidades e/ou as novas configurações urbanas.

Se as restrições impostas em 1814 delimitaram o território e as dominações econômicas francesas, o ano de 1848 trouxe à tona toda a agitação que decorria desde a queda napoleônica. O clima de agitação política na França era motivado, segundo Nachman Falbel, em parte por grupos que “procuravam criar condições para a volta de Carlos X ao poder; eram eles os legitimistas, ao passo que outros grupos bonapartistas, queriam provocar a revolta das guarnições militares em favor de Luís Napoleão” (FALBEL, 1993, p. 48). O golpe de Estado em 1799²⁶ ecoava ainda em meados do século XIX e a diferença latente era que não se procurava mais um governante da França, mas sim dos franceses. Se os aristocratas e seus reis construía o país porque entendiam serem proprietários territoriais da França,

²⁶ Também conhecido historicamente como 18 Brumário.

com a Revolução, o ideário humanista e democrático convergiu para a necessidade de uma representação política muito mais direcionada ao povo de determinado território.

A História recente da França mostrava o quanto aquele país ganhara e perdera com a eclosão de 1789. As políticas nacionais buscaram voltar-se para o indivíduo comum - o trabalhador, o morador das grandes cidades francesas - na tentativa de convencê-lo a respeito do melhor sistema de governo, em meio ao turbilhão de reviravoltas políticas em que se misturava e das quais era peça fundamental.

No século XIX, por trás desses movimentos estava o inegável papel da História nas disputas políticas, na formação social do cidadão e na constituição dos Estados nacionais,. A sua função não ocorria tão somente na construção dos eventos do passado, mas, sobretudo, estava na naturalização do sentimento de pertença a determinada Nação, Estado e/ou território e, sobretudo ao Regime político que melhor proveria a nação. A função era alongar o presente tornando o passado o mais recente possível e antecipando o futuro. Isso oferecia aos cidadãos um passado épico que individualizava a nação e tornava cada sujeito uma pequena instituição publicitária do Estado, capaz de repetir o discurso monumentalizante produzido e gestado pela e na História.

Assim, descobria-se um lugar para a História. O passado agora não estava mais circunscrito às antigas histórias da nobreza. Através de um trabalho empírico plenamente justificado, a ciência histórica poderia recuar e legitimar uma “nova tradição” republicana e democrática, baseada em suas origens, na constituição dos primeiros heróis, na atuação dos primeiros sujeitos, dos primeiros movimentos democráticos e nas iniciativas primordiais de construção da República. Enfim, o poder descobriria a função da História, no século XIX, nos acontecimentos inaugurais da comunidade imaginada no tempo, inventada pela história, editada pelo passado e justificada no presente.

Ao se relacionar com o poder, a História progressivamente ganhava destaque, no Oitocentos. Esse destaque esteve relacionado à formação da identidade dos povos e a um modo muito particular de lidar com o tempo. Assim é que entendemos a razão pela qual o século XIX preocupava-se com o seu devir, mas, ao mesmo tempo, necessitava do passado para a construção dos contornos de suas imagens futuras. Desta maneira, a tradição e a experiência de povos gloriosos

e virtuosos de outrora foram tida como parâmetros para construir a moldura das histórias nacionais.

Foi assim que o nacionalismo dotou a ciência histórica de uma verdade *a priori*, revelada através da experiência científica já existente e ligada aos Estados Nacionais. Uma verdade relacionada com as instituições políticas do país, com os grandes acontecimentos históricos, pois o principal “sujeito” que a História preocupava-se em destacar não era mais uma família tradicional, mas o Estado, que se esforçava para ser reconhecido em cada indivíduo que dele participasse.

2.2 O ESTADO, A HISTÓRIA E OS EVENTOS COMO MODELOS A SEREM SEGUIDOS

Podemos concluir, a partir das discussões acerca do nacionalismo e da cientificidade para pesquisa histórica abordadas nos itens anteriores, assim como das reformulações espaciais como política nacional e suas impressões através dos relatos do cotidiano, que a História, enquanto disciplina, ganhou espaço na sociedade porque era a interlocutora, a tradutora de um passado que insistia na preocupação da formação de uma identidade. De uma História que mesmo pluralizada, deveria apresentar aspectos de homogeneidade e unicidade, uma identidade que deveria ter a marca da guerra, o labor dos cidadãos, a glória de outrora e a herança vitoriosa dos ancestrais épicos.

A História teve o dever de perscrutar a nação no passado, concebendo-a de antemão e temporalizando-a no intuito de descobrir os adjetivos que a formavam como nação gloriosa, vitoriosa, etc.

A partir dessa maneira de elaboração histórica, os estudos no século XIX, como afirma Anderson, foram frutos de grandes esforços de transformar antigas tradições românticas e nacionalistas em programas políticos, nos quais os Estados-nações foram descritos como comunidades imaginadas (ANDERSON 1991 apud GEARY, 2005, p. 28). A preocupação com o nacionalismo instrumentalizava a História para que ela visse no passado o aparecimento da Nação. Esse nacionalismo, por sua vez, não se estabeleceu de maneira homogênea em toda a Europa e nem foi matéria de grande apelo continental para o Velho Continente. As ocorrências políticas, as disputas diplomáticas, as guerras territoriais e o

estabelecimento dos grandes Estados políticos era o combustível para a necessidade de afirmação de um povo.

Foi por essa razão que o nacionalismo emergiu como uma ideologia de maneira diferente nas diversas regiões da Europa, tomando um papel diverso e específico em cada período. Em regiões de unidade política precária, como a Prússia do início do século XIX, por exemplo, o nacionalismo foi realizado com intuito de conceber e intensificar o poder do Estado. Diferentemente, em Estados de mais definida organização política, como a França e a Grã Bretanha, o nacionalismo atuou como instrumento de supressão de línguas, costumes e tradições divergentes daquelas ditadas pelo Estado. Seu intuito era homogeneizar e centralizar os aspectos gerais da nação, a partir da língua, dos costumes e características valorizados pelas classes politicamente dirigentes.

O processo de construção destas comunidades imaginadas realizadas em grande medida pelo nacionalismo pressupunha três fases: a primeira consistia no estudo da língua, da cultura e da história de um povo; a segunda na transmissão das idéias desenvolvidas pelos historiadores e demais “intelectuais”²⁷ do Estado através da educação formal e das diversas instituições criadas ou não para esse fim, como a Escola, a Universidade e a Igreja, por exemplo; e terceiro, nas próprias questões que se desenvolviam no Oitocentos como guerras territoriais, revoluções separatistas, querelas diplomáticas acerca das fronteiras espaciais, etc. (GEARY, 2005, p. 30).

Por trás destas maneiras de construção e difusão do nacionalismo estavam as elites que construíram suas identidades, ignorando as diferenças sociais entre os povos e os unindo pela herança da cultura clássica greco-romana européias - como estudos como os de Hobsbawm, Furet e Agulhon revelam.

A nação era, assim como a religião, a propriedade e o estrato social, um instrumento de identificação das elites políticas para as comunidades, e o sentimento de onde ela provinha tentava a todo custo naturalizar as relações humanas no tempo, ou como afirma Ernest Gellner, referindo-se acerca da tradição nacionalista que o século XIX fundou:

²⁷ Apesar deste vocábulo somente ganhar o sentido que hoje lhe atribuímos, no final do século XIX - através do caso Dreyfus, ou seja, intelectuais como um termo atribuído a Georges Clemenceau em 1898, que o definia como conjunto de pessoas a favor de Dreyfus (chamados de *Dreyfusards*), o seu uso data de pelo menos o século XIV, advindo da palavra latina *intellectuális* que significava “relativo à inteligência”.

O nacionalismo é basicamente um movimento que concebe o natural objeto da lealdade humana como sendo uma unidade muito ampla, definida pela compartilhada linguagem ou cultura. É “anônimo”, no sentido que seus membros não têm elos positivos entre si, e que as subdivisões, dentro da nação, não têm importância comparável à das mais amplas unidades. (GELLNER, 2000, p.53.)

O que houve no século XIX foi a relativização da importância dos vínculos dos sujeitos a um determinado grupo, foi positivar, como afirmou Gellner, os laços entre os indivíduos e tornar os filhos da nação cidadãos modelos baseados em comunidades vitoriosas de séculos anteriores.

Embora esse papel dos laços sociais tenha sido gestado no século XVIII e se estabelecido como elemento central no século XIX, a nação, pelo menos até o final do Setecentos²⁸, não era o mais determinante dos vínculos de uma sociedade. Não havia um apelo nacional que pudesse unir as diversas camadas sociais como, por exemplo, o senhor e o camponês e vice-versa, isso porque outras relações determinavam a convivência em sociedade e se existia algum apelo de ordem histórica naquela época, esse era no sentido de diferenciar cada ramo social do outro, definindo mais claramente os seus papéis dentro da estrutura geral da sociedade.

O período do final da chamada “Antiguidade Clássica”, especialmente o período da queda do Império Romano, cada vez mais era o ponto de referência dos segmentos sociais, notadamente de uma elite econômica, para o seu reconhecimento histórico. Pensadores, particularmente os iluministas – destaque para Voltaire, Diderot, Rousseau, Montesquieu - ao formalizarem, dentre as diversas noções que refletiram (como por exemplo, o Contrato Social, o conceito dos três poderes e a Enciclopédia) e ao teorizarem sobre a existência de uma instituição como o Estado-nacional justificaram as suas identidades pelas ondas migratórias ocorridas no final do Império Romano, em que se fragmentou politicamente o continente europeu, um território que foi imediatamente refundado pelos povos que vieram posteriormente a nele se fixarem e que no século XIX era alvo de disputa e

²⁸ Embora esses fatores não determinassem globalmente a sociedade, mas apenas certos grupos sociais, já havia, pelo menos desde o século XVII, a defesa de certas comunidades, de determinadas identidades locais baseadas nas heranças republicanas romanas, como por exemplo, dos trabalhos de Giambattista Vico (1668 – 1744) no início do século XVIII reunidos na obra *Ciência Nova* e os de Edward Gibbon (1737–1794) sobre a história do declínio e queda do Império Romano, escrita em 1776, por exemplo.

de estabelecimento daquilo que se considerava território francês, espanhol, ou alemão, por exemplo.

Durante muito tempo, a Antiguidade foi objeto de investigação do ser humano. Tradições, costumes, culturas e religiões eram tidos como originários da Antiguidade, apesar de seus reflexos sobre a Modernidade. No entanto, no primeiro quartel do Oitocentos, quando as necessidades de afirmações territoriais tornaram-se emergentes, países como a Alemanha e a França fundamentaram suas origens no século IX, não reconhecendo a mesma centralidade que outrora a Antiguidade possuía²⁹.

Numerosas obras (desde fontes históricas até trabalhos de cunho historiográfico (que retomam fontes e estabelecem novas narrativas) no caso da França, advindos desde Gregório de *Tours*, passando por *Saint Simon* no final do século XVIII e início do século XIX e pelos trabalhos historiográficos até meados do Oitocentos, formalizaram a história do povo francês com raízes medievais, como em passagens da “*Histoire des Girondins*” de Lamartine escrita entre 1848 e 1849, “*Histoire de la Révolution*” de Michelet escrita em 1847, “*Origines de la France contemporaine*” escrita por Taine, “*Considérations sur l’histoire de France*” escrita por Thierry em 1840, dentre outros.

Quando a História trouxe a possibilidade de entender os eventos humanos com segurança, acabou por criar comunidades, sociedades imaginadas, formuladas em sentido monumental, perfeitas, sem defeitos, austeras, comunidades com características muito bem definidas, com determinações objetivas, comunidades buscadas em suas origens que quase sempre “desaguavam” no medievo, ou melhor, na passagem da queda do Império Romano, Império este que fora derrubado segundo a presença de povos como os Gauleses, Germanos, etc. A medievalidade, era o foco principal dos historiadores naquele novo momento, conforme ratifica Geary (2005, p. 33):

[...] Pouco habituados a estar no centro da disputa política, os historiadores dedicados à Alta Idade Média se dão conta de que o período histórico que estudam é o pivô de uma disputa política pelo

²⁹ Tanto os historiadores franceses quanto alemães defenderam suas origens no século IX, tendo a França se formado com a vitória de Cornélio Tácito por ocasião da expulsão dos Germanos da Gália, e a assinatura do Tratado de *Verdun*, que definiu a partilha do Império Franco de Carlos Magno nas porções ocidental, central e oriental. A parte oriental pode ser considerada a origem histórica da Alemanha; já a parte ocidental formou o país que viria a ser conhecido como a França. Ver mais em: Fernández e González (1994).

passado, e que suas afirmações estão sendo usadas como base para reivindicações para o presente e o futuro.

Na França, o nascimento ou ao menos a constatação da presença do povo gaulês e o seu período de germanização no espaço francês, foi entendido ao mesmo tempo como, momento de suas origens, e tempo de construção do indivíduo que acabou por formar as nações como a francesa e a alemã, por exemplo.

Assim, tanto a historiografia francesa quanto a alemã, na primeira metade do século XIX, identificava no período medieval o momento do nascimento de suas comunidades nacionais e, portanto, a criação de um novo passado. A peculiaridade desse novo momento pode ser simbolizada pelo menosprezo da glória aristocrática. Os padrões clássicos das culturas grega e romana que embasaram o período Renascentista passaram a segundo plano, em decorrência da centralidade que os estudos medievais paulatinamente ganhavam.

Desta maneira, encontrar outro ramo de explicação das origens dos agrupamentos humanos em um mesmo território foi uma constante nas explicações científicas da primeira metade do século principalmente porque essa foi a maneira como a história deixou o seu descrédito do final do século XVIII – por sua ligação com o Antigo Regime – para ser a ciência de fundamental importância acerca do entendimento do homem.

Além de o período medieval ser o centro das reflexões do passado francês, os temas de reflexão do trabalho historiográfico giravam em torno da Revolução Francesa e da germanização dos franceses, isto é, do processo de conquista e troca cultural entre os francos e os germanos. Os pensadores entendiam que as invasões e lutas germanas na Gália determinaram a formação das tradições francesas e moldaram o jeito de ser francês.

Outro fator importante que devemos levar em consideração é o rompimento da historiografia francesa com a história de reflexão teológica. Se o medievalismo apresentava a possibilidade das origens nacionais, os historiadores do começo do século XIX tentaram romper com o cristianismo ou, pelo menos, com a história que o levava em consideração ou que apresentava uma história religiosa aos modos de Bossuet³⁰, como principal ferramenta metodológica. Se até então as

³⁰Jacques-Benigne Bossuet (1627-1704) é considerado pela historiografia francesa como um dos principais teóricos do absolutismo por direito divino, isso é, a linha de interpretação que considera todos os desígnios e

análises acerca do período medieval não destituíam tal período da instituição clerical, pois fazer isso era praticamente esvaziar o sentido de um e do outro, por outro lado, apresentar acontecimentos medievais e práticas cristãs conjuntamente acabava por velar, retirar um significado “verdadeiro” e “uma razão” empiricamente justificável para as pesquisas que tencionavam achar alguma resposta para os períodos revolucionários pela qual a França estava envolta e por isso separar ambas as reflexões era necessário.

Aos poucos, não se aceitava mais a idéia de um sujeito universal, de um sujeito que centralizava as ações humanas e de que todas as atividades dos homens eram regidas segundo a vontade divina. Deus aos poucos perdia sua centralidade nas interpretações históricas.

Se analisarmos o fator religioso como um fenômeno social³¹ fica mais evidente o recuo da influência das interpretações ligadas à Igreja. No final do século XVIII, temos o seguinte quadro acerca da presença da Igreja na Europa: primeiro, a descentralização eclesiástica, no leste europeu com a Igreja ortodoxa que abrangia povos como, por exemplo, russos, eslavos, sérvios, búlgaros, romenos ou gregos, etc. Depois, temos a influência, ao norte, da “Europa Reformada”, em que se destacam Escandinávia luterana e as ilhas britânicas, com exceção da Irlanda, que continuou inserida no cenário da “Europa Católica”, obediente à tradição romana que cobre as partes meridionais do velho continente, como a península ibérica, Itália, França, por exemplo.

Tanto o cisma quanto o decréscimo das relações entre a Igreja e o Estado, tiveram a contribuição do movimento das idéias no século XVII e XVIII, pois esse movimento “era um protesto da razão e afirma a sua pretensão de regulamentar toda a existência do homem. Era, portanto inevitável que entrasse em conflito com as Igrejas” (RÉMOND, 2004, p. 164)

O Iluminismo não era em si anti-religioso, apesar de rejeitar a tutela da religião sobre as estruturas e instituições da sociedade. Esse movimento reivindicava o direito de examinar as estruturas históricas postas pela Igreja, e, sob o escudo da razão, carregava consigo o germe da laicização do Estado e da

fatos de uma sociedade relacionados com a providência divina e com o desenvolvimento dos planos de Deus para os homens. Ele criou o argumento que governo era divino e que os reis recebiam seu poder de Deus.

³¹ Tal interpretação é proposta por Réne Rémond ao fazer uma análise das conseqüências do fator religioso na proposição das nacionalidades na segunda metade do Oitocentos. Para ele as nações carentes de Estado, ou privadas do mesmo, tiveram na fidelidade religiosa seu ponto de encontro, seu agrupamento social e, portanto sua nação.

secularização da sociedade, que estabelecia a separação entre razão social e religião. Esse processo foi de suma importância para entendermos qual o lugar e o papel da Igreja e da religião, à época da pesquisa de Fustel de Coulanges.

Assim, entendemos que estabelecer a ligação entre o processo de laicização do Estado e da sociedade e a obra de Coulanges é caminhar no sentido de compreender que lugar Coulanges concede a essas questões sociais em sua obra, ou ao menos que lugar essas questões tinham para a construção do seu raciocínio.

Neste sentido, se observarmos a questão dos estudos das instituições, dos debates em torno da tese germânica dos franceses em contraponto a tese latina conforme apresenta Coulanges e ainda a centralização do seu estudo na religião, coisa que fora deixada de lado ao se separar o papel da igreja na sociedade civil, fica bastante evidente a formação da *Cidade Antiga* e sua constatação com as questões que a religião se deparava no século XIX.

Com a Revolução Francesa o espírito filosófico é institucionalizado no direito e na prática do Estado. Os registros civis são retirados do clero e confiados às municipalidades, as minorias religiosas, no campo do direito civil, são equiparadas às demais religiões. Como afirma Rémond (2004, p. 168), “na falta de poder “revolucionar” a antiga religião católica, criar-se-á uma religião revolucionária”.

Outro fator citado por Rémond como propício ao enfraquecimento da autoridade das igrejas foi, após a Revolução Francesa, a crescente descristianização da sociedade. Com a laicização do Estado o que se quebrou foram os laços oficiais que este tinha com a Igreja, o que necessariamente não implicava em mudança de julgamento dos indivíduos em relação às suas crenças. Entretanto, a descristianização da população e a regressão da prática religiosa era o indício do desafeto das pessoas com a Igreja e com a religião em geral, em cumprimento ao modelo assumido pelo Estado e reproduzido no discurso nacional.

A mudança social, a industrialização e a urbanização provocaram uma aversão ao passado, pelo menos no que se refere a um passado ligado à tradição, existindo, assim, uma ruptura dos hábitos e um deslocamento da crença do imaterial para a materialidade do capital. O fator religioso torna-se plural, a diversidade e as transformações sociais, espaciais e políticas da sociedade descentraram e secularizaram a relação dos indivíduos tanto entre si quanto em sociedade.

Esse, pois, foi o quadro que Coulanges estava envolvido. Religião e crença no imaterial não formavam, na sua sociedade, valores possíveis de

desenvolvimento mútuo, comum. A coletividade necessitava de uma razão social pura, ou seja, de um desencantamento das questões espirituais e de uma atuação nas questões materiais.

Desta forma, o mundo, nesse novo momento, foi pensado pelos historiadores franceses segundo categorias humanas, regidas pelo conceito de razão gestado no século anterior, embora o século XIX lhe atribuísse novos significados.

Já no século XVIII, a cultura era uma propriedade humana importante para as interpretações históricas. Herder já fazia a ligação entre o desenvolvimento cultural e a interação do homem com a natureza e/ou com o lugar em que se estabeleciam laços históricos. Assim, portanto, a análise do paradigma cristão e a inserção da cultura humana com possibilidades cognoscíveis desvinculada de Deus, aliada à preocupação com a natureza, influenciou as pesquisas posteriores que consideravam o espaço como elemento de entendimento do homem. Além disso, as recorrentes imagens ligadas à exegese das nações, despertavam no homem a necessidade de falar sobre o seu lugar, o seu espaço, tal como fizera, por exemplo, Maquiavel com sua História de Florença no século XVI,³² tônica que foi posta em prática pelo Renascimento, mas que somente foi problematizada, questionada e narrada a partir dos moldes da História escrita no século XIX.

Os trabalhos da primeira metade do século XIX continuaram a reafirmar essas bases de entendimento, mas a forma como as pesquisas analisavam o passado e a maneira como conectavam suas narrativas estava intimamente relacionada com o seu respectivo presente e, conseqüentemente, com as querelas político-partidárias atravessadas pela França, após a Revolução de 1789, à medida que as configurações políticas mudavam, a perspectiva do passado era alterada.

O primeiro sintoma das diferenças entre as análises do passado estava na relação estabelecida entre os francos, os gauleses e os germanos para determinação da identidade francesa. Se antes a Gália era o local de fundação primordial deste povo, os revolucionários insistiam em categorizar a formação do povo em influências distintas, relegando aos Germanos a descendência da elite francesa e estabelecendo um passado legítimo do povo francês, conforme sustenta Geary (2005, p. 34):

³² Livro escrito em 1532, período conhecido como “*Cinquecento*”, acerca da configuração e formação da cidade de Florença. Ver mais em Maquiavel (1998).

O verdadeiro povo francês, de ascendência gaulesa, havia muito tolerava a opressão estrangeira, primeiro a dos romanos, depois, a dos francos. Já era hora de mandar aquela raça forasteira de volta para as florestas da Francônia e devolver a França o terceiro estado, a única nação verdadeira.

Não é a toa que vemos nesta citação a ocorrência de “o verdadeiro povo francês” e “a única nação verdadeira”. Os estudiosos conservadores – ligados à nobreza - do Oitocentos singularizam a história do seu povo. Criaram historicidades para os eventos que relacionavam a nação, categorizaram ascendências e descendências e formalizaram o que definia ser um francês. Como base em tudo isto temos o legado dos estudos medievais que tornou possível somente o entendimento das três raízes formadoras do povo: a gaulesa, a dos francos e a dos germanos. Já os revolucionários de tônica liberal atrelavam o passado às possibilidades de transformação do presente. Estes condicionavam à nação a capacidade do povo em aceitar e respeitar a vida sob a República e, além disso, viam no idioma francês a possibilidade de união da coletividade.³³

Outro exemplo que nos ajuda a entender as relações da política francesa com a História pode ser entendido quando comparamos com a historiografia alemã. Um dos argumentos dos historiadores franceses para a origem da nação baseava-se nos mesmos documentos e nas mesmas origens dos povos que os historiadores alemães. Os franceses se baseavam no mito de Tácito como explicação fundante da nação francesa, da mesma maneira como os historiadores de Göttingen³⁴, cujo maior destaque é Johann Gottfried Herder, atribuíram a Tácito as responsabilidades pela criação da nacionalidade alemã. Entretanto, ao contrário dos franceses, os historiadores alemães questionaram a atribuição excessivamente política dada à criação de um povo e concederam à língua e aos fatores culturais o traço para reconhecimento de uma nação.

É importante salientar que essa questão das origens das nações germânica e francesa suscitou todo um debate institucional em torno da História de meados do Oitocentos. Historiadores germânicos da primeira metade do século XIX ligaram o

³³ Quanto a essa questão da visão política dos historiadores e a forma de escrever história ver mais em: Dosse (2003).

³⁴ Grupo de pesquisadores considerados precursores do nacionalismo alemão. Para saber mais, Geary (2005, p 34 – 55).

estudo da nação ao estudo das instituições nacionais, e com isso alargaram o seu respectivo passado ao defenderem tradições ou fatos históricos não advindos dos sujeitos, mas de instituições próprias de cada povo. Waitz, Mommsen, Droysen, todos de tradição alemã, influenciaram, como professores, destacados historiadores franceses, como Guizot e Benjamin Guérard, que desenvolveram estudos nas áreas da História política e jurídica e conseguiram, pelo debate institucional, determinar a origem germânica dos povos franceses.

Ao contrário dessa concepção germanica, Coulanges, em *A Cidade Antiga* transferiu o debate nacional para a questão latina. E, reconhecendo a importância dos estudos daqueles historiadores, foi pela instituição, pela mesma base conceitual e metodológica de historiadores como Mommsen, que Coulanges visou provar a descendência latina dos Francos e descentralizar o debate das origens da nação da queda do Império Romano, para o período republicano de Roma.³⁵

Além da questão nacional, as questões políticas dos historiadores definiam as suas perspectivas. A problemática da nação levava ao debate da história e a preparava para o embate metodológico ocorrido, principalmente, no último quartel do século XIX (THOMPSON, 1942, p. 363 – 367).

Foi a partir desse nacionalismo cultural que se puderam verificar elementos políticos que, segundo Herder, eram levados em consideração como as filiações culturais dos povos. Assim, a crença na existência da nação alemã poderia ser recuada, por exemplo, para o século I, quando Armínio derrotou o general romano Varo na região onde se localiza a Alemanha do século XVIII e XIX, ao contrário dos franceses que insistiam nas questões políticas, filológicas e até geográficas para as suas argumentações.

Herder e o grupo de Göttingen defenderam a idéia da particularidade cultural de cada nação e de cada época, cujos valores deveriam ser julgados individualmente, dando relevo aos estudos de crítica e história literária sob abordagens historicistas que priorizavam os elementos históricos e culturais relacionados ao surgimento da obra literária ressaltando, assim, suas peculiaridades regionais, nacionais e individuais (BALDO, 2006).

³⁵ As principais obras desta “historiografia institucional” que teve como referencia maior Leopold Von Ranke foi: Waitz – História da Constituição alemã; Mommsen - História política e jurídica e Droysen – Sumário da história (espécie de manual de historiografia). Ver mais em Thompson (1942, p. 247-381), e em Le Goff (2003, p. 17 – 172).

Assim, percebemos que o “nacionalismo” de Herder e do círculo que envolvia os intelectuais de Göttingen era de caráter cultural e não de ação política, o que possibilitava historicizar e definir novas relações no passado para o aparecimento da nação, de uma linhagem nacional e, conseqüentemente, de um Estado.

Essa definição é importante porque podemos “filtrar” os historiadores franceses que no século XIX punham em prática abordagens culturais ou que definiam a filiação a determinada nação por esse viés. Os debates ocorridos em torno da formação metodológica da História levaram em conta a disputa entre as interpretações políticas e culturais que determinaram essas duas linhas do pensamento historiográfico.

Estudos pautados na medievalidade que reconsideravam a forma de escrever história, sem mais seguir o modelo teológico, apontavam para as reflexões culturais dos povos no passado e serviram como base para a discussão acerca da nação no início do século XIX.

Dessa maneira, a primeira etapa para a investigação histórica do nacionalismo no século XIX estava posta. Os Oitocentistas, principalmente em sua primeira metade, quando a França passou pelas disputas políticas decorrentes da queda de Napoleão Bonaparte e vivia ainda as conturbações da subida ao poder de Luís Filipe, tornaram prementes as definições de uma identidade nacional que mais tarde, entre 1860 a 1880, serviriam de base para a discussão sobre a estruturação e filiação do Estado francês em uma nação.

Durante o surgimento das novas teses sobre o aparecimento da nação francesa, o desenvolvimento de determinadas áreas de pesquisa, como a Filologia e a Etnoarqueologia, instrumentalizou a História para o estudo das origens das nações. Isso possibilitou a formação de discursos que consideravam diversas outras características de constituição do sentimento nacional, com implicações não somente nos estudos políticos, mas também nos culturais, filológicos e étnicos, que passaram a ser importantes para a defesa das reivindicações territoriais no século XIX.

Esses estudos acabaram por referenciar uma série de debates sobre o território francês, acerca de suas fronteiras geográficas e seus limites políticos. Com o desenvolvimento desses conhecimentos e o desenrolar das disputas políticas, cresceu, ao menos na França, a idéia de que as barreiras geográficas não poderiam conter as sucessivas relações entre os povos. Os elementos subjetivos, como afirma

Hobsbawm (1990, p. 16), passaram a ter maior importância frente à constante modificação geopolítica. A ideia de pertencimento a determinada sociedade passava a ser defendida por políticos, eruditos e intelectuais franceses.

Assim, a formação de uma consciência nacional passava também pelo debate educacional do povo, no intuito de criar uma necessidade de se sentir originário de determinado lugar, uma escolha de cada sujeito ou como afirma Renan: “um plebiscito diário” (HOBBSAWM, 1990, p. 16). Arregimentar pessoas, desde pequenas coletividades a grandes populações era, de certa maneira, uma ação de convencimento. Os elementos tidos como necessários à consideração de determinada identidade deixavam, pouco a pouco, de ser meramente objetivos, de forma que a educação passava a ser um ponto de apoio para a criação de um sistema de valores em que a nação figurasse como centro.

Nesse sentido, desde o século XVIII houve esforços para a materialização do ensino de História, com objetivos ideológicos voltados para a formação da nação. Mesmo que, inicialmente, a História tivesse um papel secundário na formação do indivíduo, apenas aplicada como opção ao currículo oficial, após a Revolução Francesa esta disciplina ganhou seu espaço, justamente por sua discreta atuação na programação escolar do Setecentos.

Com a Revolução Burguesa não houve grandes modificações nas Instituições de ensino. O que realmente houve foi uma legislação mais ligada ao ensino nacional, como afirma Furet (1990, p. 119). A partir de 1791, o currículo secundário clássico passou a contar com as disciplinas História e Geografia, sendo a primeira tratada como uma “ciência moral ou política” (FURET, 1990, p. 120) de cunho filosófico, tal como no início século XVIII, quando ainda era uma disciplina optativa de conteúdo quase que exclusivamente religioso.

Como afirma Furet (1990), a História, depois de laicizada, passou a considerar o sentido da existência social e, como defendia Condorcet, se tinha nas particularidades nacionais da França. Os liberais exaltavam a Revolução e desprezavam o Antigo Regime. Os conservadores faziam exatamente o contrário. Cada grupo olhava para o passado da França com um olhar próprio e a heterogeneidade de opiniões refletiu-se no currículo proposto para o ensino normal, conforme nos indica Furet (1990, p. 122–123):

A origem que constitui o contrato e a constituição primitiva e que funda a história nacional arrancando os franceses do seu passado. [...] Para os revolucionários franceses, a história não é, portanto, uma genealogia, como o vai ser para as ideologias nacionalistas do século XIX. [...] A história nacional vai representar o terreno por excelência da constituição da disciplina e da legitimidade escolar, a Revolução Francesa fez dela um campo de guerra civil intelectual. Os franceses do século XIX são esse povo que só pode prezar metade de sua história. Não pode amar a Revolução sem detestar o Antigo Regime e amar o Antigo Regime sem detestar a revolução.

Essa bipolaridade política fez a História, ao mesmo tempo em que tratava do currículo oficial, se preocupar com seu desenvolvimento como ciência, no sentido de dar conta de suas carências metodológicas. Com as alterações nos regimes políticos da França, desde a Revolução até meados do século XIX, a tônica do ensino de História recaía sobre a alternância dos chefes políticos no poder. Sua constituição foi inconstante, volúvel, se não em currículo, mas em temáticas. Por exemplo, de um lado o programa da direita ultra-realista lidou com a História no sentido de perceber o regresso, o direito e a providência divina, de outro, como em 1830, com Luís Filipe, a História passa a ser unificadora, progressista, patriótica, centralizadora e nacional.

Aliás, 1830 marcou a grande ascendência do ensino de História no regime francês e curiosamente essa centralização esteve intimamente ligada ao ensino das características unificadoras da nação. No currículo de 1838 a História da França, dos seis períodos existentes na escola, era lecionada solitariamente, das origens no ano de 406 até 1789 (FURET, 1990, p. 125) e figurava paralelamente à história da humanidade vista nos períodos anteriores. Nesse currículo somente Roma era ensinada no terceiro período também como matéria única.

Em períodos posteriores, como em 1848 e 1852, quando ocorreram modificações curriculares, a História e o ensino de História figuraram como mais importante tipo de pedagogia nacional³⁶, sendo acrescentado em seu escopo novas relações – como as temáticas enciclopedistas e genealógicas da década de 1860 e cientificistas do último quartel do Oitocentos – que buscavam dar ênfase à formulação de um passado nacional que unisse os franceses e despertasse neles

³⁶ Conforme afirma Tétart no livro **Pequena história dos historiadores**. Neste livro Tétart se utiliza da idéia de que a história estava entre a ciência e a pedagogia cível e, portanto acontece conjuntamente nas duas áreas, seja enquanto ciência ou disciplina. (TÉTART, 2000, p. 97).

a consciência e o sentimento de pertencimento à nação francesa. Esse era o dever precípuo da História enquanto disciplina e ciência.

Juntamente com o ensino de história, foram criadas diversas instituições cujo caráter era o de figurar, apresentar e representar uma nação. A Escola Prática de Altos Estudos, os Liceus (de Paris, de Nantes), a Universidade de Estrasburgo, bem como, as modificações urbanas – reformas de Haussmann –, a criação de monumentos e a reestruturação das cidades com elementos épicos do passado francês são exemplos dessas estruturas constituídas para, a todo o momento, educar o povo e “reapresentar” o passado no presente.

Além destas funções, a História passou sucessivamente por debates políticos que se acirraram com a chegada da Terceira República e a potencialização das questões territoriais com a Alemanha, principalmente a partir da década de 1870. A nova missão era determinada pela situação geopolítica da Europa e, sobretudo da França. Seignobos, Langlois e principalmente Ernest Lavisse foram exemplos de historiadores e professores preocupados em reafirmar tanto a importância científica da História para a França como a necessidade da estruturação de uma consciência republicana, democrática, fraterna e livre.

O nacionalismo, portanto, já estava estruturado e assim como a História, a nação a cada mudança política ou a cada novo contexto era reelaborada, reapresentada, o que significava que ela era indefinida ou estava em vias de definição. Os liames necessários para o (re)aparecimento da nação eram postos pelo passado, cabendo à História estabelecer esses elos. Sua consistência, todavia, estava exposta pelas mudanças políticas e sociais, bem como, pelas transformações na própria História que apontavam alterações no passado ou nas versões do passado francês. Universal, enciclopédica, racionalista, cientificista, historicista foram nuances teóricas no estudo da História que permearam mudanças nos temas historiográficos.

Desta forma, podemos perceber que as ideologias oficiais dos Estados fundados sobre o mito da nação tradicional e imanente ao espaço em que se consolidaram foram inventadas e reproduzidas no estudo do passado. O espaço para se reproduzir esses mitos foi a história, nesse caso, tomando como exemplo a França, abarcada por uma justificativa cientificista baseada num método crítico e empírico com a finalidade de perpetuar monumentos, tradições e idéias ensejando formar uma consciência de nação nos sujeitos que compartilhavam uma série de

elementos historicamente postos como a língua, a etnia, o território e a cultura reproduzidos através das instituições e da educação formal.

Cada um desses fatores, em determinados períodos históricos, foram mais ou menos importantes e foram revelados segundo o método de investigação aplicado.

Esta, pois, foi a relação entre a política estatal, os apelos a uma constituição nacional que podemos vislumbrar em meados do Oitocentos. A emergência da nação e a importância do Estado dada à História permite entender de que maneira os trabalhos históricos nesta época estavam envolvidos com a propaganda do Estado e com política deste para formação de uma nação. Resta-nos entender como a história se estruturou epistemologicamente para fazer de suas pesquisas, discursos possíveis de entendimento destes elementos propagandísticos.

2.3 A HISTÓRIA DO SÉCULO XIX E SUA TRADIÇÃO RACIONAL, LIBERAL E CONSERVADORA.

Para demonstrarmos qual o papel da História, especificamente, da História que Coulanges realizou na definição do que seria “o nacional”, é necessário entendermos as bases de sustentação desta ciência, de meados do século XIX, seguindo a linha de alguns autores como Arno Wehling (1994), Philippe Tétart (2000) e Eric Hobsbawm (1990).³⁷

No caso específico da França, a História do Oitocentos derivou basicamente de três correntes de pensamento, estruturadas no século XVIII: o Liberalismo, o Conservadorismo e o Racionalismo. Mais tarde, a partir de meados do século XIX, juntou-se a essas linhas teóricas: o Romantismo, marcante em autores como Michelet, os desígnios Metódicos de Leopold Von Ranke³⁸ e o Positivismo Filosófico e objetivo de Auguste Comte³⁹, delineando, assim, os métodos de pesquisa dos historiadores, entre os quais, Coulanges.

³⁷ Fazemos referências as seguintes obras, respectivamente: A invenção da História; Pequena História dos historiadores e Nações e nacionalismo desde 1780.

³⁸ Leopold von Ranke nasceu em Wiehe/Unstrut na Alemanha em 1795 e morreu em Berlim em 1886. É considerado um dos maiores historiadores alemães do século XIX, introdutor do método científico, ou proponente de um método mais seguro e objetivo para a História. Teve ampla repercussão no século XIX e influenciou demasiadamente as produções históricas, principalmente na Alemanha, França e Inglaterra.

³⁹ Auguste Comte nasceu em Montpellier, França, em 1798 e morreu em 1857. Coulanges é um dos principais percussores e proponentes do positivismo, inserindo em sua filosofia a idéia de estado positivista. Tem como um

O que havia de comum naquelas linhas teóricas, particularmente nas fundadas no século XVIII e ratificadas no início do século XIX, era a explicação de eventos históricos por meio de argumentos científicos com base, primeiro, na superioridade técnica e racial do europeu branco; segundo, na defesa das liberdades individuais e, terceiro, na possibilidade de entendimento histórico do desenvolvimento das sociedades.

Para materializar esses argumentos preocupavam-se em demonstrar a nação francesa e as nações européias em geral como comunidade superior às demais e aplicavam os seus resultados ou em fatos históricos destacáveis, como a Revolução Francesa, por exemplo, ou no estado social verificável de sua população, isto é, a situação da própria França e da Europa naquele tempo em relação aos demais povos, ou ainda, a partir da configuração da nação francesa no passado, isto é, cuidavam em recuperar as origens da nação francesa para demonstrar como esse povo congregou historicamente superioridade em relação aos demais povos ao longo do tempo.

O exemplo de superioridade e do desenvolvimento de determinadas sociedades vinha das mais diversas linhas teóricas, não somente da França, mas de qualquer lugar que ratificasse as hipóteses lançadas pelos pensadores, como Adam Smith⁴⁰ (1723-1790), Montesquieu (1689-1755)⁴¹ e Stuart Mill⁴² (1806-1873). As obras desses autores são alguns exemplos de textos que reproduziam os interesses do Estado, ao mesmo tempo em que eram tidos como discursos verídicos, seguros, científicos.

Esses autores formularam os princípios do liberalismo, do sistema político dos três poderes e da moralidade do Estado que, em momentos específicos, serviram às nações européias, tanto em suas disputas políticas internas quanto em seus empreendimentos externos. Os atos dessas nações sobre as demais criaram

das suas principais obras: O “discurso sobre o espírito positivo” e “Política Positiva” ou “Tratado de Sociologia” instituindo a Religião da Humanidade, categoria recorrente em sua obra.

⁴⁰ Filósofo e economista escocês formulou o liberalismo político e econômico. Teve como principal obra *Inquiry into the nature and causes as the wealth of nations* de 1776.

⁴¹ Autor do sistema de pensamento que dividia os poderes em executivo, legislativo, judiciário. Para Montesquieu essa partição era garantia para a liberdade dos cidadãos, e fator de eficiências dos mesmos poderes. Teve como principais obras *História romana*, 1705; *Discours sur Cicéron*, 1709; *Mémoires sur les dettes de l'État*, de 1716; *Dussertation sur la politique des romains dans la religion*, do mesmo ano. Ver mais em Evaldo (1997).

⁴² Filósofo e economista inglês, filho de James Mill famoso utilitarista inglês, Stuart dedicou-se a relação entre as idéias morais e a política, como expôs nos seus livros “Utilitarismo” e “Sobre a Liberdade”. Ver mais em Gardiner (1974, p. 103 – 106).

sistemas de organização social inferior e/ou sistemas políticos menos desenvolvidos, carentes de intervenção ou e dependentes de comunidades desenvolvidas, dentro ou fora da própria Europa.

Adam Smith, falar sobre a riqueza das nações em sua obra *The Wealth of Nations*, justificou que as tribos nativas americanas não tinham estado particular de sociedade porque não estavam sob sistemas sociais definidos e, por isso não possuía um direito político suficiente que conferisse autonomia e organização. Desta forma, Smith indica a possibilidade de não mais pensar somente no direito natural, até então tão pertinente na defesa deste tipo de comunidade, mas também encarar a possibilidade de um direito coletivo. Ao menos, nessa análise, Smith abria um caminho jurídico e científico que justificava a intervenção dos estados europeus sobre tais povos, uma possibilidade científica que permitia desfazer inteiramente suas comunidades para integrar-se ao único mundo constitucionalmente concebido do direito - o mundo das nações constituídas, da França ou da Inglaterra, por exemplo.

Stuart Mill, por sua vez, revisou as teses utilitaristas do seu pai – James Mill – e de Jeremy Bentham, chegando à conclusão de que o desenvolvimento social poderia ser compreendido historicamente observando os diferentes estágios de civilização e avanço cultural, sendo esse avanço cultural observado segundo o desenvolvimento individual do homem. Para Mill há um Estado de Sociedades, em que o grau de conhecimento e de cultura, moral e desenvolvimento intelectual reflete instituições sociais bem fundamentadas, como a verificação de riqueza, indústrias e instituições democráticas que representassem o grau de racionalidade e desenvolvimento do homem, exemplos que acabavam por apontar os sistemas institucionais dos Estados industrializados europeus, como a França, por exemplo.

Montesquieu preconizava que o desenvolvimento jurídico de uma sociedade, o conjunto de suas leis, demonstrava o grau de sua evolução social. As leis revelariam a racionalidade do governo e a liberdade era o parâmetro de reflexão de um desenvolvimento social. Para ele, cabia o exemplo das sociedades que tinham estabelecido rupturas com governos déspotas e adotado leis que garantiam as liberdades individuais e coletivas.

Esse conjunto de narrativas ecoava sobre o discurso da razão, que no século XIX tornou-se base para a justificação científica. Esses textos estavam entre aqueles que pronunciavam uma “vontade de verdade”, isto é, um discurso que fosse

identificado como verdadeiro, com respeito e autoridade de todos. Neste sentido, percebemos a História no século XIX como a herdeira desta verdade ou desta vontade de verdade incontestada. No que se refere a esse conceito, de vontade de verdade, tomamos emprestado de Michel Foucault⁴³, que faz uma arqueologia desses textos desde a Antiguidade até os nossos dias. Textos que se dizem científicos, discursos que ecoam nas sociedades, sem ser problematizados ou questionados a respeito do caráter ideológico, que leva o receptor a acreditar no que está sendo relatado.

Foucault (2002) acredita que há uma separação histórica entre o discurso identificado como verdadeiro - aquele que por si só fazia a verdade, apontava o futuro, tramava o destino de uma comunidade e se referia especificamente aos discursos até o século VI -, e aquele discurso que dizia a verdade:

O discurso verdadeiro não é mais precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. [...] Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber. (FOUCAULT, 2002, p. 15-16)

Essa vontade de saber, conseqüentemente, remete a uma vontade de verdade, que se apóie sobre um suporte institucional, como afirma Foucault, sobre um conjunto de práticas que pressuponha educação, livros, bibliotecas, laboratórios, enfim uma rede de instituições que reconduzam a verdade do orador para a prova, constatação e verificação do que se fala, relata, profere e se escreve.

Assim, para Michel Foucault (2002) esses discursos do Oitocentos representavam narrativas que eram consideradas maiores e se contavam, se repetiam e se faziam variar como formas de “conjuntos ritualizados de discursos” (FOUCAULT, 2002, p. 22), ou seja, discursos que se narravam em concordância com circunstâncias bem determinadas.

Desta maneira, buscamos os tipos de discursos que delinearão os textos do século XIX. O argumento cientificista, naquele período, preconizava o que Foucault considerou como o terceiro tipo ou nível de discurso presente nas sociedades - aquele que está na origem de certos atos novos da fala e que acaba sendo retomado e tendo o poder de transformar e influenciar os novos discursos ainda não

⁴³ Referimo-nos essencialmente ao seu livro: *A Ordem do discurso*.

narrados. A peculiaridade dos discursos que são ditos é que eles permanecem ditos, sendo reproduzidos, fazendo com que os textos científicos acabem por se intercalar em disposição na sociedade, desaparecendo e reaparecendo, reformulados e transformados, para serem novamente utilizados (FOUCAULT, 2002, p. 22 - 23).

Não foi à toa que no Oitocentos o suporte de justificação do que era verdadeiro estava na teoria do direito e nos desígnios da crença. A vontade de verdade estava naquilo que se acreditava ser passível de ser verdadeiro. Esse discurso, para Foucault, é manifesto pelo desejo e pelo poder, e sua fecundidade está na aceitação e reprodução universal.

Assim, com base na questão do discurso, estes são os primeiros indícios para entendemos de que maneira o discurso de Coulanges foi delimitado justamente pela idéia de crença religiosa moldada pelos conjuntos ritualizados de leis das sociedades antigas.

O fato de entender como linha central as instituições legais, o direito familiar e civil das sociedades antigas permitiu a Coulanges estar no verdadeiro e a reproduzir a sua verdade, lembrando também as questões da escola francesa da História e da escola alemã. Coulanges se utiliza das mesmas estruturas para ser reconhecido por seus pares e para, a partir deles, defender a sua tese latina dos povos. Além disso, ele estabeleceu a relação entre a lei da religião, as regras familiares e as leis sociais, civis, coletivas e comuns. Essa forma de arrolar o seu discurso conferiu solidez e verdade às informações que trazia de sua base empírica e documental.

Assim, Coulanges racionalizava o seu discurso e adequava seus argumentos ao projeto de uma história científica, conforme podemos ver na citação a seguir:

Quando, noutra lugar falamos da organização da família e das leis gregas ou romanas reguladoras da propriedade, da sucessão, do testamento e da adoção, observamos então como essas leis correspondiam exatamente, no tempo, às crenças das antigas gerações. [...] O homem não estudou sua consciência e disse: isto é justo, aquilo não o é. O direito antigo não nasceu assim. Mas o homem acreditava que o lar sagrado, em virtude da lei religiosa, devia passar de pai para filho e desta crença resultou a propriedade hereditária da sua casa. (COULANGES, 2005, p. 214 - 215).

Destarte, é necessário frisar que, no Oitocentos, discursos científicos⁴⁴, como o de Coulanges, por exemplo, estavam baseados, tanto nas correntes Racionalistas do século anterior, quanto no Conservadorismo que contrastava com o Liberalismo, no final do século XVIII e início do século XIX. Essas correntes de pensamento influenciaram a estruturação da História, tanto no que diz respeito ao seu estatuto de ciência, quanto nas posições políticas de seus historiadores.

O Racionalismo estudava a razão humana como uma operação mental, discursiva e lógica. Os racionalistas acreditavam poder extrair conclusões de uma ou outra proposição de maneira a classificá-la como verdadeira, falsa ou provável. Podemos destacar as primeiras definições desta corrente filosófica nos conceitos de Descartes⁴⁵, Spinoza, Malebranche que, no século XVIII, foram retomados por Leibniz, Wolff, Baumgarten. Estes pensadores sofreram oposição do Empirismo Inglês e dos enciclopedistas franceses, tais como Bayle, Hume, Condillac, Diderot, etc.

Segundo Evaldo Pauli (1997, p. 47), essa oposição apoiou-se numa direção teórica contrastante em relação aos conceitos de Descartes e do Empirismo inglês. O cartesianismo ou racionalismo radical considerava o conhecimento independentemente do ser. Situava ao lado de Platão e não de Aristóteles, que tinha maior influência sobre o Empirismo inglês. Para Descartes, o pensamento funcionaria independente da experiência, porquanto considerava inatas as idéias gerais a partir das quais desenvolveu o processo filosófico. Já o Empirismo inglês se baseava na materialidade dos acontecimentos filosóficos, na crença de que o conhecimento ou a ciência não se destinava apenas à contemplação, mas também à transformação da realidade, promovendo o progresso e o desenvolvimento humano.

Diferentemente do Racionalismo, o **Conservadorismo** foi, de acordo com Robert Nisbet, uma corrente de pensamento que implicava em “preservar o que

⁴⁴ Reconhecemos outras influências “embrionárias” na constituição da idéia de uma ciência humana que tratasse do passado com um mínimo de segurança e veracidade, como os escritos de Voltaire e dos Iluministas em geral, dos românticos do início do século XIX, tais como Jules Michelet, do método de pesquisa de Leopold Von Ranke, da filosofia positivista de Comte. Entretanto, dedicar-nos a falar sobre esse processo na obra de Coulanges, seu papel no positivismo ou na ciência histórica do século XIX seria retirar o foco do nosso problema que é a construção do espaço Frances segundo três instancias.. Aqui, somente é oportuno saber que bases fundamentaram o tipo de história que Coulanges escreveu. Todo o debate sobre o método é realizado após a obra “Cidade Antiga”, escrita em 1864. É a partir de 1870 que os debates metodológicos em torno da História vão se tornar fortes e constantes e por esse motivo, apenas oferecemos apontamentos para entender como foi essa formatação da história a qual Coulanges está envolto.

⁴⁵ A principal obra de Descartes que influenciou a formalização do Racionalismo foi o “Discurso do método” de 1637 e *Meditações Sobre a Filosofia Primeira* de 1641. Ver mais em Evaldo (1997).

estava estabelecido, contra à mudança ou inovação” (NISBET, 1986b, p. 62). Os conservadores atrelavam o conhecimento, tanto da natureza quanto da sociedade, à tradição, à conservação das antigas estruturas, o que implicava em reconhecer o papel danoso das grandes rupturas, das revoluções e das revoltas sociais, no tocante aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Podemos citar alguns teóricos que defendiam essa visão como Joseph de Maistre, na obra *Les Considérations sur la France*, Otto von Bismarck, Hippolyte Taine e Ernest Renan – em parte de suas obras - e posteriormente Charles Maurras que demonstrou as linhas teóricas do Conservadorismo na obra *Observateur français*, em que analisou a Revolução Francesa.

Gestados desde pelo menos o início do XIX, mas de grande repercussão na segunda metade do Oitocentos, os modelos científicos de justificação do trabalho histórico começaram a se estabelecer. Da década de 1820 em diante, historiadores como François Guizot, Augustin Thierry, Adolphe Thiers, Guillaume Brugière Barante e o próprio Fustel de Coulanges orientaram sua busca cientificista para os debates teóricos metodológicos acerca do conhecimento histórico e de temas como a formação política da sociedade francesa, a constituição do povo e a formação e origens da nação francesa.

Essa geração de historiadores influenciou e foi influenciada por Fustel de Coulanges. Ela pensou a história em torno da nação, da história nacional e conseqüentemente do Estado. A História deixou de ser uma referência de um grupo social específico, como era nos séculos anteriores, para ser uma arma política, um sistema de conhecimento e, sobretudo, como afirma François Hartog, um programa histórico, em meados do Oitocentos.

Dada a sua função, a História, dos primeiros anos do século XIX até sua segunda metade, esteve imbricada com o movimento das nacionalidades dos Estados europeus, tendo a função de construir as identidades nacionais, como exposto anteriormente. Os acontecimentos revolucionários ocorridos no último quartel do século XVIII, particularmente a Revolução Americana e a Revolução Francesa e a instabilidade política decorrente acabaram influenciando o tipo de história que adviria.

Outro fator que agravou a necessidade da atuação da História no campo social diz respeito à justaposição dos grupos étnicos, históricos, lingüísticos em espaços próximos que conviviam e interagiam entre si, mas que faziam questão de

demonstrar a dessemelhança de seus respectivos passados. A história incorporava o fenômeno das nacionalidades e voltava a sua abordagem para tentativa de individualizar os grupos coletivos que se consideravam nações.

O caso da França é particularmente interessante porque a História era compreendida basicamente pelo estudo do passado nacional e pelo conhecimento das origens dos cidadãos franceses. No entanto, percebemos um duplo processo a amalgamar a História e a Nação. Primeiramente observamos o estabelecimento da História como ciência oficial de ratificação de determinada “lógica” do Estado, e segundo, em consequência da primeira, a criação e defesa de uma nação suprema. Esses dois movimentos estavam intimamente relacionados aos eventos em que países como a França estavam envolvidos tanto do ponto de vista de sua política interna, quanto da externa.

Em relação ao processo de criação dessas comunidades coletivas nacionais, percebemos a priorização da História, pois, além de formar, organizar, educar, informar, selecionar, catalogar e evidenciar os acontecimentos passados, ela é chamada pelo próprio Estado a discutir sua função como ciência humana, comprometida com a verdade e a imparcialidade⁴⁶.

A história, portanto, necessitava desvincular-se das influências filosóficas, advindas principalmente do século XVIII, e arregimentar um conhecimento autônomo, apartado das demais ciências, mas que, no entanto elaborasse um método baseado no modelo de ciência referendado na época, o que consistia na reprodução, sobretudo, dos modelos físicos e matemáticos.

Dessa forma, a partir das influências que convergiam para um discurso histórico de bases científicas, a História passou a trabalhar com um tipo de discurso que visava narrar um tempo que “corria por fora” da experiência das próprias pessoas que viviam e construía a cidade.

Esse processo culminou com a disciplinarização da História, que decorreu, em grande medida, do fato dos historiadores defenderem, durante o Oitocentos, seu estatuto de ciência do homem. Os historiadores fizeram isso porque o conhecimento científico era tido, naquele momento, como um tipo de discurso incontestável, fruto

⁴⁶ No século XIX, no que se refere às correntes histórico-filosóficas de pensamento, temos a ocorrência de diversas escolas históricas que refletiram sobre seu método e sobre a melhor maneira de estabelecimento de uma pesquisa científica para o conhecimento acerca do passado. Historicismo, Historismo, Romantismo, Positivismo, Marxismo, Escola Metódica, Subjetivismo dentre outras nomenclaturas, permearam a pesquisa histórica no Oitocentos.

de uma alta reflexão empírica e de sólida sustentação argumentativa. Os historiadores acreditavam no papel da História científica, na sua veracidade, na sua implicação na sociedade, na compreensão social dos resultados de suas pesquisas e de seus discursos. Assim, pois, além dos historiadores serem afiançados pela ciência, esta lhes dava dizibilidade e visibilidade social, a exemplo das mais importantes ciências do XIX, como a Física, a Química e a Filologia⁴⁷.

Entretanto, naquele momento, a possibilidade de poder falar sobre assuntos atuais não atraiu a História, pois ela ainda se embebia da idéia de um rígido estudo do passado. Forçada a transformar os discursos acerca da nação, do Estado e da cidade em narrativas possíveis, a História pesquisou, no tempo, a maneira como essas estruturas foram concebidas, de que forma os construtos urbanos foram possíveis, que outras experiências existiram na história que serviram de base para a efetivação e para a mediação do significado da cidade, da nação e da própria História para os indivíduos na Modernidade.

Se retomarmos um pouco as concepções que influenciaram o conjunto de fazeres das reformas urbanas, constataremos que seu uso político foi inegável. Acontece que essas reformas além de terem este uso corroboraram para a própria formação da História enquanto ciência possível de investigar o homem.

Isso aconteceu porque a idéia do Estado sempre foi a de ligar a concepção de cidade ao de Modernidade, construindo novos significados para os espaços. Para isso, o Estado interveio na cidade de duas maneiras: na primeira, ele dotou os centros urbanos de infra-estrutura, sistemas de comunicação de tráfego, praças, parques, jardins, enfim, de reformas de facilitação da vida segregação de classes e normatização social; na segunda, que se relaciona diretamente com a formação da História, foi regulada o uso e a ocupação do espaço resultante, com redirecionamento dos modos de ocupação, destruição de edificações, agregação de subúrbios e, sobretudo, a monumentalização da nação e a naturalização do passado da sociedade no espaço urbano moderno, em que se emoldura a cidade em estruturas eminentemente modernas, que de negam as tradições ligadas, principalmente, ao Antigo Regime. Assim, a História formava-se como ciência ao resignificar o passado e traduzir os símbolos do presente.

⁴⁷ Esse assunto é bem tratado pelo historiador Josep Fontana (1998).

Além da intervenção urbana, o Estado francês deu especial atenção à elaboração institucional da cidade, ao buscar transformá-la em uma organização em que a sociedade francesa reconhecesse os epítetos, os heróis, a origem e a glória do Estado, que espalhava símbolos e tornava o espaço urbano um lugar de educação e cooptação política. Foi por esse entendimento que a grande parte das construções das cidades no século XIX proveio de ambientes políticos específicos que entendiam o fator coercitivo do espaço em relação aos sujeitos que o praticavam e nele viviam.

Desta feita, a cidade não comportou, no século XIX, aspectos únicos nem organizações esporádicas que ocorriam, exclusivamente, por força do mercado capitalista, coexistindo assim com uma dinâmica capitalista da qual Paris, por exemplo, se subtraiu e, conseqüentemente, implementou seus próprios movimentos.

Estruturar esta cidade, Paris, de maneira a evidenciar o papel da História ligada à formação nacional do Estado foi algo premente. Os complexos urbanos nesse contexto indicavam a necessidade de organizar a população não somente espacialmente, mas também ideologicamente, educando-a no sentido de fazê-la entender que os empreendimentos modernos, como a cidade, por exemplo, advinham de um esforço coletivo, público, libertário e democrático, realizado pela Nação para a formação de um Estado forte e glorioso.

Tendo em vista esse uso político do território francês, o historiador não poderia se basear em um passado apartado dessas questões. Assim, a busca do historiador, se pautava pelo real, pela realidade que, no século XIX, era entendida como “pura” e era significada pelo passado em si.

Por esse motivo, o historiador discorre sobre o seu contexto de maneira distanciada dele, tendo em vista que as representações que faz em sua narrativa “documentam o real” (PESAVENTO, 2002, p. 11). Historiadores, como Coulanges, objetivaram a verdade pela comparação, pelos meios que oferecem significados possíveis, tanto para si, como pesquisador, quanto para os leitores de sua obra - aqueles que, em tese, sofriam as auguras do moderno como representou Balzac, Hugo, Zola e Baudelaire.

As bases epistemológicas do historiador deveriam instruí-lo à maneira como os fatos do cotidiano se desenrolaram no passado. E o presente, neste caso o presente de Fustel de Coulanges, deveria ser entendido como um contraste, como uma escala de tempo que distanciava as pessoas, embora fosse possível, pelo

discurso da história, evidenciar o sofrimento, os problemas e as questões similares de outrora e que, portanto, eram importantes de serem observadas e verificadas no entendimento do próprio presente.

O historiador, tal como o *chiffonnier*⁴⁸, deveria proceder como um catador que retoma os velhos cacos, este era incumbido pelo Estado como responsável pelo recolhimento dos objetos sociais dando forma e reutilizando-os na sociedade.

Desta maneira, é necessário entender que o discurso histórico, no caso específico do entendimento da História construída por Fustel de Coulanges, desejou referir-se a um passado real, independentemente do que ele representava para o presente, embora tivesse como base as características de sua época para definir o que procurar no passado, mesmo que fossem as diferenças do presente para com os tempos idos.

Com base relação entre o poder, a ciência e o estudo do passado do homem, e das tarefas da História na formação de uma identidade nacional, pretendemos, nas próximas seções, demonstrar como Fustel de Coulanges apresentou em sua obra a possibilidade da reflexão nacionalista, através da narração sobre os eventos antigos e a formação da cidade. Buscaremos entender como a formação da sociedade e das instituições antigas forneceram um modelo moral para a concepção da cidade e do discurso nacional, na Modernidade.

A questão nacional está, pois, relacionada com a maneira de Coulanges escrever a história, com os temas escolhidos ou passíveis de serem estudados. Coulanges entendia a Nação como o primeiro espaço a ser destacado pela história dos povos antigos, demarcado pelo surgimento da idéia de cidade - um espaço de disputa que estabelecia fronteiras, monumentais e simbólicas, bem diferentes, mas ao mesmo tempo muito próximas dos monumentos e símbolos de sua época.

⁴⁸*Chiffonnier* é uma indicação muito utilizada por Baudelaire em seus romances, que nomeia a compreensão da cidade através deste elemento que seria uma espécie de catador de trapos. Ver mais em: Silva (2007).

3 FANTOCHES ANTIGOS NO TEATRO MODERNO: COULANGES, A HISTÓRIA E OS ANTIGOS.

Nesta seção vamos analisar as estruturas presentes na constituição da história da Cidade Antiga demonstrando de que maneira Coulanges instrumentaliza o debate nacionalista pela relação entre nação e cidade antiga, uma vez que é constituído a partir das relações do presente.

Ao entender a cidade antiga como a última relação das famílias antigas entre si, isto é, como resultado do compartilhamento institucional das famílias em uma cadeia de relacionamentos historicamente ligados e socialmente instituídos, pensamos que a idéia de Coulanges era fornecer modelos morais para a Modernidade, a partir da experiência de Roma e Grécia. A cidade, portanto, foi para Coulanges o segundo ponto de entendimento destes modelos. Se o primeiro foi à nação, a cidade era a materialização da nação e o espaço de aplicação e reprodução dos modelos morais da Antiguidade.

É preciso salientar que, apesar de historiadores como José Carlos Reis (2003), François Dosse (2001), Michel de Certeau⁴⁹ deixarem claro que a relação do historiador com o seu presente é imanente ao que ele procura no passado, na nossa pesquisa isso indica a própria transposição de elementos e conjunturas do presente de Coulanges para o passado e esse procedimento necessita ser localizado e compreendido nesta perspectiva.

Parece evidente a relação do historiador com o seu presente e o uso desta temporalidade para a investigação do passado, estabelecendo uma operação entre a pesquisa, as fontes e os problemas a serem resolvidos. Como diz Certeau:

[...] Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria

⁴⁹ Nos referimos basicamente às obras, respectivamente: *História e teoria: historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*; *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido e A escrita da História*.

de mostrar que a operação historiográfica se refere à combinação de um *lugar social*, de prática “científicas” e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2002, p. 66, grifos nossos).

No entanto, o historiador fala de um lugar, mas o compreende como produto das práticas sociais no tempo. O que se difere aqui é que apesar dessa operação historiográfica estar presente na obra de Coulanges, ele não vê o presente como produto do passado, mas este como constituição singular de tempo, reelaborado pelas práticas do presente que por sua vez ganha novos sentidos. É como se Coulanges, no século XIX tentasse compor um museu de coisas modernas, de novidades, apartando a lógica do passado e tornando o presente, não produto, mas produtor das possibilidades da Modernidade através de *A Cidade Antiga*.

Esse diálogo entre essas duas temporalidades permite o entendimento de que a idéia de Coulanges, além de projetar o desenvolvimento do sentimento nacional datado desde a Antiguidade, era também traçar modelos morais, ligados às associações religiosas e às fundações baseadas em regras de fundamento religioso, mas de aplicabilidade civil.

Dessa maneira, entender esse lugar, suas artimanhas, novidades e peculiaridades, acaba por ser, em última instância, entender como Coulanges configura o Estado na Antiguidade.

Além disso, destacaremos com base em “A Cidade Antiga”, alguns elementos que estabeleçam essa ligação entre a defesa da nação moderna e as possibilidades de uma história dos povos antigos, na tentativa de Fustel de mapear, a partir da Antiguidade, os exemplos que permitissem compreender dois pontos: primeiro, a lógica de cada tempo histórico em relação à formação e ao papel do Estado, neste caso especificamente o tempo ligado à lógica da Modernidade, como processo de resignificação da Antiguidade; e segundo, a defesa da nação e a formação de um povo sob a égide de um Estado forte.

Assim, vamos retomar a primeira parte deste trabalho quando indicamos o contexto político e a relação do Estado com o ensino da História e conseqüentemente, sua cientificização para mostrar através da obra e outros textos publicados por Coulanges de que maneira corroboram com a propaganda do Estado em relação à formação da nação. A idéia é compreender a obra de Fustel como uma metáfora da cidade moderna, uma Cidade Antiga geradora de identidades, mas

também de diferenças, problemas e particularidades necessários para a criação de uma cidade moderna, relacionada com o discurso nacional.

3.1 FUSTEL DE COULANGES: narrador da “Antiga Nação Moderna”

Com base nessas questões, passemos a examinar como as informações trazidas por Coulanges no livro “A Cidade Antiga” sobre a origem e o desenvolvimento dos povos antigos podem ser relacionadas com o debate nacional oitocentista e com as questões anteriormente relatadas, principalmente no que dizem respeito à secularização da sociedade e às mudanças políticas e institucionais no Estado francês.

Examinemos também de que maneira toda a estruturação política e acadêmica da História influenciou no tipo de História que Coulanges almejou realizar. Faremos isso em grande medida para demonstrar como o tipo de História deste historiador francês, ao mesmo tempo em que se dedica aos assuntos e quadros temáticos de sua época, procura novas fontes, novos meios, novas continuidades para pensar toda a discussão aqui apresentada.

Sabemos que, do final do século XVIII até meados do século XIX, a maneira mais prática e aceita⁵⁰ entre aqueles dedicados a identificar as origens da nação historicamente era a língua e a etnia. Somente em meados do Oitocentos, pelo menos na França, começou-se uma abordagem mais cultural do passado e da interpretação dos povos. Muitas dessas abordagens serviram à identificação da nação ou do sentimento nacional, nos povos antigos, ou como exemplos para formação da então Modernidade. Fustel de Coulanges juntamente com Renan, Buloz, Thierry, Michelet, Barante, Sismondi, Guizot, Michaud, Taine, dentre outros pesquisadores, basearam os seus trabalhos neste tipo de abordagem que observava muito mais a possibilidade de formação do território do que puramente a sua origem.

Entre esses pesquisadores, Fustel de Coulanges se destaca, não somente porque ofereceu esse tratamento cultural ao passado, mas também pelo fato de ter se utilizado de recortes temporais e temas que a historiografia de sua época tratava

⁵⁰ Salvo as idéias de Herder, que acabaram por fazer parte e influenciar a própria abordagem cultural de pesquisadores franceses, dentre eles Fustel de Coulanges, como vimos no capítulo II.

de maneira periférica ou sem cientificidade. Antes de Fustel, poucos historiadores se instrumentalizavam de temas como guerra, Igreja, crença, religião, presença do Cristianismo na sociedade para esclarecer o debate nacional ou para estudar as origens do Estado e as determinações territoriais.

Além disso, a Antiguidade como período de análise em um momento em que a maioria da historiografia francesa dedicava-se ao entendimento das conseqüências da Revolução Francesa ou da situação da sociedade com os problemas da industrialização e das mudanças sucessivas de governo, nos induz a pensar que o trabalho de Coulanges não é um caso específico ou historiograficamente descomprometido com o seu presente. Compreendemos que a recusa da análise do período Medieval, a busca dos acontecimentos culturais e sociais dos povos antigos ratifica a necessidade de entender as origens e as transformações sociais pelas quais os povos originários do espaço europeu, e, sobretudo francês, passaram na obra de Fustel.

Quando escreveu *A Cidade Antiga*, ele pretendia fazer uma dupla reflexão: a primeira, acerca da evolução das instituições da família à cidade e a segunda, buscava entender as origens do vínculo social. Sua idéia era compreender porque da evolução da família para a formação das cidades, os indivíduos passaram a compartilhar vínculos muito mais concretos, arraigados e duradouros do que as demais definições étnicas, políticas ou lingüísticas. Para Coulanges, a forma encontrada para a criação e reprodução desses vínculos estava na elaboração e geração de instituições culturais, de ligação entre os diversos sujeitos, famílias e cidades, ao ponto de se criar um sentido supremo para esses vínculos - a formação da Nação.

Neste ponto estava a nação na obra de Coulanges. O vínculo dos cidadãos que compartilhavam de território comum - a cidade – e de instituições socialmente criadas e estabelecidas com função pública bem definida. – a religião e o direito civil.

Para Coulanges, religião ou crença seria a base do vínculo social que uniria os sujeitos, assim sendo: “a cidade é, por assim dizer, uma igreja; a urbe, um templo; as leis e o direito uma religião; os magistrados, sacerdotes.” (HARTOG, 2003) Para ele, o sentimento coletivo de crença era produtor dos vínculos sociais, conforme ele afirma na introdução de sua obra:

O confronto entre crenças e leis mostra-nos como esta religião primitiva constituiu as famílias grega e romana [...] Essa mesma religião, depois de haver espalhado e aumentado a família, estabeleceu uma associação maior, a cidade, e governou-a na mesma disciplina que a da família. Da família provieram, portanto, todas as instituições, assim como todo o direito privado dos antigos. Da família tirou a cidade os seus princípios; as suas regras, os seus usos a sua magistratura. [...] estas velhas crenças modificaram-se [...] e o direito privado e as instituições políticas modificaram-se juntamente com elas. Desenrolou-se toda uma série de revoluções e as **transformações sociais continuam seguindo regularmente as evoluções da inteligência**. (COULANGES, 2005, p.4, grifos nossos).

Essa última passagem “e as transformações sociais continuam seguindo regularmente as evoluções da inteligência”, demonstra como Coulanges tratava essa separação presente–passado. Sem dúvida pelos adjetivos que usa, pelas situações em que compara Modernidade e Antiguidade na sua obra, ele faz uma interpretação linear do tempo histórico. Tratou os desenvolvimentos sociais como evoluções dos quadros mentais dos antigos. Quanto mais antigo, para ele, mais primitivo os sistemas de pensamento, menos complexo e mais linear os modos de organização e as estruturas sociais estabelecidas noutros tempos.

Quando ele reconhece a constante transformação da sociedade, a liga ao desenvolvimento dos grupos coletivos e reconhece a formação do Estado francês, o seu lugar de pesquisador, a sua autoridade sobre os atores de outros tempos e identifica rupturas sociais e acontecimentos que justifiquem o presente ou vislumbrem o futuro.

Assim, Coulanges apresentou uma interpretação cultural ou, ao menos, institucional das origens do sentimento de um povo que o ligava a um determinado território. Mesmo que após Herder, autores como Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), Johann Gottfried Eichhorn (1752 - 1827), Friedrich Heinrich Alexander von Humboldt (1769 — 1859) – no caso da Alemanha – e Gabriel Monod (1844-1912), Ernest Renan (1823– 1892), e François Pierre Guillaume Guizot (1787 - 1874) – no caso da França - tenham ligado historicamente outros elementos para o entendimento do nacionalismo como a língua e a etnia, por exemplo, foi a questão política e não a cultural, como Fustel expôs em sua obra, que procurou definir identidades aos povos.

Portanto, a especificidade do estudo da obra desse autor que assumiu a defesa da nação, que politicamente era destacável e que participou das discussões acerca do método da História está na abordagem em sua principal obra, de questões em que utiliza métodos que a própria historiografia não destacava, utilizando recortes já não usados na justificação das origens da nação e também pelo fato de não discutir as revoluções modernas ou a própria Modernidade de maneira direta, tema que até então era muito caro para os seus pares.

Apesar das singularidades de sua escrita, ela foi estabelecida em nome da história nacional. Sua obra, embora questione o pensamento não conservador, ajuda a erguer a bandeira estendida pela geração liberal, que atuava desde 1820 na literatura francesa e que defendia a reforma da História em nome da nação. Coulanges tratava a nação como uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico, (HARTOG, 2003, p. 23–24) onde os sujeitos somente tinham papéis auxiliares e/ou coadjuvantes e a maneira como pretendeu narrar os acontecimentos dos antigos instigou os historiadores liberais a questionar o seu trabalho.

A nação e a cidadania foram signos de representação do povo francês ao longo da História. A cidadania viria pela associação dos indivíduos através da prole e a nação se formaria por sua vez pela união das famílias. Estabelecer uma ligação entre a família, a cidade e a nação foi uma estratégia utilizada por Coulanges para individualizá-la, ou seja, ao se analisar o processo de formação desta o ente primeiro seria o sujeito, sujeito esse que um dia compartilhou de suas crenças, ritos e tradições passando assim, a formar uma grande família de identidade única e de caráter nacional.

Desta maneira, apesar de intitular a sua obra de *A Cidade Antiga*, no singular, e tratar de três modelos antigos de cidades, Coulanges volta as suas atenções para os padrões romanos de organização. A família romana destacaria uma série de sentidos para a França Moderna, dentre eles, a República, a associação das classes sociais, as instituições, as liberdades, a religião, a monarquia e a propriedade

É bem certo terem estas crenças podido subsistir depois de as cidades e as nações estarem formadas, e até mesmo muito tempo depois. O homem não se liberta facilmente das suas opiniões que por algum tempo o dominaram. Essas crenças puderam, portanto,

durar, embora tivessem então em conflito com o estado social. (COULANGES, 2005, p. 116.).

Seu encanto com a Antiguidade data das defesas de suas duas teses, realizadas em 1858. A primeira, sobre Vesta⁵¹ e a segunda, sobre Políbio,, antecedem a defesa dos princípios da centralidade da sociabilidade na construção dos povos antigos, princípios estes sistematizados em “A Cidade Antiga”. O primeiro estudo tratou da representação dos cultos de Vesta e Mitra na constituição das primeiras instituições romanas, em que Vesta era compreendido como a extensão da cidade, das relações sociais, como a própria pátria dos antigos, outro ponto de confluência com o seu trabalho lançado em 1864.

Sua dedicação aos temas de sua obra pode ser percebida pelas aulas inaugurais proferidas em Estrasburgo. Em 1862, Fustel insere no seu programa o curso “família e o Estado entre os antigos” que em 1864 ganhou o nome de *A Cidade Antiga*⁵². Nos cursos de 1864 a 1867 ministrou dois cursos em que reflete sobre o conceito de revolução. O primeiro curso é dedicado ao reinado de Luís XVI e o segundo à “História da autoridade monárquica na França”. Esses três cursos (1862, 1864 e 1867) ministrados em menos de uma década demonstram a relação entre a obra de 1864 e os cursos posteriores. A cidade dos antigos e a pátria moderna são atravessadas pela nação dos homens que no caso da cidade é abordada nos exemplos romanos e gregos.

A Cidade Antiga responde os problemas não resolvidos em suas teses, ou seja, *A Cidade Antiga* encerra o ciclo que almejava observar o “movimento de expansão que, a partir da família, leva à cidade, através de uma série de etapas mais lógicas” (HARTOG, 2003, p. 40).

Não é à toa que Fustel destacou esses elementos na Antiguidade. Na década de 1860, as reformas estabelecidas na França principalmente ligadas às questões urbanas destacam o processo de monumentalização, de recriação, de deslocamentos e de reestruturações com inspirações clássicas, basicamente

⁵¹ Vesta é entendido como a personificação romana do fogo sagrado, da pira doméstica e da cidade. Na Grécia corresponde à Héstia e à Agni na religião hinduísta.

⁵² Não há um consenso acerca do tempo da produção da obra “Cidade Antiga” de Fustel de Coulanges. Autores como Hartog entendem que a obra atravessou toda a vida profissional de Fustel e data de pelo menos o começo do seu doutoramento em 1855. Já autores como Momigliano e James Thompson consideram o tempo de escrita como seis meses a um ano justamente porque a sua obra estava ligada às diversas aulas inaugurais e a reunião destas possibilitou a dissertação da sua obra. Em todo caso consideramos a tese de Hartog, por entender que este tema fora gestado de acordo com o ambiente político e social pelo qual passava, o que compreende alguns anos.

romana, no intuito dela mesma ser considerada uma instituição ligada à nação e a um povo. A cidade francesa deveria manter uma série de características, dentre elas a de uma cidade moderna e identitária, quase de valor existencial para com o sujeito, lugar em que o povo francês facilmente se reconhecesse.

Para isso era preciso institucionalizá-la não somente com reformas que naquele momento eram freqüentes, mas também através da religião, das liberdades coletivas, da cidadania e do bom entendimento das instituições políticas, tais como a República, a Monarquia, etc.

Ainda na década de 1860, entender o processo de formação da Revolução e suas conseqüências era uma constante entre os historiadores franceses. Mesmo que essa década tenha estado sob o controle do Segundo Império, analisar a Revolução era entender o potencial democrático da nação francesa e o quanto esse potencial estava arraigado em sua História. Acerca das revoluções, fala Coulanges (2005, p. 253):

[...] esta cidade, que tinha em seu seio a sua religião [...] que dominava tanto a alma como o corpo do homem e, infinitamente mais poderosa que o Estado de nossos dias, reunia em si as duas autoridades hoje partilhadas entre o Estado e a Igreja. [...] No entanto, como em tudo o que é humano, teve a sua série de revoluções. [...] Não poderemos determinar a maneira genérica a época em que começaram estas revoluções. [...] O certo é que a velha organização começou a ser discutida e atacada quase que por toda a parte. A partir do sétimo século antes de nossa era.

O que Fustel adverte é para um entendimento da Democracia além das possibilidades que o presente lhe conferia. O que almejava era perceber como, na Antiguidade, tal conceito era absorvido, entender que a democracia não tinha, necessariamente, relação com o Regime Republicano e, portanto despertar o entendimento que se poderia aprender com a Antiguidade, tomá-la como parâmetro e não apenas reproduzi-la. Diz Coulanges (2005, p. 2 – 3):

Por que as condições do governo dos homens não são mais as mesmas de outrora? As grandes transformações, que de tempos em tempos aparecem na constituição das sociedades, não podem ser efeito do acaso, ou apenas da força. A causa que as provoca deve ser poderosa, e essa causa deve estar no próprio homem. Se as leis da associação humana não são mais as mesmas de antigamente, é porque apareceu no homem alguma mudança. Com efeito, parte do

nosso ser modifica-se de século em século: nossa inteligência. Ela está sempre em movimento, quase sempre em progresso, e por sua causa nossas instituições e leis estão sujeitas a transformações. O homem não pensa mais o que pensava há vinte e cinco séculos e é por isso que não se governa mais como outrora.

Talvez por isso que, ao passar pelas crenças, a família e a cidade, Coulanges tenha destacado o valoroso papel das revoluções na formação da Cidade Antiga, bem como estabelecido o cuidado que se deveria ter e as reflexões necessariamente envolvidas nesse processo. A inteligência estaria mais evidente, o sentido acerca daquilo que lhe cercava ficaria, segundo ele, mais aguçado e elaborado, pois os momentos de ruptura eram “o instante” em que destacaria, sobretudo, o entendimento do homem e de sua realidade. Para Fustel, “a história de Grécia e de Roma é testemunha e exemplo da estreita relação que há entre as idéias da inteligência humana e o estado social de um povo.” (COULANGES, 2005, p. 3). Daí porque se deve retroceder aos antigos para que o presente duvidoso e nebuloso fosse cercado de exemplos tanto a serem seguidos ou não de momentos de organização e sistematização da coletividade.

Para Coulanges, as revoluções davam o sinal da formação cidadã de um povo, demonstrava o quanto essa grande família poderia mobilizar-se para questionar a tirania e individualidade de certos grupos no poder. As Revoluções evidenciariam o vínculo social estabelecido entre os indivíduos, uma ação que geraria novas continuidades, que impunham novas reflexões e, sobretudo, possibilitava a fundação de novas instituições. Diz Coulanges (2005, p. 253 – 254):

As causas originárias deste desaparecimento podem reduzir-se a duas. A primeira, a da transformação operada com o tempo, nas idéias em consequência do natural desenvolvimento do espírito humano, que, apagando as antigas crenças, soterra, ao mesmo tempo, o edifício social erguido por essas crenças e que só elas podiam manter. A segunda razão encontra-se na existência de uma classe de homens colocados fora desta organização da cidade, obrigados a suportarem-na, tendo interesse em destruí-la, e que lhe faziam guerra sem tréguas.

O que deveria permanecer imutável seria o desejo venturoso de constituir uma nação, mesmo que sustentado por outras bases como a liberdade, novas crenças e a democracia, por exemplo. Esta estaria para o sujeito como a alma está

para o corpo e coletivamente entendida ela formaria o espírito francês. As revoluções serviriam para tornar a nação realizada (HARTOG, 2003, p. 27), concretizá-la, reordenar e/ou recriar instituições que, ao mesmo tempo, em que a ratificasse no Estado francês produzisse sentimento de identificação nacional entre os sujeitos.

O seu trabalho, não somente com este livro, mas com as demais obras que lançou durante sua vida, seria o de ordenar o seu entendimento e ajudar a evidenciar o quanto é brumoso o surgimento da nação e não como o processo originário de constituição da França se deu.

Quando tentou perceber essa ocorrência na Antiguidade, Coulanges não submeteu a história à preexistência de um mito nacional como a maioria de seus colegas catedráticos durante muito tempo fez. Sentimento à Pátria era tido por Coulanges como um sentido não comum aos Antigos. O exemplo disso era a verificação da quantidade de guerras ocorridas no período clássico em que a maior motivação para realizá-las era a luta entre os ricos e os pobres na intenção de prevalecer sobre o outro.

Da mesma maneira comportavam-se as diferenças postas entre esses povos em sua sociedade. A composição dos exércitos, o cotidiano social, o culto aos mortos, a religião individual, tudo na Antiguidade, segundo Coulanges pressupunha uma divisão. Para ele, não existiu durante muito tempo um sentimento que unisse essas diferenças e possibilitasse o compartilhamento de certos sentidos capazes de unir tanto politicamente quanto geograficamente os povos.

A união e a criação do sentido imanente do sujeito para com a idéia nacional foi possível e lapidada pela instituição da República. As guerras e as sucessivas revoluções observadas na Antiguidade geraram um regime de experiência, exame e sapiência capaz de fazer com que as diferenças historicamente reiteradas cedessem lugar ao compartilhamento, ou como afirma em sua versão na língua francesa, ao *partager*, capaz de colher nos mais diversos segmentos da Sociedade Antiga valores, costumes e tradições comuns aos indivíduos.

A verificação histórica desta mudança, para Coulanges, somente poderia ser percebida se observássemos as instituições. Nelas, teríamos o conagraçamento e a união do que era comum aos povos. Fortes, concretas e universais, as instituições somente prevaleciam porque o regime republicano desenvolveu-se de modo a torná-las como tais, e mesmo que em um primeiro momento a tirania, a divisão e

desorganização tenha valido somente para certas partes da sociedade, a faculdade de união e representação total somente foi possível porque os povos instituíram-nas comumente.

As legiões, os senados, o estreitamento entre o patriciado e a plebe, enfim, o término do regime de municipalidade que segregava mais do que unia era o exemplo histórico de como a consciência coletiva instituía a agregação social. Acerca disso afirmou Coulanges (2005, p. 416):

[...] toda uma série de modificações sociais e políticas se desenrolava em todas as cidades e na própria Roma, transformando ao mesmo tempo o governo dos homens e sua maneira de pensar. [...] As conquistas de Roma não teriam sido tão fáceis, se o velho espírito municipal não estivesse então extinto por toda a parte, e podemos do mesmo modo acreditar como o regime municipal teria caído tão cedo se a conquista romana não lhe tivesse vibrado seu decisivo golpe.

No começo, na origem da organização municipal estava a família que era a instituição básica e comum capaz de arregimentar as diferenças, propor novas tradições e unir os povos, inclusive transformando os sistemas de governo. Seu caráter era eminentemente republicano, ou seja, coletivo, naturalmente social. Assim como a família formava-se pelo interesse geral dos sujeitos, o Estado constituía-se pelo interesse geral dos cidadãos.

A cidade seria a condição de adjacência das famílias, um contrato social entre os sujeitos e o lugar em que se estabeleciam, o espaço que construíam e o território que instituía sob as determinações de seus respectivos sistemas religiosos. Esse organismo público tinha nos sujeitos, mais do que meros indivíduos, cidadãos que criavam não somente o lugar físico da cidade, mas também o lugar abstrato do sentimento de pertencer à cidade.

No seu livro, Coulanges apenas cita duas ou três vezes a França a título de comparação sempre quando se refere às instituições Antigas em confronto com às Modernas. Que ligação, portanto, poderíamos estabelecer entre a sua obra e os movimentos políticos de sua época? Ou como a discussão sobre o nacionalismo pode ser percebida na sua obra?

Começemos por uma afirmação de Coulanges na revista *Question Historiques*, lançada em 1893, diz Fustel:

El verdadero patriotismo no es amor por el suelo natal, sino amor por el pasado, respeto por las generaciones que nos precedieron. [...] Pero si era necesario para Francia, estaba dispuesto a estimular una historiografía militante em torno a "*lès frontièeres de notre conscience nationale et lès abords de notre patriotisme*" (COULANGES, 1893, p. 3-16 apud MOMIGLIANO, 1993, p.275).

Conforme vimos na citação, apesar de ser um texto posterior a redação da cidade antiga, essa imagem do passado desenhada por Coulanges tem uma especificidade com relação à concepção, percepção e participação que tem com o seu presente e que podemos destacar em dois pontos.

Primeiro a ausência de uma discussão política em sua obra não ocorre por acaso. De 1789 até 1864, ano em que escreve o livro, a França passara pela série de conflitos políticos que citamos anteriormente com a sucessão de regimes políticos díspares, de complexas organizações e associações. Começou a escrever seu livro – fruto de uma série de aulas inaugurais –, pelo menos 15 anos antes de sua publicação e, portanto, o concebeu sob a égide do Segundo Império, Império esse que começou como uma República, mas que por sufrágio universal se tornou Império.

Politicamente, a França não apresentava uma divisão ideológica clara que demonstrasse uma maturidade histórica para ser trabalhada, ela se dava como fruto do convencimento, do momento político, daqueles que detinham o poder, apresentava-se por demais tênue ao ponto de justificar a base histórica da formação dos povos.

Segundo, o destaque que concedeu à religião foi o anseio de perceber o processo de destituição do Estado e da crença religiosa, esta última que durante boa parte da História da França deteve também o poder político. Para Coulanges, a vitória do Cristianismo marcou "o fim da sociedade antiga" (HARTOG, 2003, p. 47), muito em razão de ter substituído uma religião "extenuada, exterior e vazia" (HARTOG, 2003, p. 47). O Cristianismo trouxe o reconhecimento da libertação do sujeito, que deixou de ser um ente familiar e passou a ser um indivíduo. Em seu discurso o Cristianismo equiparava as pessoas, democratizava a relação social, não estabelecia diferenciações por seu culto doméstico, por ser estrangeiro ou por ser cliente de determinada família. Quanto a isso Coulanges dizia:

[...] o direito e a política começavam a ser um tanto independentes, era porque os homens tinham deixado de ter crenças: se a sociedade já não se governava pela religião, isso resultava sobretudo de a religião já não possuir força. Ora, chegou o dia em que o sentimento religioso recobrou vida e adquiriu vigor, e então dentro do cristianismo, a crença reapoderou-se do homem no comando de sua alma. [...] O cristianismo trouxe ainda outras inovações. Deixou de ser a religião doméstica de determinada família, a religião nacional de qualquer cidade ou de qualquer raça. (COULANGES, 2005, p. 443 - 444).

Esse novo momento nada tem haver com aqueles indivíduos anteriores às associações familiares. Neste novo instante o sujeito foi capaz de se dissociar da família pelo apelo religioso e se associar a ela pela filiação natural. Embora tenha sido importante, o Cristianismo perdeu o seu estatuto da pluralidade dos indivíduos quando mais tarde, ao final da Antiguidade, a cidade foi transformada pela instituição feudal.

Coulanges destacou a crença antes do Cristianismo e, portanto, ligou liberdade e crença para destacar a importância de relacionar esses conceitos para a formação do homem. Dizia ele: “[...] à frente destas instituições e dessas leis, colocai as crenças, e os fatos tornar-se-ão claros e sua explicação tornar-se-á evidente [...]” (COULANGES, 2005, p. 3) Acreditar na nação, acreditar na França poderia garantir a liberdade dos homens, dos cidadãos e antes de tudo na reunião dos sujeitos em torno de uma instituição comum: a cidade.

Aliás, o Cristianismo, segundo Coulanges, libertou os povos antigos de seus antigos sistemas de dominação, de suas estruturas segregantes que dividiam Plebeus e Patrícios. Quanto a essa ligação que faz entre Cristianismo e liberdade fala:

Os esforços das classes oprimidas, a decadência na casta sacerdotal, o trabalho dos filósofos, o progresso do pensamento, haviam abalado os velhos princípios da associação humana. Fizeram-se incessantes esforços por libertar o homem do império desta velha religião, na qual já não se podia acreditar; o direito e a política, assim como a moral, desprendem-se pouco a pouco das suas cadeias. (COULANGES, 2005, p. 443).

Corroborando este esforço de marcar a liberdade do homem em sociedade, temos:

Se nos recordamos agora do que dissemos anteriormente sobre a onipotência do Estado entre os antigos, se pensarmos como a cidade, em nome de seu caráter sagrado da religião que lhe foi inerente, exerceu um império absoluto, veremos que este princípio novo foi a fonte de onde brotou a liberdade do indivíduo. Uma vez que a alma estava liberta, ficou realizado o mais difícil, e a liberdade tornou-se possível na ordem social. (COULANGES, 2005, p. 448 - 449).

Quando sustentamos que “A Cidade Antiga” foi escrita com pretensões de justificar a França Moderna e entendemos a estruturação desta obra a partir dos debates em torno dos nacionalismos do Oitocentos, nos desperta o interesse saber se essa discussão ocorre na própria obra.

Coulanges tinha o entendimento de que o Estado-Nação consolidado, no caso da França, somente emergiu naquele momento entre os séculos XVIII e XIX. O que não queria dizer, no entanto, que não existisse a partir de outras relações. Para isso e por isso levantou o debate sobre as instituições. Ora, se a República foi uma instituição que vinha desde os Antigos porque não tentar perceber as demais relações que pudessem transparecer a formação do Estado? O que Coulanges quer descobrir com os antigos são “instituições esmeradas, uma combinação perfeita de liberdade com autoridade, enfim todas as formas embrionárias de governo representativo” (HARTOG, 2003, p. 50). Isso é possível, segundo Coulanges, porque “a unidade nacional representa o único elemento de concordância jamais questionado quer pelas lutas entre facções, quer pelas guerras civis” (HARTOG, 2003, p. 47).

Todo o mapeamento que faz das religiões antigas, das religiões domésticas e da organização da sociedade em função das instituições religiosas e civis construídas pela sociedade antiga é no intuito de marcar como as diferenciações sociais ocorreram, como se modificaram, como se uniram, como se desuniram. Os plebeus e os patrícios uniram-se e desuniram-se em função das instituições que elaboravam, cada um para a sua classe. Em épocas de guerra, os patrícios permitiram a participação dos plebeus nas legiões, em épocas de crises sociais, permitiram os plebeus de organizarem as suas instituições próprias, como o tribunal da plebe.

Durante um século, a História de Roma esteve prenhe de semelhantes mal-entendidos, entre dois povos que não pareciam falar a mesma língua. O patriciado persistia em conservar a plebe fora do corpo político; a plebe atribuía-se instituições próprias. [...] Algo havia, contudo, que criava vínculo entre esses dois povos: a guerra. [...] Se deixou aos plebeus o título de cidadãos, não foi senão para poder incorporá-los nas legiões. (COULANGES, 2005, p. 337).

Coulanges ratificava as diferenças possíveis da sociedade. Reconhecia no passado que poderiam existir níveis de sociedades que não se entendem, classes sociais que lutam pelo seu espaço e por sua organização, mas que, no entanto em eventos que potencialmente envolvesse toda a sociedade, desde os Antigos vislumbramos solidariedade e comunhão na defesa das divisas territoriais.

Esses dois povos, sempre frente a frente um do outro, e habitando dentro dos mesmos muros, no entanto, quase não tinham em comum. O plebeu não podia ser cônsul da cidade, nem o patricio tribuno da plebe. [...] Eram dois povos que nem mesmo se compreendiam, não tendo, por assim dizer, idéias comuns. (COULANGES, 2005, p. 336 - 337).

Paris e a França como um todo viviam as separações sociais. Retomaremos no próximo capítulo, a questão do imaginário social e a formação da Cidade Antiga, pautada nas dualidades que justamente a literatura evidencia, principalmente quando os literatos relatam a extrema pobreza e a extrema riqueza pela qual os diferentes setores da sociedade passavam e detinham respectivamente, como a diversidade social é a marca da França de meados do século XIX, como a cidade congrega essas diferenças em um mesmo espaço, e também, como essas diferenças são apaziguadas ou relativizadas quando se trata de defender a nação e ratificar o espaço do Estado e o lugar da Nação francesa.

Guardados os próprios limites definidos por Coulanges entre as sociedades modernas e antigas, ele demonstrou como esse comportamento foi possível no passado e de que maneira haveria a possibilidade de união das classes no presente. O seu discurso não deseja copiar um modelo, mas deseja demonstrar como foram possíveis esses movimentos outrora.

Portanto, entender a via de possibilidade de construção da nação francesa era possível pela História. Coulanges, então, estabeleceu como meta “estudar as

repúblicas dos tempos antigos concebidas como totalmente livres e adornadas com virtudes imaginárias” (HARTOG, 2003, p. 47). Essas virtudes imaginárias não foram esfaceladas pelos homens que ajudaram a construir a França nacional, pelo contrário, a França, que absorveu o legado romano da disciplina e da organização e o legado germânico da liberdade e o respeito pelos direitos individuais foram uma excepcionalidade e aí estava o segredo de sua coerência. Coulanges certa vez publicou:

[...] convém não esquecer o ânimo de salientar a originalidade da França: mais cedo e mais do que as outras “raças”, ela tornou-se uma nação, enquanto a geografia, a diversidade de suas “raças”, suas lutas, tudo contribuía para o seu esfacelamento... [...] Mais do que qualquer outra, mais do que a Itália e a Alemanha ela parecia fadada a dividir-se (COULANGES apud HARTOG, 2003, p. 50).

O fato é que a França não se dividiu ou tentou ao máximo não dividir-se nem perder territórios. Sua História política e social não caminhava no mesmo compasso que o desejo e as tradições herdadas dos Antigos. A nação existente, lapidada pela criação das instituições antigas e referendadas pela formação das famílias antigas, ofereceu à França a oportunidade de ser una e pré-existente. Os fatos de sua história somente ofereceram oportunidades de ratificação e fortificação do sentimento nacional e da consciência da descendência, do lugar que provinha o povo francês: da junção do romano e do germano, única e específica. Dos sujeitos romanos que caracterizaram o povo francês fortificados pelas poucas qualidades oferecidas pelos germanos.

Neste momento entra a querela dos historiadores germânicos e franceses. Oportunamente, se valendo de todo estudo acerca das instituições que os próprios germânicos fizeram ao longo do século XIX, Coulanges apreendia esta sistemática para indicar que não somente os gauleses não eram de descendência germânica, como também os germanos eram parte da formação dos franceses que tinham uma completude e uma ascendência romana maior do que qualquer outra nação européia, inclusive a Alemanha, Prússia e demais estados da Germânia⁵³.

Desta maneira, podemos perceber que o anseio pela nacionalidade e pela visualização da nação tomou diferentes conotações em um mesmo período. O que

⁵³ Sobre essa questão das querelas com a historiografia Alemã, em razão também das disputas territoriais da França com este país, além de James Thompson esse assunto é abordado em Momigliano (1993, p. 271 – 286).

vimos foi a formação de uma versão de um Estado europeu. O anseio de localização da nação em Coulanges serve de exemplo das várias possibilidades associativas que podemos fazer desta questão, sendo, o século XIX a nossa grande referência para o apaziguamento de nossas inquietudes.

Liberdade, Democracia, República, transformações sociais, mudanças de mentalidades, fatores culturais, variações na crença segundo Coulanges não poderiam ser entendidas como exemplos, modelos para a França propriamente. Coulanges separa bem o saber antigo e moderno, as limitações de outrora e as inclusões, pela filosofia, de idéias e mentalidades que permitiram as suas modificações institucionais. No entanto, como a sua preocupação não é necessariamente a sociedade antiga, mas sim as instituições, ele enfoca como a democracia, como a religião, como a crença modificam a sociedade e possibilita a perpetuação de uma comunidade específica. Assim, falou Coulanges nos últimos parágrafos de seu livro:

Assim, só porque a família já não possuía a sua religião doméstica, a sua constituição e o seu direito transformaram-se; do mesmo modo, só porque o Estado já não tinha a sua religião oficial, as suas regras do seu governo entre os homens se modificaram para sempre. O nosso estudo não deve ir além do limite que separa a política antiga da política moderna. Fizemos a história de uma crença. Estabeleceu-se a crença, constituiu-se a sociedade humana. Modifica-se a crença: a sociedade atravessa uma série de revoluções. A crença desaparece: a sociedade muda de aspecto. Esta foi a lei dos tempos antigos. (COULANGES, 2005, p. 450 – 451).

A fabricação da História da nação francesa estava na própria metáfora que dela se formou. A Cidade Antiga é um exemplo de uma obra norteada por seu presente, problematizada por questões modernas. Como diria Foucault, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2002, p. 26), e foi justamente isso que Coulanges fez. Não inovou, recolheu as fontes que se conhecia, classificou as mais diversas fontes gregas e romanas, mas não reproduziu o mesmo discurso político. Pelo contrário, ratificou a distância entre antigos e modernos, pois entendia ser um problema as reproduções que a sua sociedade fazia da sociedade antiga. Vejamos como Coulanges ratifica essa separação entre

os tempos e a necessidade de mudar os modelos que se tem em sua sociedade quanto aos antigos.

Tudo o que de gregos e romanos conservamos e por estes nos foi legado faz-nos, pois, ter de considerá-los como povos estrangeiros; é assim, a estes, quase sempre, os interpretamos a nós mesmos. Deste modo de ver procedem inúmeros erros. Enganamo-nos redondamente quando só apreciamos estes povos antigos através de opiniões e à luz de fatos do nosso tempo. (COULANGES, 2005, p. 1).⁵⁴

Coulanges reconhece os erros destas interpretações que explicam as revoluções modernas pelas dos antigos. Considera um equívoco o legado de semelhança que se dá entre os antigos e modernos. O que ele não explica é como as instituições antigas mostraram as possibilidades de mudanças buscadas por ele e almeçadas pela sociedade francesa, porque organiza o seu raciocínio exatamente pelas etapas e segundo os modelos e disputas sociais que a ele se apresentavam.

Às voltas com o Segundo Império, que atuou nas mais diversas instituições sociais da França, da educação à cidade, e corroborando política e institucionalmente com o governo de Napoleão III, Coulanges reviu o acontecimento que se seguia no seu presente para investigar e provar historicamente a ocorrência do tipo de ruptura que se observava naquela sociedade.

A nação foi a primeira das justificativas de Coulanges para a defesa da tradição, mesmo que fosse uma tradição liberal - frente às mudanças institucionais que a Modernidade determinava. O nacionalismo era a potência dos acontecimentos sociais, a prerrogativa para que não necessariamente abordasse a França em sua origem, como a maioria dos Historiadores fez. Escolheu a Antiguidade para antecipar o próprio nascimento da França no medievo. Em vez de perceber os franceses, escolheu os romanos, sua história para apropriar-se dos seus acontecimentos no intuito de metaforizar os eventos no Oitocentos.

Por fim escolheu as instituições porque a partir delas poderia recuar a qualquer momento e território sem faltar com a veracidade e imparcialidade tão

⁵⁴ Ce que nous tenons d'eux et ce qu'ils nous ont légué nous fait croire qu'ils nous ressemblaient ; nous avons quelque peine à les considérer comme des peuples étrangers ; c'est presque toujours nous que nous voyons en eux. De là sont venues beaucoup d'erreurs. Nous ne manquons guère de nous tromper sur ces peuples anciens quand nous les regardons à travers les opinions et les faits de notre temps. Versão em francês da edição de 1900. (COULANGES, 1900, p.8).

requisitadas em sua pesquisa científica, além de individualizá-la no passado através das instituições como República, Democracia, Liberdade, Tirania, Senado, além das diferenças sociais, mostrando a formação, ascensão e queda dos organismos públicos e das instituições antigas que permeavam as modernas.

Assim optou por debater a nação numa obra que se chama “A Cidade Antiga”. O que devemos agora é entender como e porque a cidade entra em jogo, qual a sua importância e o seu lugar no século XIX e dentro do discurso de Coulanges.

A metáfora continua e o que faremos não é desvendá-la, mas inserí-la na nossa trama, no nosso texto que começou com a nação e agora passa para a cidade.

3.2 COULANGES E A SOCIEDADE ANTIGA NA FORMAÇÃO DA CIDADE

Além da nação e da formação da sociedade antiga com base nas relações sociais, Coulanges se dedicou a entender o produto das práticas sociais na Antiguidade, que para ele foi a cidade. Nesta seção vamos nos dedicar a entender o conceito de cidade para Coulanges, que estruturas são particulares ao examinar o conjunto dos acontecimentos na História de Grécia e Roma e que tanto marcaram a formação do mundo Ocidental.

Vamos analisar passo a passo o conceito de cidade, as classes sociais, a idéia de cidadania, as fundações do território segundo os ritos públicos na Antiguidade e relacionar toda a representação do território, retomando as idéias defendidas pelos literatos quanto ao imaginário social e entender a relação dos símbolos do presente com a obra de Fustel.

Além disso, aqui será analisado como as sociedades antigas foram expostas por Coulanges como fonte de informação, de eventos que possibilitassem não a cópia de procedimentos, mas modelos de relações sociais que fossem a base de fundação do mundo moderno representado pela cidade, que como vimos se distinguia dos demais espaços pelos seus contrastes.

A cidade materializava esse conjunto de práticas e relações sociais e o que Coulanges pretende é fornecer dados que permitam entender como foi possível a formação de uma “República exemplar” e que modelos – principalmente morais –

podem ser verificados quanto as suas repercussões na sua sociedade. Para um exemplo moderno – (a nação francesa fundadora da cidade luz, Paris) – uma possibilidade histórica, (Republica romana e a organização social grega).

Primeiramente, é preciso alertar para o próprio termo cidade a que Coulanges se refere. Em “A cidade Antiga”, ele grafa o termo Cidade com “c minúsculo”, embora conceitue cidade como um substantivo próprio. Na língua francesa Coulanges utiliza o termo cidade a partir de dois vocábulos distintos: *Cité* e *Ville*. O primeiro termo foi utilizado por Coulanges muito mais na sua definição geográfica, no sentido de identificação de certa região, espaço que em português é denominado por cidade. Já o segundo, *Ville*, foi utilizado no seu livro para designar uma espécie de produto das relações humanas estabelecidos em um espaço, algo que a nossa língua portuguesa denomina-se também como cidade.

Portanto, o que vamos examinar aqui extrapola a definição semântica de cidade na língua portuguesa. O que Coulanges considera como “Cidade Antiga” vai além das definições de espaço urbano e cidade como espaço de vivência. A definição de Coulanges trata a cidade, não como um organismo ou sistema, mas como sujeito; um sujeito macro cósmico, digamos assim, um sujeito que tem em si vários outros indivíduos e que reúne sistemas, organismos, identidades, representações e símbolos.

Começamos pela primeira justificativa, da qual já citamos, quando Fustel começa a abordar o tema “cidade” em seu livro. Diz Coulanges que é impossível relatar qualquer data, apresentar qualquer precisão histórica quanto à passagem ou à formação da idéia de cidade nas mentes dos homens antigos.

[...] Não pudemos apresentar qualquer data, e assim continuaremos. Na História das sociedades antigas as épocas são mais bem definidas pelo encadeamento das idéias e das instituições que pela sucessão dos anos. (COULANGES, 2005, p. 127).

A idéia é, pois, destemporalizar - ou ao menos não definir um tempo específico – para o surgimento da cidade, para justamente justificar a formação, nos tempos longínquos, da idéia de cidade e retirar do próprio conceito de cidade a sua tese principal e justificar no conceito de instituição a origem das associações humanas em um determinado espaço.

Para Coulanges, a cidade era uma confederação fruto de associações sociais históricas em que a tradição norteou as necessidades de agregação, primeiramente das famílias e depois das outras estruturas sociais. Essa cidade tinha sua representação simbólica decisiva na sua própria fundação e tinha um espaço, um território norteado pelas práticas religiosas, pelas regras sociais e pelas instituições estabelecidas entre os seus cidadãos.

Portanto, ao orientar para o estudo das instituições, Coulanges indica como pressuposto básico de formação da cidade, o estudo das regras e do direito. Dizia Coulanges:

O estudo das antigas regras de direito Privado, faz-nos entrever, para além dos tempos chamados históricos, um período de séculos durante o qual a família aparece como única forma de sociedade existente. Esta família podia então contar, no seu extenso quadro, milhares de seres humanos. (COULANGES, 2005, p.123).

O que Coulanges quis dizer nesta passagem é que a família é uma espécie de cidade sem espaço, uma espécie de nação sem Estado, uma associação entre os homens que não pode ser determinada pelo lugar que ocupa, mas pelos laços de regras – ao que chama de direito privado – que estabeleceram entre si, de maneira sagrada e pública.

Essa sociedade de laços abstratos, essa associação humana, segundo Coulanges, é muito acanhada do ponto de vista de suas necessidades materiais. Sua estreiteza, como afirma, e sua pequenez até certo momento, não geraram necessidades de estabelecimento em um lugar específico. Além disso, a diversidade de crenças, mesmo que compartilhadas pelos sujeitos, impediam o aparecimento de maneira efetiva e organizada de um espaço urbano concreto.

Por essa razão é que Coulanges entendeu que “a idéia religiosa e a sociedade humana iam, portanto, desenvolver-se ao mesmo tempo” (COULANGES, 2005, p. 124). Essa defesa do ente religioso, da cultura sobre os movimentos dos sujeitos, já comentado no capítulo anterior, foi a base da argumentação para o surgimento da cidade e das associações humanas.

Como primeiro produto das relações humanas e das associações familiares Coulanges defendia o papel das instituições sociais, principalmente do direito privado e civil entre os sujeitos. Sendo assim, o direito à propriedade era, para

Coulanges, o primeiro estabelecimento possível de ser analisado para a diferenciação entre o público e o privado no mundo antigo. Dizia Coulanges sobre o direito de apropriação do solo:

[...] Efetivamente, não é problema fácil, no começo das sociedades, saber-se se o indivíduo pode apropriar-se do solo e estabelecer tão forte vínculo entre a sua própria pessoa e uma porção de terra, a ponto de poder dizer: “Esta terra é minha, esta terra é parcela de mim mesmo”. [...] as populações da Grécia e as da Itália, desde a mais remota Antiguidade, sempre conheceram e praticaram a propriedade privada. (COULANGES, 2005, p. 57).

Vemos, portanto, que Coulanges reconhece o papel da propriedade no firmamento e nas relações entre os sujeitos em sociedade. Para ele, o papel da propriedade é definitivo na formação de um corpo social que compartilha o mesmo espaço, desde as menores partes, no caso a família, passando pela Fratria ou Cúria⁵⁵, pela tribo, chegando até a constituição da cidade.

Aliás, a passagem entre essas etapas é fundamental para se entender como Coulanges concebe a cidade. Ao se compreender a relação da propriedade privada no mundo antigo, seguiram-se as sucessivas organizações sociais e para entender como foi possível essas associações, Coulanges transfere para a questão pública essa “responsabilidade”. Dizia ele:

[...] A religião doméstica proibia a duas famílias misturarem-se e confundirem-se. Mas era possível que muitas famílias, sem sacrificarem coisa alguma da sua religião particular, se unissem, pelo menos para a celebração de outro culto que lhes fosse comum. E foi isto que se deu. Certo número de famílias formou um grupo, ao qual a língua grega deu o nome de fratria e a latina o de cúria. [...] O certo é que esta nova associação não se realizou sem algum alargamento da idéia religiosa. (COULANGES, 2005, p. 124).

Portanto, é o culto público e a associação a um deus comum ou a um culto comum que possibilita o compartilhamento de ritos e, portanto, instituições religiosas – no primeiro momento, e posteriormente de instituições administrativas públicas - que ditaram o “comum” na sociedade Antiga.

⁵⁵ Segundo Coulanges Fratria e Cúria tem o mesmo significado. A diferença está na raiz da palavra. A primeira era a raiz grega da palavra e a segunda a raiz latina, conforme vimos na passagem destacada.

É importante salientar que essas primeiras associações religiosas acabaram por gerar associações civis, públicas e administrativas. A fratria, assim como a família, era a primeira instituição comum da sociedade antiga. Ao se reunir nela, os indivíduos estabeleciam as suas escolhas administrativas, públicas, seus chefes e legisladores. Em torno dela, eram estabelecidas regras de devoção e culto público, de permissões e proibições possíveis.

Essas regras eram instituídas na vida dos indivíduos que participavam da cúria de maneira a interferir no cotidiano de cada um. Seja pela obrigação periódica que cada um tinha com a sua comunidade, seja pelo conjunto de regras que a religião previa para a questão pública ao se estabelecer essa associação, se punha a obrigação de cada família para com o culto da fratria ou da cúria.

Para Coulanges, o sucesso dessa associação e a colaboração entre as famílias em um determinado espaço viabilizaram associações maiores que se iniciavam no campo da religião e conseqüentemente acabava no campo social. Segundo ele, a segunda associação historicamente estabelecida entre os antigos após as fratrias ou cúrias foram as tribos que eram a reunião destas.

As tribos se formavam pelo compartilhamento de várias cúrias de um culto público, e/ou do mesmo deus. Assim, ao se conceber a possibilidade de uma tribo, se concebia um novo conjunto de leis que eram estabelecidas para legislar segundo as necessidades desta, segundo o seu culto e sobre as questões que estavam ou eram de jurisprudência da tribo. Segundo essa organização, do ponto de vista jurídico afirma Coulanges:

A tribo, como a fratria, tinha assembléias e promulgava decretos, a que todos os seus membros deviam submeter-se. Tinha tribunal e direito de jurisdição sobre os membros. Tinha um chefe, *Tribunus*, *phulodariléus*. Pelo que conhecemos das instituições da tribo, vemos esta ter sido constituída, originalmente, como sociedade independente, como se não existisse acima dela poder social algum. (COULANGES, 2005, p.126).

Assim, para a formação de um espaço conjunto em que se reconhecesse a cidade como estrutura de assentamento das relações sociais, Coulanges defendeu a organização dos sujeitos segundo quatro instituições básicas que agrupavam em si conjuntos específicos de regras e leis para funcionamento próprio de cada aspecto da instituição. Família, Fratria ou Cúria, Tribo e Cidade são as instituições

elaboradas no mundo antigo e que congregam vários sujeitos em determinado espaço.

Como defendido no segundo capítulo, um aspecto importante que acompanha a argumentação de Coulanges tanto na questão nacional quanto na formação da idéia de cidade foi a questão da separação rígida que se estabelece entre o saber antigo e o saber moderno e que atravessará todo esse capítulo. Coulanges, no seu capítulo sobre a cidade ratifica essa idéia e a estende para o sistema de organização social no período de Grécia e Roma. Para tanto, para ilustrar sua definição, justifica a opinião que os antigos tinham da relação homem - natureza, que estava presente no cotidiano dos sujeitos, na vida e na experiência destes. Essa relação com o mundo natural gerou, segundo Coulanges, um perpétuo misto “de veneração, de amor e de terror perante a poderosa natureza (COULANGES, 2005, p. 128).

Desta maneira, era na natureza que os sujeitos antigos depositavam os seus sentimentos e sentidos. Para Coulanges, é a visão que o mundo antigo tem do natural que acaba por gerar a série de crenças e sentimentos em deuses que possuíam, ou tinha atribuições, advindas do mundo natural. Assim, a própria idéia religiosa que unia a família e a cidade era permeada pela forma particular de lidar com o natural e o humano.

Essa relação com o natural e a formação de um sistema religioso que considerava seus deuses representações do inominável da natureza, daquilo que não tinham capacidade de entender, para Coulanges se deu através da experiência, ou como afirma, da inteligência dos mais variados povos nas mais variadas temporalidades, e esse conjunto de crenças foram sistematizados e possíveis de ser compartilhados em determinado lugar, quando a experiência coletiva do homem propiciou essas respectivas estruturas.

O tempo e o espaço, portanto, eram determinados pela relação que a sociedade antiga estabeleceu com o mundo físico e à medida que suas relações sociais tornavam-se mais sólidas e isso era próprio do passado.

É importante salientar também que, para Coulanges, a constituição da cidade somente foi possível, não exclusivamente por essa nova relação que o homem antigo estabeleceu com o mundo físico, com a natureza e entre os próprios sujeitos, mas também pelas novas associações que se fundaram do homem para com a sua

religião, especificamente na maneira como concebia e cultuava os seus deuses. Diz Coulanges:

Pouco a pouco, o deus foi conquistando maior autoridade sobre a alma e renunciou a esta espécie de tutela; deixou então o lar doméstico, e teve habitação para si e sacrifícios que lhe eram próprios. Esta habitação (*nãos* de naio, habitar) foi, aliás, construída à imagem do antigo santuário; foi, como anteriormente, uma *cela* em frente de um lar; mas a *cela* alargou-se, embelezou-se e transformou-se em templo. O lar ficou à entrada da casa do deus, mas diminuído em importância. O lar, que primeiramente, havia sido o principal, tornou-se apenas o acessório. Deixou de ser o deus, descendo à categoria do altar de deus, de instrumento para o sacrifício. [...] Quando se vê erguerem-se esses templos e abrirem-se as suas portas diante da sua multidão de adoradores, podemos enfim convencer-nos como, depois de muito tempo a inteligência humana e a sociedade se desenvolveram. (COULANGES, 2005, p. 134).

Assim, pelas modificações do lar romano, pelas novas crenças que se estabeleciam, pelas novas relações constituídas entre os indivíduos e seus deuses, a sociedade antiga para Fustel de Coulanges sofreu sucessivas alterações no que tange não somente às questões religiosas, mas, sobretudo, ao vínculo social. Essas modificações se instituíram, primeiramente no plano individual, da relação ímpar do sujeito com o seu deus e depois atravessou a individualidade e tornou-se pública pela agregação social e associação entre as diversas famílias.

A fratria e a tribo foram o prelúdio da cidade, essas organizações foram, para Coulanges, as etapas que a sociedade antiga passou para a fundação da cidade. Estas foram as primeiras experiências das famílias com a coisa pública. A partir e através destas organizações que foram fundados as primeiras instituições públicas que foram escolhidos os primeiros chefes religiosos, dirigentes públicos, juristas, e juízes, que acabaram por institucionalizar a sociedade e publicizar as instituições outrora privadas e individuais.

O atributo divino que os homens faziam em seus lares foram transformando-se em atributos públicos de culto comum. A religião dividira a “inteligência” humana daquilo que era físico e natural e aquilo que dizia respeito ao espírito e a alma. Desta maneira, para Coulanges, os atributos politeístas e a capacidade de categorizar as várias crenças possibilitaram estender a fé religiosa do espaço privado para o espaço coletivo. À medida que essas segundas e terceiras religiões

iam se desenvolvendo, a vida social do homem antigo ia se modificando, deixando de ser acessória e passando a ser parte da relação dos sujeitos em comunidade.

Assim, Coulanges lançava as bases para a interpretação entre a passagem dos cultos privados antigos para a agregação pública e o compartilhamento de uma religião comum. Faltava, no entanto, a determinação da passagem entre a absorção de novos deuses pelos sujeitos e o enraizamento de cultos e da vida social em um determinado espaço. Essa passagem vai configurar o que Coulanges entendeu ser a cidade antiga.

A cidade era uma confederação. Por isso se viu obrigada, pelo menos durante alguns séculos, a respeitar a independência religiosa e civil das tribos, das cúrias e das famílias, e ainda por isso não teve desde logo o direito de intervir nos negócios particulares de cada um desses pequenos corpos. A cidade não tinha a ver quanto se passasse no seio de cada família: não era juiz do que lá passava e deixava ao pai o direito e o dever de julgar sua mulher, seu filho e seu cliente. Por essa razão o direito privado, prefixado na época do isolamento das famílias, pôde durar nas cidades até muito tarde, se modificar. (COULANGES, 2005, p. 135).

Essa passagem nos mostra a primeira dimensão considerada por Coulanges para a definição do que era cidade na Antiguidade. A cidade era a forma que as diversas associações humanas encontraram de institucionalizarem as suas respectivas relações, e essa institucionalização deu-se por via das regras e leis estabelecidas e acordadas entre os representantes das partes sociais envolvidas.

Assim, a cidade era um fenômeno originado pela religião e pela associação das tribos, como vimos anteriormente, sendo esta viabilizada e normatizada pelas regras tanto do direito privado – reconhecimento da família como parte primordial e nuclear da sociedade – quanto pelo direito cível público – estabelecido pelo congoçamento dos sujeitos em um determinado espaço. Para Coulanges:

[...] a cidade não é um agregado de indivíduos, mas uma confederação de muitos grupos já anteriormente constituídos e que a cidade deixa subsistir. [...] o homem entra em épocas diversas nas quatro sociedades e de qualquer modo subindo de uma para a outra. (COULANGES, 2005, p. 136).

O curioso nesta passagem é a comparação que Coulanges faz da relação entre a cidade e o sujeito. Para ele, a primeira comparação que se pode fazer, não para identificar, mas para evidenciar as diferenças, é entre as etapas de constituição da Cidade Antiga e o pertencimento do sujeito a cada uma das estruturas sociais fundadas e a cidade moderna, no qual o sujeito, “automaticamente”, pertencia às mais diversas instituições francesas.

Quanto a essa diferença entre passado e presente, saber Moderno e Antigo de Coulanges é preciso ressaltar que nos baseamos na identificação que Le Goff faz da relação Antigo/Moderno, Passado/Presente, Progresso/ Reação. Segundo Le Goff, para entendimento do fazer histórico no século XIX o antagonismo Antigo/Moderno deve ser levado em consideração. Para ele:

A atuação do antagonismo antigo/moderno é constituída pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o seu passado. Nas sociedades ditas tradicionais, a Antiguidade tem um valor seguro; os antigos dominavam, como velhos depositários da memória coletiva, garantes de autenticidade e da propriedade. [...] (LE GOFF, 2003, p.175).

Desta maneira, a História dos Antigos era selecionada de acordo com o que se projetava para o presente. Como exemplo, podemos citar a maneira como narravam a História da Grécia: enquanto a Idade de Ferro na Grécia é a era da velhice e do retrógrado, pouco pesquisado e de poucas narrações dos pesquisadores Oitocentistas, a Idade de Ouro e Prata, por outro lado, era a Idade da vitalidade, do progresso, e, portanto, lugar de pesquisas e narrativas históricas recorrentes. Veja que a tese de doutoramento de Coulanges se dedica justamente a esse período. Essa diferenciação leva a uma compreensão específica do passado e do presente. A distinção entre ambos os tempos, ainda segundo Le Goff, é aquela presente na consciência coletiva, especialmente em consciência social histórica.

Daí o nosso esforço em apresentar as modificações políticas, as reformas urbanas e a visão do imaginário social como parte contributiva e constituinte da obra de Fustel. Ele escolheu os elementos da Modernidade que necessitavam ser entendidos como as disputas territoriais do seu país, a formação do espaço urbano, as conjuntos de leis que estavam sendo elaboradas, a luta pela resignificação da tradição, os símbolos que estavam sendo instalados no espaço urbano. Além disso,

escolheu períodos históricos que deixassem evidente sua correspondência com o passado. A república romana e a democracia grega foram determinadas por Coulanges em função daquilo que ocorria com essas estruturas no seu presente.

No passado, fosse ela Família, Fratria, Tribo Cidade ou no presente Família, Comuna, Departamento, Pátria, Coulanges inscreveu o homem no espaço pelos ritos que este estabelecia para com a sua sociedade. Para ele, na Antiguidade, o homem nascia na cidade, mas a ela não pertencia. Como vamos ver, cidadania era um título do reconhecimento e das passagens pelas diversas tradições estipuladas desde a família até a urbe, isto é, havia uma espécie de *cursus honorum* para ser cidadão.

Destarte, existir ritos e regras em cada etapa de desenvolvimento do sujeito era, para Coulanges, a garantia da consciência e do dever deste com o culto público e com a cidade. Esse pertencimento acontecia da seguinte maneira:

A criança, primeiramente, é admitida na família por uma cerimônia religiosa realizada dez dias depois do seu nascimento. Alguns anos mais tarde, entra na fratria por nova cerimônia, aqui já descrita. Enfim, aos dezesseis ou dezoito anos, apresenta-se para ser admitida na cidade. Nesse dia, diante do altar e da carne fumegante da vítima, pronuncia o juramento pelo qual se obriga, entre outras coisas, a respeitar sempre a religião da cidade. A partir desse dia, está iniciado no culto público e ei-lo cidadão. (COULANGES, 2005, p. 136).

Podemos perceber, portanto, que na Antiguidade o indivíduo fazia parte da cidade a partir das cerimônias, dos títulos que a tradição indicava, por meio do direito comum e do reconhecimento público de pertencer a determinado espaço.

Dois fatos então se destacam desta conclusão. Primeiro a relação que Fustel estabelece entre culto público e a cidadania. É importante salientar essa busca que faz no evidenciamento das práticas públicas em sua obra. Para Coulanges é o reconhecimento pela sociedade da prática comum que vai validar o sujeito como pertencente a determinado grupo social. Desta forma, o destaque que oferece ao direito, é no sentido de determinar que foi pela instituição de determinadas regras, que territórios outrora particulares e independentes, tornaram-se comuns e coletivos. Que a permissão sobre determinado espaço veio com a legitimação dos laços que uniam os mais diferentes grupos sociais.

Para sustentar esse argumento, Coulanges cita o caso da formação territorial de Atenas e descreve de que maneira foi possível a formação de tal cidade, a partir das associações tribais estabelecida por Cécrops⁵⁶.

Essa análise é importante de ser ressaltada porque Coulanges complementa os seus argumentos a partir da exposição dos casos de formação histórica tanto dos gregos – com destaque a Atenas e Esparta – quanto dos Romanos. Com base na análise de cada povo, ele desenvolve o seu argumento comprovando, ou dando veracidade às suas informações. Assim, quanto mais exemplos fossem oferecidos, mais veracidade, ou mais próximo dos fatos Fustel poderia levar o leitor. Podemos exemplificar essa relação pontual que faz a partir da seguinte passagem:

Das memórias e tradições completíssimas religiosamente conservadas por Atenas, parece-nos derivarem ainda duas verdades igualmente manifestas: uma, a de que a cidade foi uma confederação de grupos constituídos antes da sua formação; outra, a de que a sociedade não saberia dizer se foi o progresso religioso a conduzir este progresso social; o certo é que ambos se produziram ao mesmo tempo e com notória unanimidade de vistas. (COULANGES, 2005, p. 137).

Assim, transferia ao caso particular da constituição de Atenas sua análise global sobre a cidade Antiga. A pluralidade de sua obra se singulariza pelos aspectos que acredita serem comuns ao tempo. Na Antiguidade os eventos ocorreram com uma determinada lógica, e, portanto apontar a reciprocidade de ocorrência dos fatos, era indicar, comparativamente, o que de comum existiu para a construção dos povos Antigos.

Além de intentar expor cada particularidade, seja pelas várias lendas relatadas pelos personagens contemporâneos aos eventos antigos que Coulanges se utiliza como fonte, seja pela construção histórica “real”, amplamente discutida e divulgada pelos “historiadores” da Antiguidade, Coulanges não abriu mão, nesta obra, de historicizar a sociedade antiga pela análise das instituições sociais criadas e construídas pelos antigos. Para tanto era necessário oferecer viabilidade ao

⁵⁶Fundador de Atenas e da civilização grega. Cécrops estabeleceu o casamento e as leis de propriedade, introduziu o sacrifício sem sangue, o sepultamento e inventou a escrita. Ver mais em: <<http://molimpo2.sites.uol.com.br/cecrops.htm>>.

entendimento de religião através do conceito de Crença que para ele desenrolaria a idéia de obediência, paixão poder, razão pública e razão individual. Para ele:

A crença é obra do nosso espírito, mas não encontramos neste liberdade para modificá-la a seu gosto. Crença é de nossa criação, mas ignoramos. É humana, e julgamos sobrenatural. É efeito do nosso poder, e é mais forte do que nós. Está em nós, não nos deixa e a cada momento nos fala. Se nos manda obedecer, obedecemos; se nos indica deveres, submetemo-nos. O homem pode dominar a natureza, mas está sempre sujeito ao seu próprio pensamento. (COULANGES, 2005, p. 140).

Desta maneira, Fustel nos aponta uma associação entre as estruturas mentais da sociedade com o seu conjunto de crenças e a própria formação territorial dos povos como conseqüência das adaptações de culto do âmbito do micro para o macrocosmo, ou seja, do lar privado e individual para o culto religioso público e coletivo.

Assim, tomando por base a crença como pressuposto básico da sociedade antiga, antes de qualquer possibilidade de associação territorial e religiosa, Coulanges acabou por ampliar o conceito de sociedade e até mesmo de cidade ao se utilizar deste conceito. O que ele fez foi descentralizar a idéia de espaço e de lugar, seja ela na Antiguidade ou na Modernidade, para evidenciar um conceito tão amplo e tão “institucionalizável” como o de crença que serve de justificativa, não somente para o nascimento da idéia religiosa, mas também para o próprio conceito de nação, nacionalidade, identidade e cultura nacional, conceitos severamente debatidos no século XIX e muito caros para o estudo das sociedades modernas como pudemos ver.

Foi justamente pela idéia de crença que Coulanges associou o estudo das instituições antigas com as constituições das leis com o assentamento de uma sociedade em um determinado espaço e com a idéia de formação de uma nação. Para ele, o modo de criação do Estado para os Antigos começa com essa formação mental própria do ser, que a reconhece como criação própria, mas a nega para poder se associar.

Portanto, a crença pressupôs nesta lógica, associação comum, leis sociais e a formação territorial de uma nação. Destarte, podemos entender, segundo Fustel, porque tanto o sacerdote quanto o legislador foram as figuras mais destacadas da

Antiguidade, pois estes eram os constituintes e responsáveis das instituições sociais básicas, reconhecida e outorgada pelos seus participantes.

A autoridade dos juristas e dos sacerdotes provedores e legitimadores dos cultos públicos também foi a possibilidade de investigação daquilo que Coulanges reconheceu como uma divisão do espaço citadino própria da Antiguidade que ele denominou na sua língua de *Cité* e *Ville*.

É importante salientar que Coulanges reconhece essa divisão primária como fundamental no entendimento da formação da cidade antiga e, portanto é destacável ressaltar, literalmente, como se refere a esse período:

Cidade e urbe não foram palavras sinônimas no mundo antigo. A *cidade* era a associação religiosa e política das famílias e das tribos; a *urbe*, o lugar de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário desta associação (sociedade) (COULANGES, 1900, 131).⁵⁷

O que Coulanges deseja ressaltar é a peculiaridade que envolveu a formação da Cidade no período Antigo que é a sua divisão interna, sua divisão institucional que correspondia propriamente a símbolos de conquista, poder e organização.

Na obra de Coulanges, Cidade e Urbe⁵⁸ teriam os seguintes significados: a cidade (*Cité*) estaria mais associada aos sujeitos fincados em determinados espaços, às relações que implicavam sobre determinado território, formações sociais concretas, como laços de amizade ou compartilhamento de ideais de cidadania e de nação. A cidade, afirma, era limitada pelas habitações, pelas moradias, pelos sujeitos que eram considerados representantes da cidade. Já a urbe (*Ville*) só existia caso a cidade já tivesse sido configurada, somente era possível uma vez que os sujeitos já tivessem a idéia de uma associação maior, uma mente voltada para uma organização além da tribo, além da fratria e além da família. A urbe seria o conagraçamento religioso, o marco espiritual de fundação do culto público, ou seja, de institucionalização da família em torno de um território específico.

Assim, na Antiguidade, para Coulanges, tínhamos a ocorrência de *cité* e *ville*, uma contida na outra, uma somente existente pelo conagraçamento e institucionalização da outra. A Antiguidade demonstrava que a cidade somente

⁵⁷Versão em francês: *Cité et ville n'étaient pas des mots synonymes chez les anciens. La cite était l'association religieuse et politique des familles et des tribus; La ville était le lieu de reunion, le domicile et surtout le sanctuaire de cette association.* Versão em francês da edição de 1900. Coulanges (1900).

⁵⁸Baseamos esta relação na tradução de Fernando de Aguiar, feita para a 5ª Edição em português.

existia enquanto instituição possível se a urbe fundasse a cidade como lugar de culto público. A urbe assim ocupava um território específico dentro da cidade, era um elemento, ligado, primeiramente a religião, que normatizava, por assim dizer, a existência desta associação maior que era a *cit e*.

Essa diferenciação entre urbe e cidade, entre *cit e* e *ville*, poderia ser demonstrada pela forma como os antigos narraram e explicaram a origem de determinado território. Foi justamente por essas narrações através das lendas e alegorias mitológicas explicadas pelos “clássicos” que os historiadores, poetas e filósofos relataram e descreveram de fundação de um determinado território. Para estes, essas histórias nada mais eram do que elaborações dos antigos para fen menos desconhecidos e, portanto, geralmente, estavam fadas a serem vistas como “curiosidades históricas”.

Não obstante, para Coulanges, essas lendas real ariam bem a ligação da cidade com a urbe, pois se assentariam, sobretudo, na relação entre deuses e homens, entre o sagrado e o material. O próprio local de fundação de determinado território era combinado entre deuses e homens e as cerimônias seriam a publicação do ato e a ratificação da tradição. Dizia Fustel:

O primeiro cuidado do fundador está em escolher o local da nova cidade. Mas essa escolha, coisa grave e de que se julga depender o destino do povo, fica sempre entre A decisão dos deuses. [...] a explicação do rito está em se exigir, para a realização do ato, que o povo esteja puro; e os antigos julgavam purificar-se de toda a mácula física ou moral saltando por cima da chama sagrada. [...] O homem não podia mudar-se sem trazer consigo o seu solo e seus antepassados. Era preciso cumprir este rito, para então, ao mostrar o novo lugar que se havia adotado, poder dizer: esta terra continua sendo ainda a de meus pais, *terra patrum*, *pátria*; aqui fica a minha pátria porque aqui estão os manes⁵⁹ da minha família. (COULANGES, 2005, p. 144).

Assim, pois, entendemos porque a presença de elementos culturais e a insistência de Coulanges em narrar e demonstrar os ritos antigos e de que maneira as cerimônias públicas eram a base dos movimentos das sociedades, principalmente romana e grega, que estabeleceram ambientes urbanos – com referência a urbe, a *ville* – mas que, no entanto, possibilitaram a reunião e a

⁵⁹ Nome dados às almas dos antepassados que os antigos veneraram.

fundação das maiores cidades – agora com o sentido de *cité* – observadas e estudadas na Antiguidade.

A urbe individualizava a cidade, lhe dava características de sujeitos. Se ser sujeito na Antiguidade era ter um lar, um culto, tradições, ritos, ritualizar o seu cotidiano, era essa a função da *ville* , no sentido de conferir um deus, ritos, cerimônias, tradições e sobretudo leis, regras e demais instituições que possibilitassem um ajuntamento organizado e segundo regras bem determinadas. Seria a partir desta premissa que, para Coulanges, a distinção e a classificação do “ser cidadão” e “ser estrangeiro”, do pertencer a cidade, seja por cerimônia ou representação e o de viver na cidade, mas não ser da urbe. Esta classificação desencadeou todo o processo de relação social dentro da urbe, entre patrícios e clientes, entre aqueles que se identificavam originários de determinado espaço⁶⁰ e as outras relações entre o outrora reconhecimento do pai – dentro da família – e a identificação da Pátria – no caso da nação.

Não obstante, a cidade, além da relação com os seus cidadãos, como afirmado, era um o espaço de moradia dos deuses. Os homens tinham seus heróis, em face de sua natureza imaginativa, conforme observamos na definição de crença dada por Coulanges, e essas criações somente se realizavam, se materializavam se tivessem um lugar específico. Esse lugar era o território de convivência dos homens e de validade dos direitos e regras estipuladas socialmente.

O culto, os ritos, as cerimônias tinham o seu lugar na religião a fim de torná-la mais pública, mas os templos, tribunais e demais instituições reguladoras da sociedade eram o lugar das práticas sociais que ligavam os sujeitos a determinadas instituições, como por exemplo, a cidade.

Portanto, o espaço que Coulanges define é naturalmente possível se pensarmos nesta ótica. As relações de coexistência que Coulanges percebe na Antiguidade entre as pessoas são possíveis através da religião, e esse é o espaço destacável das práticas sociais que Coulanges compreende, pois o espaço do sujeito do passado, que fundaram as cidades clássicas é o espaço espiritual.

É como se a urbe fosse um lugar de memória coletiva não somente dos indivíduos, mas também da cidade. Essa memória, como afirma Pierre Nora,

⁶⁰ A prática de agregar o nome de origem, familiar ou individual foi comum na Antiguidade, como por exemplo Dionísio de Halicarnasso, Zenão de Eléia, Estevão da Boécia, sejam essas identificações realizadas em vida ou após a morte do sujeito. Enfim, a idéia é demonstrar como o espaço está atrelado à idéia de identificação do sujeito conforme podemos ver nos exemplos. Para saber mais ver Certeau (2000).

denuncia uma temporalidade linear, isto é, um tempo que pudesse ser controlado e localizado no passado através dos sucessivos eventos de determinada cronologia. Esta memória comporta-se como um lugar retro-alimentado pelos indivíduos em sua conservação e em sua constituição. Esses lugares, tal como Coulanges demonstra, podem ser lugares simbólicos que incluem as comemorações, os emblemas, os aniversários e propriamente os ritos promovidos para ratificação da crença (LE GOFF, 2003, 467 – 469).

Assim, temos não somente essa diferenciação de espaço de culto e lugar de culto, mas também, a idéia de *habitat* das relações entre os sujeitos e suas crenças. Não dizemos que os homens faziam de sua cidade uma imensa igreja ou catedral. Acontece que em uma sociedade politeísta em que a família é a organização primeira e mais importante, e onde a defesa das instituições públicas é a prova do desenvolvimento daquilo que Coulanges chama de estrutura mental dos povos antigos, a cidade era entendida como o território em que os sujeitos antigos agregaram a defesa de suas crenças, em que viviam, defendiam, estabeleciam classes de acordo com a sua origem, mas também era o *habitat* dos deuses, era a identificação do herói, era sagrada ou profana de acordo com a relação que os deuses tinham, a partir dos cultos públicos, com os homens e com os seus respectivos espaços.

A guerra, por exemplo, era, para Coulanges, um elemento que contribuía para a compreensão da cidade na Antiguidade. Dizia ele que, a maior preocupação dos povos invasores e dos invadidos eram atacar e defender respectivamente a urbe, o lugar primeiro da fundação da cidade.

Se a urbe fosse vencida, acreditava-se que os seus deuses também haviam sido vencidos. Se a urbe era conquistada, os seus próprios deuses ficavam cativos. [...] Em tempo de guerra, se os sitiados procuravam apoderar-se das divindades da urbe, os sitiados, por seu lado, guardavam-nas o melhor que podiam. (COULANGES, 2005, p. 164/166).

O espaço concreto, a cidade, como o território de localização de habitações, os espaços públicos, a língua, as leis, o conjunto de criações de uma sociedade minimamente urbana – no sentido que Coulanges identifica – eram submetido através da apreensão ou conquista do espaço do sagrado, da posse da principal

instituição e talvez contribuição antiga que fora, para Fustel, a crença. Em suma, o espaço da cidade tinha como fundamento a crença. Uma vez retiradas as singularidades de uma *ville*, uma vez que como afirma “essa pequena igreja” fosse apoderada ou modificada, o destino da cidade era incerto e híbrido.

Será sobre a urbe, sobre a *ville*, que Fustel vai mapear os costumes, as tradições e as elaborações de convivências públicas e sociais dos antigos. É com a *ville* que os sujeitos deixam de ser pessoas comuns e passam a ser cidadãos⁶¹. É a partir da urbe que os costumes vão se moldando, alterando o espaço espiritual dos homens antigos e solidificando o espaço da *cité*.

Dentro do conjunto de elementos que compõe uma *ville*, um chamou especial atenção de Coulanges. Um elemento cultural passível de ser verificado e possível indicador do comportamento das sociedades clássicas foi a alimentação dos antigos, que era completamente normatizada pela lei religiosa. Desde o formato de um simples pão até a definição do cardápio de determinado dia, tudo era ditado pelas tradições criadas no seio da religião e postas em prática na cidade através da urbe. Segundo Fustel,

Crenças, costumes, estado social, tudo mudou, mas as refeições permaneceram invariáveis. Na verdade, os gregos foram sempre escrupulosíssimos cumpridores de sua religião nacional (COULANGES, 2005, p. 169).

Para Coulanges, os costumes dos antigos são capazes de revelar a forma como se organizavam e assim concluía que as refeições eram o símbolo das práticas religiosas e da ação destas sobre a vida dos antigos. O tipo de comida que estabeleciam em determinadas libações, o fato de praticar a refeição em comum ou em determinado lugar indicava a representação de determinada cerimônia para certo fato. Aliás, é pela interpretação dos mitos, dos símbolos e daquilo que os Antigos estabeleceram como práticas da tradição ou da coletividade que Fustel entendeu se estabelecer a sociedade antiga, que enchia o seu cotidiano de cerimônias e celebração, para renovar o pacto com os deuses e as ligações entre os homens.

⁶¹ Essa relação foi comum em outros períodos históricos, como por exemplo, no Renascimento, em que depois de uma longa experiência como súditos de pequenas Monarquias ou como súditos do cristianismo, os homens se recuperaram como indivíduos. O fato é que essa imagem de ascensão social coletiva tinha na sua origem, segundo Coulanges, a Antiguidade.

Uma classificação destas comemorações nos chamou a atenção, pois ratifica a idéia de Coulanges de divisão daquilo que tinha significado e significativo. Diz ele:

Todas as urbes haviam sido fundadas segundo aqueles ritos que, no pensar dos antigos, tinham como efeito fixar, dentro de seus muros, os deuses nacionais. Era preciso renovar todos os anos, por cerimônia religiosa, as virtudes destes ritos; chamava-se a esta festa o dia natal, devendo todos os cidadãos celebrá-la. [...] Tudo quanto era sagrado dava lugar a uma festa. Havia a festa da muralha da urbe, *amburbalia*, as dos limites de territórios *ambarcvalia* [...] (COULANGES, 2005, p. 171).

Estas festas que homenageavam a divisão do espaço eram elas próprias fundadoras do espaço. Todavia, não eram fundadoras apenas de territorialidade justamente porque carregam nelas mesmas as relações com uma religião fundadora e agregadora para o grupo e por isso são simbólicas e fundam uma espacialidade, porque agregam as instituições materiais e as simbólicas.

As cerimônias, rituais e festas tinham um caráter público evidenciando o acesso dos cidadãos ao conjunto religioso da urbe. As virtudes dos ritos, sua grandiosidade e permanência nas sociedades antigas, evidenciavam maneiras de se entender as constituições das relações sociais.

Nesse caso, Coulanges usa o registro das cerimônias religiosas para demonstrar a divisão da cidade e da urbe, os limites das muralhas entre um e outro, evidenciando que essa partição entre a *cit e* e a *ville* era bem determinada inclusive nas organizações de cerimônias religiosas que, por sua vez, eram uma maneira de congregar as sociedades cidadinas em torno da urbe, instituição primeira de uma cidade, bem como, de destacar demais organizações religiosas, como o calendário – organizado pelas festas religiosas – o senso, a instituição dos tribunais públicos, a organização dos exércitos.

Os Jogos Olímpicos, por exemplo, eram uma manifestação religiosa que tinha representantes advindos das cidades, mas que representavam sua urbe, pois participavam de uma cerimônia religiosa, embora ao vencerem remetessem suas glórias à sua pátria, ou seja, à sua cidade.

Destacamos que Coulanges recorrentemente voltou sua atenção para as elaborações sociais e públicas da sociedade Antiga. Essas elaborações são comparadas com o desenvolvimento individual do homem.

Portanto, detinha-se aos elementos ligados essencialmente a cultura, concluindo que as elaborações da sociedade tinham como fator principal a união e divisão da urbe e da cidade pela religião, ou seja, ele reconhecia que a cidade e a urbe se transformavam conforme os indivíduos religiosos se uniam ou separavam. Ele não nega o aspecto cambiante da realidade e não é, portanto, um pensamento reacionário, mas sim que era um modelo moral. Em termos de modelos, os gregos ofereciam algo mais rebelde, individualista, aristocrático. O modelo moral dos romanos era republicano. União, pois as *fratias* e tribos que absorviam outros deuses e que de suas crenças compartilhavam, se uniam em torno de uma urbe e sobre o território de uma cidade. Divisão, pois o mesmo fator de união dividia as demais urbes, tornavam-nas individuais em suas crenças e no culto aos seus deuses e por isso seus calendários, seus ritos e suas leis diziam somente respeito a sua urbe não havendo um vínculo maior entre as cidades, a não ser pelo compartilhamento de determinada crença ou no território da cidade ou no território do espírito.

Este caráter particular e coletivo que Coulanges sustenta como base de sua argumentação para o estudo das sociedades antigas atravessa todo o seu livro. Daí provém a argumentação da individualidade de determinados povos e da sustentação da origem das nações ou ao menos do sentimento nacional.

Grécia e Roma, por exemplo, segundo Coulanges, não poderiam ser datados historicamente quanto a sua origem, mas poderiam ser determinados quanto às associações que as tornaram possíveis.

Na intenção de buscar esse sentimento de ligação entre os indivíduos de um mesmo território e de compartilhamento da mesma urbe, Coulanges entende então que as expressões de nacionalidade na Antiguidade convergiam para o ato religioso que as sociedades antigas, determinadas no cotidiano das pessoas, pois assim que estipulavam as leis, criavam as instituições e delegavam poderes discricionários para os sacerdotes e juriconsultos responsáveis, tudo isso normatizado pelo direito de cidadania importante no passado e muito caro ao seu presente. Ser cidadão ou não envolvia além dos aspectos legais, os aspectos institucionais, de fazer ou não parte de determinada urbe, o que era, no passado o fator primordial do viver em coletividade. Daí porque a perda da cidadania era em muitas das práticas sociais, o julgamento primeiro e mais eficiente conforme ele demonstra na seguinte afirmação:

A religião regulava as menores ações do homem, dispunha de todos os momentos da sua existência, determinava todos os seus hábitos. Governava o ser humano com autoridade tão absoluta que coisa alguma ficava fora do seu poder. (COULANGES, 2005, p. 179).

Além disso, sobre a cidadania temos:

A perda do direito de cidadania era punição para o homem que não tinha se inscrito no censo. Esta severidade encontra sua explicação. O homem que não tinha tomado parte no ato religioso que não havia sido purificado, esse homem, em proveito de que a oração não tinha sido rezada, nem imolada a vítima, não poderia continuar membro da cidade. Para os deuses presentes à cerimônia, esse homem já não era cidadão. (COULANGES, 2005, p. 174).

Desta maneira, temos a religião no centro das menores ações dos homens, como o princípio de regulamentação do ser cidadão, verificado pelo ato público, geralmente elaborado segundo ritos e cerimônias públicas eternizadas nas leis, nas tradições e nos anais da cidade.

Outra particularidade que Coulanges destaca debate sobre o cidadão e o estrangeiro estava na possibilidade de deter ou não propriedade. Coulanges demonstrou como os estrangeiros eram privados de possuírem propriedade, ainda seguindo a sua argumentação que o direito privado e sobre a propriedade advinha do caráter familiar, provenientes da tradição. Para ser aceito em sociedade e poder absorver alguns direitos, o estrangeiro, necessariamente deveria se associar a uma família, grega ou romana, como cliente para, a partir daí, participar de alguns benefícios do direito civil.

Ao terminar a discussão sobre cidadania e o estrangeiro, Coulanges, no capítulo XIII “*O patriotismo. O exílio*” Fustel concluiu o ciclo quando define o significado de Pátria para os antigos, indicando a emergência deste tema e as diferenciações que haviam entre o saber moderno e o antigo.

Para Coulanges, a palavra pátria para os antigos teve:

[...] o significado de terra dos pais, terra pátria. A pátria de cada homem era parte do solo que a religião doméstica, ou nacional, santificara, a terra onde estavam depositadas as ossadas de seus avós e ocupada por suas almas. A pequena pátria era o campo fechado da família, com o seu túmulo e o seu lar. **Pátria grande era**

a cidade, com o seu Pritaneu e os seis heróis, com o seu recinto sagrado e o seu território demarcado pela religião. (COULANGES, 2005, p. 216, grifos nossos).

Desta maneira, Coulanges expõe a particularidade da cidade, e a ligação desta com o discurso nacional e patriótico. Evidencia mais uma vez essa ligação que sustentamos ser metafórica porque toma a cidade moderna a partir da cidade antiga, quando se refere a distancia de interpretação deste passado com a modernidade:

[...] Estado, Cidade e Pátria não eram conceitos abstratos, como entre os povos modernos; representavam, verdadeiramente, todo o conjunto de divindades locais com o culto de cada dia, e ainda com crenças, a agirem poderosamente sobre a alma. Assim se explica o patriotismo dos antigos, sentimento energético entre eles, virtude suprema e a suster todas as demais virtudes. Tudo quanto o homem possuía de mais caro se confundia nesta noção de pátria. **Na pátria encontrava o homem a sua segurança, o seu direito, a sua fé, o seu deus e tudo quanto lhe pertencia.** (COULANGES, 2005, p. 216, grifos nossos).

Coulanges retoma a idéia de cidade e pátria, justamente criticando a modernidade pela abstração destes conceitos e retoma esses fatores para o mundo antigo, alocando-os segundo a idéia que na cidade era o espaço da pátria, segundo o conjunto de divindades locais. Definido como um sentimento, o patriotismo seria uma virtude, um espaço de segurança e definição do próprio sujeito.

Seria, portanto, a cidade antiga o berço da pátria que oferecia segurança e tudo aquilo que pertencia ao homem; a cidade era muito mais do que um território geográfico, mas a ela estavam atrelados os mais importantes sentimentos que a modernidade discutia.

Quando começa sua narrativa sobre o nascimento da cidade, claramente Coulanges se dedica a definí-la quanto a sua formação e organização. Daí porque começa abordando as particularidades da *cit e*, da *ville*, a religião da cidade, os rituais, os anais, os magistrados.

Depois, deixando evidente o caráter cultural, sustenta a sua tese de que as institui es sociais no passado se desenvolviam a partir da rela o com a religião e dos sujeitos entre si e entre o seu espaço. Desta maneira, indicava com os magistrados possuíam poder de sarced cio.

Prova como a união da idéia da urbe com a religião demonstra a singularidade dos povos antigos e como o governo da cidade dava-se pela via do reconhecimento dos sujeitos da sua autoridade porque, como Coulanges mesmo afirma, as instituições políticas habitaram a cidade juntamente com a religião. Dizia Coulanges:

As instituições políticas da cidade brotaram com a própria cidade e no próprio dia em que como cidade esta nasceu; cada membro da cidade as trazia consigo, vivendo em germe nas crenças e religião de cada homem. (COULANGES, 2005, p. 188).

As vias democráticas, mascaradas pelos acordos de reconhecimento religioso estabeleciam ligações entre a grandiosidade e a formação da cidade antiga. O delineamento da autoridade política e religiosa do rei é descrita por Coulanges tomando como exemplo os mais variados espaços, tanto na Grécia quanto em Roma.

Era a crença que ditava a realeza e, portanto, Coulanges insere dentro do ponto de vista político, outros fatores que não exclusivamente políticos. Busca a autoridade do rei, na autoridade do pai, na família e a crença dos sujeitos como base da sustentação do governante da cidade. Diz ele:

A crença, a indiscutível e imperiosa crença, ditava o sacerdote hereditário do lar, a ele mesmo, como único depositário das coisas santas e guarda dos deuses. [...] No rei-sacerdote se olhava e via, não um deus completo, mas pelo menos “o homem mais poderoso para conjurar cólera dos deuses, o homem sem cuja existência nenhuma oração se tornava eficaz e sacrifício algum era aceito. (COULANGES, 2005, p. 193).

Esse poder é bem descrito por Coulanges porque mais tarde vai explicar historicamente como se configuraram as revoluções que destituíram a autoridade dos governantes, muito em razão da autoridade das instituições religiosas terem sido colocadas em “xeque” pela sociedade antiga.

Assim como a autoridade “democrática” do governante da cidade o destaque às leis também ajuda a entender a organização da cidade, as leis e o direito também são demonstrados como parte da religião. Como afirmara “O direito não era mais do

que um dos aspectos da religião. Onde não havia religião comum não existia, portanto lei comum.” (COULANGES, 2005, p. 210).

O direito carece de uma Pátria e para Coulanges a pátria prende o homem com vínculo sagrado. É preciso amá-la como se ama a religião. A pátria era externa religião, mas fazia parte da classe das instituições básicas da sociedade, que era a crença. Não existia sujeito sem a figura da pátria. Homem sem pátria era homem exilado era um estrangeiro em qualquer espaço, era um indivíduo, sobretudo, sem urbe. O exilado era alguém sem cidade, sem território e sem espaço. Tal como no presente, o sujeito se definia também pelo espaço que ocupava ou que habitava. Esse território levava à definição do indivíduo tanto em seu caráter particular quanto no seu caráter coletivo, ajudando a se desenvolver e possibilitando os seus avanços sociais.

Além disso, Coulanges destacou como complemento do debate em torno da Pátria a questão das “municipalidades”, ou seja, a idéia de confederação. Para ele, nação e municípios nortearam a formação da Cidade Antiga. Esta particularidade oferecia independência e coexistência dos modos privados de existência dos homens.

O papel da cidade na guerra, na paz, nas alianças com os deuses e como conseqüência deste papel da cidade, a definição das colônias e das metrópoles antigas, são o desencadeamento das organizações sociais estabelecidas na cidade norteadas pelos imaginários da sociedade.

Estes foram os elementos que estruturavam a determinação da cidade e da nação no espaço da cidade. Estas análises de Coulanges já apontam para uma insistente defesa das instituições sociais que formaram a sociedade antiga aliando estas instituições à criação de elementos que ajudavam a sociedade a se agregar ainda mais, formando a peculiaridade de uma República e/ou Democracia que reverberavam e fundaram sistemas de organização identificadores do próprio mundo Antigo. A seguir vamos entender mais a fundo como a cidade moderna foi um problema possível para a Antiguidade.

4. CIDADE MODERNA COMO UM PROBLEMA POSSÍVEL PARA A “CIDADE ANTIGA”

Agora vamos entender como as impressões sobre o que seriam os novos espaços urbanos dentro do debate nacional, reverberavam na obra de Coulanges e de que maneira esses elementos modernos advindos da experiência do próprio Coulanges com o novo possibilitou uma abordagem do passado pela experiência do presente.

Entendemos que as reformas urbanas estabelecidas na França no século XIX acabaram por exigir novos conceitos para lidar com os novos espaços que naquele momento estavam sendo instituídos pelo poder público. Essa operação pode ser expressa na disputa entre o conhecimento Moderno e o saber Antigo, entre Tradição e Modernidade, entre o estabelecimento da nação e as disputas políticas que aconteciam no interior do Estado. Configuramos essa operação que se apresenta em sua cidade antiga como uma operação espacial.

A tese de Coulanges exposta na obra de 1864 aponta para a idéia de que a cidade é um dos fatores da formação do território francês no século XIX, especialmente em seus livros sobre a família, a cidade e as revoluções.

Sabemos então que Coulanges entendeu a cidade antiga como o compartilhamento institucional das antigas famílias em uma cadeia de relacionamentos historicamente ligados e socialmente instituídos que se evidencia de sua comparação entre as questões urbanas, institucionais e culturais presentes na sociedade Antiga.

É justamente a partir dessa relação que acreditamos poder perceber os movimentos de formação da cidade moderna. O que estabelecemos aqui é uma relação entre as teses de Coulanges sobre a cidade e as transformações urbanas pela qual a França passava no momento de produção da “Cidade Antiga”. Coulanges institucionalizou a Cidade Antiga para monumentalizar a cidade moderna, defendendo que ela, a urbe, derivava das associações familiares estabelecidas no tempo, que por sua vez advinham da crença, da religião e dos cultos estabelecidos desde os lares romanos, tanto os de caráter individual como os cultos públicos relacionados aos cidadãos.

Desta maneira, entendemos que a monumentalização do espaço, além de uma “estátuamania”, implicou em uma remodelação urbana, uma reordenação

espacial e uma fabricação de consciência nacional. A cidade no século XIX foi um espaço de fundação do território francês, acompanhado de outras instituições que em nossa pesquisa restringimos à História e a Nação.

Relacionaremos estas impressões sobre a cidade com os elementos da seção anterior em que demonstramos de que maneira a questão nacional, a formação do Estado Nacional francês influenciou os temas históricos e o debate cientificista que atravessou a obra de Fustel de Coulanges, seja na sua temática, que sustentamos ser metafórica, seja pelas características e comparações que delega às nações conforme observamos anteriormente.

4.1 O DEBATE SOBRE A CIDADE: entre a experiência do vivido e a narrativa da vivência dos antigos.

Para Coulanges, o tema cidade não é oportuno ou casual. O debate sobre a questão urbana em meados do século XIX, como vimos, foi recorrente nas mais diversas áreas do conhecimento permeando desde as Engenharias, passando pela Literatura e desaguando na História. A cidade foi o problema, ou melhor, o espaço urbano foi uma grande indagação, foi uma questão a ser resolvida ou ao menos a ser conhecida no Oitocentos e os embates, fossem eles de cientistas – da natureza ou do homem – fossem eles de literatos, escritores e poetas, foram a base de tentativa de conhecimento do fenômeno social que se tornou viver, conviver e se relacionar no tempo e no espaço urbano e moderno respectivamente.

Se anteriormente falamos sobre a experiência do cotidiano na visão dos literatos antes e após as Reformas de Haussmann, agora vamos entender como certas alegorias usadas no mapeamento dos Modernos apresenta-se como elemento específico da experiência dos antigos. Portanto, voltaremos aos literatos franceses entre a década de 1830 e 1870 que apontavam sobre os efeitos e estabelecimento da Modernidade para as transformações espaciais. Agora Balzac, Victor Hugo, Baudelaire e Émile Zola são colocados em um quadro comparativo com Coulanges em três espaços diferentes: da Paris Moderna à Cidade Antiga atravessada pelos Monumentos de uma Modernidade influenciada pela Antiguidade.

Daí porque acreditamos que a melhor maneira de entender Fustel de Coulanges, quando abordava a cidade, é através da Metáfora aplicada ao sentido “real” ou ao menos histórico dos fatos.

Sobre essa questão da metáfora e do sentido do real que se quer explicitar é importante destacar a compreensão de Alan Mons⁶² que acredita que as práticas metafóricas produzem transfiguração de sentido, ou seja, sendo a cidade abordada por suas metáforas, o modo de proceder metafórico consistiria em partir das imagens representadas para chegar nela de volta, para entendê-la e para alcançar o objeto que ele quer expressar. Desta forma, os discursos sobre a cidade que carregam a metáfora a usam efetivamente porque é desta maneira que a entendem. É pelo viés significativo da relação entre o que se vê e o que se quer mostrar que a metáfora acaba sendo a principal tentativa de compreensão dos eventos que ocorrem no espaço citadino.

Além disso, a clara distância entre significante e significado permite entendermos como Coulanges almejou demonstrar, pela comparação de vários episódios e de diferentes espacialidades, que o mesmo significado se encaixava em diferentes significantes, daí porque a sua cidade, *La cité* e escrita no singular, trata de história e espacialidades plurais.

A metáfora como forma possível de expressar a novidade em Coulanges, não era uma inovação nem uma justificativa de escrita, mas, sobretudo, era uma forma usada em seu tempo para entendimento do cotidiano, dos novos tempos, de momentos que não se sabia ainda como descrever, que estavam no plano do inominável, digamos assim, pela sua própria novidade.

A modernização da vida, a transformação dos espaços, as novas dimensões espaços-temporais que a física e a química, por exemplo, demonstravam, geravam uma nova maneira de lidar com o tempo, mas que, ao mesmo tempo, era impossível de ser explicada ou descrita de maneira precisa e “real”.

Por isso vamos demonstrar como esse recurso é comum na definição do que é se viver em um espaço moderno e se referir a um espaço passado. A peculiaridade de Coulanges é que ele usa esse instrumento para viabilizar, para formar o enredo sobre o passado, sobre as sociedades antigas, históricas e já bem conhecidas de seus contemporâneos.

⁶² Ver essa discussão de Alan Mons em Pesavento (2002).

Desta maneira, ao utilizar grupos humanos concretos, conhecidos e inclusive utilizados como parâmetro, como origem das sociedades modernas, Coulanges possibilita o entendimento da aplicação de suas metáforas. Não é à toa, portanto, que usa a idéia de espaço-tempo no título do seu trabalho; não é por acaso que une um conceito tão problemático e, nesse caso, moderno como o de cidade, em um tempo estudado, sabido, repassado e influenciador da identidade moderna dos franceses, como o antigo.

Todavia, além desta análise de como Fustel de Coulanges defende o nascimento da Cidade Antiga é importante analisar que relação, quais estruturas em sua narrativa apontam para uma associação entre a cidade de outrora e a cidade moderna que passava por uma completa reformulação, por uma destruição de velhos monumentos e pela instituição de novos símbolos.

A determinação da origem da cidade na obra de Coulanges tem relação com a “invenção”, com a construção de um espaço urbano que resignificasse as construções antigas e oferecessem significado às construções modernas. “A Cidade Antiga” prima pela separação destes dois mundos, passado e presente, mas é influenciada pela concepção moderna do mundo que primava pela inovação e modernização do cotidiano.

A primeira coisa a se observar é a emergência do tema “cidade” na obra e nos estudos de Fustel de Coulanges. De fato, a primeira reflexão sobre a cidade, como fator de organização social foi inaugurada no Oitocentos tanto pelas reformas nos espaços urbanos quanto pela idéia de Modernidade que pairava sobre os europeus. As dimensões de pensar a cidade vão ser as mais diversas possíveis e pensá-la parece tarefa de poetas, romancistas, literatos e até de teólogos.

É inegável, portanto, que pensar a sociedade em um certo sentido era pensar o espaço em que os sujeitos viviam. A cidade deixa de ser consequência do ato urbano e passa a ser causa.

É no encaixo desta noção de causa da agregação urbana que Coulanges orchestra a sua trama histórica. Acompanhado não somente das reformulações espaciais, o século XIX e particularmente a cidade são o palco das novas lutas sociais, dos primeiros impulsos da industrialização e o centro das utopias dos sujeitos modernos.

Portanto, vamos tentar compreender de que maneira o viver remeteria a realização cotidiana da existência. A cidade entra nesta discussão quando entendida

como palco das novas lutas sociais, dos primeiros impulsos da industrialização e essa dimensão fica mais evidente, pelos relatos dos diversos literatos que observavam, falaram, narraram e viveram de maneira tão própria e concreta a Modernidade. Estes seriam como o olhar processado pela arte de quem experimentou essa materialidade do moderno e são tomados como uma fonte que permite um acesso a essa experiência material, a experiência que Coulanges viveu. O pensar a metáfora dimensionando e até mesmo mensurando a experiência moderna pelos feitos antigos parece-nos a expressão deste viver metafórico e, portanto o indicativo dos modelos necessários ao presente ou possíveis ao passado.

Além disso, una-se a essa peculiaridade seu entendimento da cidade como possibilidade de realização da nação. A cidade para Coulanges não tem sua realização material, mas sua concretude é eminentemente simbólica de caráter institucional e realizada no âmbito da confederação. Todavia é importante salientar que essa base institucional permite tanto um acesso às instituições em sua materialidade – espaços físicos que ocupam nas cidades, espaço para onde confluem as pessoas em sua civilidade, por exemplo, quanto aos aspectos simbólicos destas, uma vez que elas representam algo, seja o deus familiar ou as lutas da nação e essa apresentação do simbólico faz parte de sua obra.

É também a partir da relação “espaço – identidade” que Coulanges investiga e determina a especificidade do passado frente ao presente. O fato é que **cidade** e **urbe** acabaram por ser espaço e identidade, respectivamente, ou como afirma o próprio Fustel, “a urbe (era) o domicílio religioso que agasalha os deuses e acolhia os homens da cidade” (COULANGES, 2005, p. 150).

Ora, se entendemos que as características individuais da cidade eram dadas pelo tipo de culto que estabeleciam, isto é, pelo deus que escolhiam cultuar, não é desmedido afirmarmos que a identidade da cidade era conferida pelo tipo de culto que a urbe estava destinada a realizar e, portanto era a urbe que conferia a identidade ao espaço, estipulando assim uma relação sincrônica entre o que se cultuava, o espaço que congregava esse culto e os sujeitos que participavam e habitavam esse espaço.

Além disso, mesmo demonstrando a radical oposição na criação de modelos antigos para o entendimento da Modernidade, a linha de raciocínio de Coulanges pressupõe que o estudo dos Antigos se realizava, na verdade, para mostrar que a Modernidade era Ímpar em seus movimentos e em seus estabelecimentos,

realizando-se a partir do passado e se sobrepujando ao antigo e às tradições, embora somente ocorresse a partir do reconhecimento daquilo que advinha do próprio passado, ou propriamente das sociedades que ajudaram a compor e originaram as nações modernas.

Em um curso de 1867, segundo François Hartog, Coulanges já apontava um exemplo de como entendia a relação do presente na sua obra, e de que maneira fixar essa relação em uma pesquisa histórica. Fustel afirmava que para o entendimento da autoridade monárquica exigia-se a compreensão do Antigo Regime, da mesma maneira que era imperativo destituir-se das ilusões de um tempo linear e estável. Diz Coulanges:

[...] No que se refere ao presente, somos levados a crer que andamos muito depressa, porque percebemos que andamos. [...] Cremos não raro ter avançado muito quando na verdade mal saímos do lugar. Dá-se o contrário com o passado. Cremos, em geral, que ele é quase imóvel, porque já não lhe percebemos as vibrações. (COULANGES apud HARTOG, 2003, p. 52).

O que podemos perceber é que Coulanges compreende o ritmo das instituições e das histórias que compõem determinado espaço. É claro que quando afirma “precisamos não fazer das cidades antigas a mesma idéia que nos dão essas outras que vemos crescer nos nossos dias” (COULANGES, 2005, p. 142) entendemos que ele reconhece a particularidade do evento e da dinâmica de cada época. No entanto, sustentamos que o problema de Coulanges não é com o reconhecimento da particularidade de cada tempo, mas com a organização institucional das nações antigas, com a lógica das regras sociais de outrora que servem como modelos morais ao presente.

Faz isso porque ele reconhece que existe a tensão das tradições sobre a atualidade, mas diante da intensidade de processos que configuram a modernidade e sua potencial rebeldia, ele teme a resignificação da tradição pela agenda política do Estado-nação e por isso, sua cidade antiga é um libelo pela construção de um passado rico institucionalmente, escape das complicações da vida do seu presente e modelo para uma sociedade que insistia em se reconstruir.

A *cit * e a *ville* são assim exemplos do que havia da Modernidade de mais próximo e duradouro em rela o às antigas sociedades. Não obstante, eram essas

estruturas reconhecidas como criações antigas que o Oitocentos visava refundar ou ao menos resignificar. Quando Fustel fala “[...] Na urbe nada existia de mais grato que a memória de sua fundação” (COULANGES, 2005, p. 152), refere-se essencialmente a questão da identidade, sendo assim, a Antiguidade a primeira possibilidade de busca daquilo que a Modernidade estava modificando com o seu próprio e independente ritmo, e é esse evento que visou determinar em sua pesquisa.

Se na Modernidade a Revolução Francesa separou Estado e Religião, na Antiguidade fora essa associação que permitira o crescimento das sociedades. No entanto, no final do XVIII a Revolução mudou os rumos da própria sociedade francesa, retirando o Antigo Regime da cena política e instaurando a República, e sobre a Revolução Coulanges entende ser o berço das organizações imperiais do mundo Antigo.

Aspectos da própria religião Antiga possibilitaram a Revolução da Antiguidade que pôs fim à República e possibilitara o surgimento dos impérios antigos. Para Coulanges o cristianismo representou a unificação da idéia de instituição, centralizou a crença e fundou instituições mais fortes, e, sobretudo, fez avançar naquilo que Coulanges entendeu por inteligência dos antigos.

São estas relações a que nos referimos. Cada evento teve a particularidade do seu tempo, mas Fustel usa estas estruturas para instrumentalizar os acontecimentos do passado. Quando faz isso oferece ao presente possibilidades de pensar novas analogias com o passado e utilizar a sua História para entender o presente e incorporar modelos de outrora.

Voltemos à cidade para entender que papéis simbólicos estão em jogo na sociedade Antiga que nos faz pensar a sociedade francesa do XIX.

Dissemos que a função da urbe no que diz respeito à associação dos homens em um espaço onde os sujeitos registraram essa espécie de contrato social que institucionalizava suas respectivas relações era um processo simbólico e não um processo material de um território específico fronteiro e de privilégio das autoridades urbanas. Isto é, sua presença dava-se muito mais no campo da representação do que numa divisão territorial propriamente dita.

A cidade assim, por mais que seja o lugar em que as práticas ocorrem, pode ser reconhecida, conforme Certeau (1994, p. 169 – 217), como a possibilidade de uma espacialidade ligada à existência e à experiência individual com o mundo. Os

indivíduos estabelecem uma relação com o mundo quando se ligam a ele através das operações que os próprios indivíduos desenvolvem.

Coulanges evidencia isto quando expõe a relação da cidade com sua urbe. Sendo a urbe tomada por estrangeiros havia uma submissão e uma vitória por definitiva, e assim se realizava uma conquista territorial. Vemos pois, o quanto a idéia de território material se liga à existência dos indivíduos, que por sua vez, ocorria no plano da representação e do simbólico.

No que se refere a essa relação entre o real e o representado, ou entre a imagem e o simbólico, entendemos, pautados em Roger Chartier (1990, p. 13 – 28), que as sociedades geram imagens e percepções sociais que a ajudam a identificar-se, seja em que tempo for, enquanto uma comunidade organizada.

Coulanges põe em prática as três dimensões que Chartier trabalha. Primeiro com a representação, depois com a prática, quando reconhece o valor do passado clássico em sua sociedade, e por fim, o de apropriação das práticas antigas no intuito de demonstrar a radical diferença entre passado e presente.

Por fim, é necessário frisar que a relação que encontramos no texto de Coulanges acena para o que o trabalho de Paul Ricoeur (apud CHARTIER, 1990, p. 24) aponta que é saber que tanto a efetivação do texto revela as suas possibilidades semânticas que opera justamente um trabalho de reconfiguração da experiência, ou seja, o texto processa uma experiência e ao mesmo tempo coloca uma nova experiência que foi processada por ele, quanto à necessidade de compreendermos a apropriação do texto como uma mediação importante na constituição e compreensão de si mesmo.

Esta talvez seja a idéia central de nossa pesquisa. Na realidade, a ênfase na diferença do tempo feita por Coulanges, suas advertências quanto às particularidades dos tempos históricos, serviram tanto para indicar que os erros do passado não poderiam ser repetidos no presente, no sentido mesmo de uma História Moral, bem como, para advertir que o movimento do presente precisava entender como foi possível ter a configuração que se observava, no seu caso, na Antiguidade, no sentido de entender o peso da tradição que envolve o texto e a experiência histórica do próprio Coulanges e de sua época.

Se no Oitocentos, como vimos no capítulo II, o debate nacionalista estava envolto na discussão sobre a determinação de que perspectivas se utilizar para se determinar aquele pertencente a esta ou aquela nação, pois ainda estava definindo

critérios para a concessão da nacionalidade, Coulanges retoma a Antiguidade para construir a idéia de que este era o estatuto principal do sujeito que vivia em sociedade.

4.2 A INTERPRETAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA PARA A LITERATURA E DO PASSADO PARA COULANGES: a questão do espaço do sujeito.

Quando analisamos a obra de Coulanges e percebemos aqui ou ali defesas da história e de determinadas interpretações metodológicas do passado em relação ao que fora construído sobre os Antigos, é natural a indagação sobre de que maneira se encontra a obra de Coulanges no presente, tanto no sentido de sua fortuna crítica quanto acerca de sua recepção para os historiadores contemporâneos a ele ou quais perspectivas o ajudaram a formatar as suas teses defendidas na década de 1860.

Como afirmamos, o interesse pelo Antigo não fora necessariamente o núcleo de pesquisas de Coulanges, visto como admirável interprete e estudioso do período Medieval. A relutância das interpretações do presente podem ter lhe levado a construir uma interpretação histórica possível se levarmos em conta que, tanto durante a composição do seu livro quanto seis anos após sua publicação, Coulanges, seja em aulas inaugurais, seja nas próximas obras, ou ainda em artigos publicados em jornais e revistas – como a *Revue Deux Mondes*, por exemplo, - atacou diretamente o método da história, a maneira como os seus pares classificavam determinados temas como históricos e a forma como tratavam a documentação e o debate acerca do uso político da História.

Quanto a isso é importante frisar que Coulanges, segundo François Hartog (2003, p. 40 – 89), desejava se separar da Antiguidade, mas também, dos escritos modernos que insistiam em identificar o passado com o moderno, ou, tendiam ao outro extremo, de ridicularizar e pormenorizar as sociedades Antigas, classificando-as segundo os níveis de desenvolvimento, principalmente social que as identificava.

Além de Rousseau, por exemplo, que idealizava uma sociedade grega e romana como exemplos de liberdade e democracia, Coulanges advertia para os perigos de interpretação de Montesquieu, por exemplo, e da escola que este estava inserido. Em uns dos poucos momentos de sua obra em que crítica a historiografia

contemporânea, Fustel escolhe a parte em que está definindo o surgimento das classes e as determinações de cidadania para indicar os possíveis erros das correntes anteriores de interpretação histórica. Dizia Coulanges:

Será forjar-se idéia muito errada da natureza humana se julgarmos esta religião dos antigos como impostura, como, por assim dizer, uma comédia. Montesquieu pretendeu ver os romanos inventarem um culto somente por assim melhor conterem o povo. Religião alguma recebeu semelhante origem, e fosse qual fosse, a que tivesse unicamente esta razão de utilidade pública para se sustentar não se manteria por muito tempo. Montesquieu diz também ainda terem os romanos subordinado a religião ao Estado, mas dizer-se o contrário será mais verdadeiro; é impossível ler algumas páginas de Tito Lívio sem ficarmos impressionados perante a dependência absoluta em que os homens se encontram para com os seus deuses. (COULANGES, 2005, p. 180).

Assim Coulanges visou destituir as conclusões dos Iluministas acerca do período antigo. Para ele, a historiografia do Setecentos almejava identificar os Antigos com o Estado moderno e fazendo isto destituía a particularidade do passado. Para ele era impossível na Antiguidade separar Estado de religião ou subordinar esta a uma estrutura à crença dos sujeitos tomando-a já como uma construção histórica pronta e acabada. Para Fustel:

O Estado antigo não obedecia a um sacerdócio mas à sua própria religião, que era quem o sujeitava. Este Estado e esta religião achavam-se tão inteiramente confundidos um no outro que torna impossível não só fazer uma idéia de conflito entre ambos, como até diferenciá-los entre si. (COULANGES, 2005, p. 180).

Ainda sobre esse tema, Coulanges aponta como principal responsável pelos “enganos”, isto é, o lugar-comum de interpretação dos modernos sobre os Antigos, Rousseau. Para ele, Rousseau que François Hartog associou à “Escola Retrógrada”, representava a “visão artificialista do social, denunciada como abstração”, isto é, uma visão que esvaziava as noções do antigo em detrimento do que era ser moderno. Para Fustel, “o homem, sublinha-se, é naturalmente social, e a família é o elemento imediato da sociedade” e essa interpretação não poderia ser colocada de lado pela autoridade que Rousseau exerceu como autor ou pela participação política que teve (HARTOG, 2003, p. 45).

Coulanges não aceita a sociedade como um estado natural e ataca Rousseau não só como “fabulador das origens, mas também, com o seu contrato, o negador do indivíduo” (HARTOG, 2003, p. 45). Fustel entende que o lugar apontado por Rousseau para o cidadão e para o Estado acaba por tornar esse último como principal instituição dos homens, como representante dos poderes dos cidadãos, tese esta que Coulanges tenta desabilitar ou destituir quando retira justamente do Estado e da formação natural da sociedade seu foco.

O fato é que Coulanges negou quase que totalmente a historiografia contemporânea na sua obra, não por achá-la “a - científica”, mas porque considerava as fontes como único centro inesgotável de informações sobre o passado, além do que, a historiografia que se detinha sobre o período Clássico tratava-se de uma historiografia que insistia em cumprir temas que identificassem o presente e o passado não resguardando as suas respectivas especificidades.

Outra possibilidade é a lacuna historiográfica sobre um tema da natureza que Fustel tratava, ou seja, o da Cidade Antiga. Poucas eram as produções na primeira metade do século XIX, na França, sobre o período clássico. A maioria vivia às voltas com a determinação do Estado Francês, no sentido de indicar o momento de sua formação conforme já apresentamos.

Desta maneira, assim como fizemos para entender de que maneira o imaginário social compreendia as transformações urbanas que envolvia a cidade Moderna, ou seja, as reformas que ocorriam em Paris, nesta seção vamos retomar os discursos dos escritores contemporâneos a Coulanges tanto para suprir essa carência historiográfica de obras que se dedicassem a constituição da cidade e da relação dos povos antigos com o século XIX, quanto pelo fato de entendermos ser esse processo de incorporação do discurso coletivo sobre o que seria a cidade que Coulanges constrói o seu enredo, pauta os seus problemas e lança as suas soluções.

Faremos isso analisando comparativamente as estruturas narrativas dos literatos e a de Coulanges ressaltando as conclusões de Fustel para a cidade, a nação e a História, e talvez por isso, retomemos alguns pontos ou aspectos da obra de Coulanges já apresentados aqui.

No entanto há dois “pequenos detalhes” sobre a relação entre as produções literárias e a obra de Coulanges. A primeira delas, e mais evidente, trata-se sobre o tempo, sobre a localização espaço-temporal destas obras.

Os literatos tratavam essencialmente do Moderno, dos efeitos da Modernidade de todos os efeitos que a Revolução Industrial, técnica e urbana deixaram evidente, especialmente em Paris, símbolo da Modernidade ou das possibilidades de uma vida moderna. Já “A cidade Antiga” trata dos mesmos aspectos dos efeitos, das mudanças, das revoluções, mas analisados sob a perspectiva do que a religião, a crença e as instituições antigas impuseram sobre o homem, tendo para isso que voltar suas atenções para a interpretação da sociedade e da cultura. Dos ritos aos espaços públicos, na crença da continuidade dos mortos à constituição da cidade, o enredo construído por Coulanges trata em demonstrar como as instituições públicas, especialmente a cidade, têm no sujeito, ou ao menos, na família sua principal possibilidade de mudança, mas tendo como base o mundo antigo.

O segundo aspecto entre as interpretações dos autores oitocentistas e a obra de Fustel está justamente na ótica que lançam sobre o seu objeto de estudo. Os literatos ora intentam demonstrar o quanto o novo é sórdido, o quanto é necessário olhar para o indivíduo para podermos entender, sobriamente, até que ponto aceitar ou reproduzir o discurso da Modernidade, ora elogiam esse novo tempo, demonstrando as amplas possibilidades trazidas pela modernização dos espaços e da vida.

O fato é que a ótica estava no cotidiano e nas famílias, mas sempre no intuito de demonstrar que esse movimento coletivo e macro evidenciava a sua dureza e rispidez se olhássemos os sujeitos, as pessoas, a multidão.

Já Coulanges não acha produtivo ou, ao menos compreende que a melhor forma de entendimento do passado esteja na compreensão das produções dos sujeitos, pois, do ponto de vista da ciência histórica, destacar a produção de um indivíduo não destacaria o movimento total do mundo antigo. Para ele, a produção primeira para os sujeitos seriam as suas instituições, seriam as suas relações sociais e familiares. Desta forma, a primeira instituição do homem seria a crença, a fé, e assim a religião se desenvolveu e tornou possível o mundo antigo agindo sobre os seres e possibilitando a institucionalização do próprio espaço donde os sujeitos habitavam, tornando a cidade como um território por si só institucionalizado e possível de ser estudado sob esta ótica.

Desta maneira, que relação destacaríamos, diante de pontos de vista específicos entre a literatura sobre o espaço francês do século XIX e a obra de Fustel?

Para responder este problema retomemos a nossa questão. Muitas são as possibilidades de trabalharmos com a literatura do Oitocentos e as obras históricas desta época. No entanto, apontaríamos como principais características comuns nessa perspectiva de trabalho comparativo, quatro fatores: a metáfora, a preocupação com espaço citadino, a representação da narrativa e a preocupação com a perda da tradição.

A metáfora, conforme nos referimos, foi à maneira como os literatos encontraram para falar do novo, daquilo que não entendiam e não sabiam como falar, daí porque entendiam que o uso de alegorias traduzia o sentimento do novo e do desconhecido.

Da mesma maneira, Coulanges se utilizou da metáfora para caracterizar os povos antigos, seja evidenciando como tratavam o mito, isto é, de que maneira se relacionavam com a questão pública, seja nas comparações que fez do passado com o presente, isto é, na sua organização pública, na idéia de cidade, na questão do discurso nacional, na idéia de origem das nações, na concepção acerca da formação de cultura nacional, da identidade regional, da construção do espaço, na idéia de caracterização própria das cidades a do passado e a do presente, mantendo suas distâncias e estabelecendo historicamente as suas tradições.

No que diz respeito à representação da narrativa estamos falando essencialmente do poder simbólico envolvido na construção de um livro que versa sobre a cidade antiga no momento em que a cidade moderna estava no centro da cena das interpretações dos historiadores modernos. Uma narrativa que se faz pelo presente, pelos temas que determinaram politicamente e economicamente a primeira metade do século XIX. Tomando por base essa dimensão simbólica, entendemos, concordando com Pierre Sansot, que a construção da memória coletiva que se refere ao espaço urbano e aos homens envolvidos nesse espaço vai ser construída a partir da invenção do passado à imagem do presente, acabando por formar imagens que têm o seu lado simbólico consensual, imposto e/ou atribuído, mas que, paralelamente às assimetrias sociais, à desigual apropriação do solo e aos distintos posicionamentos políticos, colocam, por sua vez, outras questões e levam a

outros entendimentos, tanto do presente quanto do passado (SANSOT apud PESAVENTO, 2002, p. 17).

Por fim, as obras literárias se estreitam com os escritos de Coulanges acerca da perda da tradição. Se os literatos lamentavam a perda ou vibravam com o desaparecimento de antigos ritos, considerados tradicionais, Coulanges se preocupa com a resignificação dada a determinadas tradições, daí porque vai ao cerne de produção dos rituais e das tradições que influenciaram a sua educação, que era a da própria sociedade francesa e que, em detrimento do discurso moderno do novo, vão se perdendo e se esvaziando de significado.

Ao mesmo tempo em que a História e particularmente a obra de Coulanges se preocupa em narrar os eventos, os eventos do passado clássico, o discurso literário, segundo Pesavento, detém-se em dar uma nova existência a coisa narrada. As duas maneiras de relatar o presente ou o passado dos povos na cidade convergem, no entanto, porque as duas formas discursivas estabelecem a possibilidade de resgatar, pela imagem urbana do presente, as “representações das cidades que passaram ou que pretenderam ser um dia” (PESAVENTO, 2002, p. 15)

Podemos então definir o lugar da interpretação literária e da interpretação histórica sobre o espaço urbano no século XIX. Ambas construíram imagens metafóricamente definidas que visavam representar o real, seja ele presente ou passado, mas a idéia era formar uma imagem de como os autores, da literatura ou da História, entendiam o espaço citadino.

Assim, é necessário afirmar, também, que as imagens da cidade são geradas, em grande medida, por sua constante modificação estrutural e visual. Essa mudança intensa gera novas necessidades e acabam dando ao espaço significados cujas expressões podem ser percebidas tanto historicamente quanto no cotidiano e nas imagens que os moradores das cidades registram sobre tal lugar. Há ainda outra possibilidade, esta particularmente entendida por Coulanges, aquela que se dedica em encontrar as imagens historicamente construídas do espaço habitado pela população para, a partir de então, conceber significados em forma de representação para que o público do presente seja capaz de entender as possibilidades de diferenciação dos eventos do presente para o que ocorreu no passado.

A intervenção no espaço no século XIX alterou o cotidiano trouxe à tona duas figuras: os “produtores de espaço” e os “consumidores do espaço” (PESAVENTO, 2002, p. 17). Esses atores são atravessados pelos “elementos essenciais para a

dimensão simbólica das imagens do urbano” (PESAVENTO, 2002, p. 17), que são basicamente centrados na atribuição de significados rituais e míticos tanto às coisas da cidade quanto às práticas sociais nela elaboradas.

Destarte, os significados das imagens narradas por Coulanges em diversas sociedades antigas recuperam a emergência simbólica da urbe, no caso de sua obra da *ville*, e da conotação social que a cidade historicamente teve sobre os homens.

Desta maneira, concordamos com Pesavento, quando afirma que ao estudar a “cidade” necessariamente estudamos as representações individuais ou coletivas que as diversas sociedades que estiveram sob as regras e a organização de uma cidade ou urbe empreenderam historicamente e socialmente, ou ainda com José D’Assunção Barros, quando retoma a idéia de cidade como texto e retoma a definição de Roland Barthes sobre a cidade:

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. (BARTHES apud BARROS, 2007, p. 40).

Esse entendimento de que a cidade é um texto pressupõe justamente o que Barros chamou de “deslocamento social do espaço” (BARROS, 2007, p. 42), isto é, a história do desaparecimento de uma cidade e um espaço social revela justamente a teia de relações que constituíram determinado lugar, ou a multiplicidade de eventos que contribuíram no desaparecimento do espaço de outrora e possibilitaram o lugar do presente.

Assim, pois quando Coulanges afirmou:

[...] Felizmente, o passado nunca morre completamente para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas deste passado guardará sempre a recordação. Com efeito, tal como se apresenta em cada época, o homem é o produto e o resumo de todas as suas épocas anteriores. E se cada homem auscultar a sua própria alma, nela poderá encontrar e distinguir as diferentes épocas, e o que cada um desses períodos lhe legou. (COULANGES, 2005, p. 5).

Ele fala que a materialidade do passado está na possibilidade dele ser escrito, porque para Fustel, a materialidade do passado estava no conjunto de documentos

possíveis sobre determinado espaço ou certo rito. Seria possível essa recuperação da lembrança ou da forma o correu o passado porque:

O sentido íntimo de um radical pode desta sorte revelar-nos alguma tradição antiga ou certo antigo uso; as idéias evoluíram (*transformées*) e as recordações apagam-se (*évanouis*) no tempo, mas as palavras ficaram, testemunhas imutáveis de crenças desaparecidas.(COULANGES, 2005, p. 5 – 6, grifos em francês nossos).

Os escritos sobre o espaço restaram para serem narrados por um historiador no presente, estabelecendo sua divisão, mas resguardando a autoridade do documento, pois uma vez eternizado pela palavra, a tarefa do historiador seria aproximar o significado do passado para o presente, torná-lo inteligível noutra tempo.

Assim, temos que no discurso da cidade na obra de Coulanges, não se trata de recuperar os traçados dos sujeitos, dos indivíduos nem, como afirma Barros, apenas inventariar lugares, mas a idéia é analisar maneiras utilizadas outrora para constituição dos espaços, ou ainda, entender as particularidades do passado na construção histórica de determinadas estruturas que comumente nos utilizamos no presente, no caso de Fustel, aquilo que tinha maior visibilidade, no caso, a cidade.

O problema das cidades modernas, portanto, é o problema pelo qual Coulanges passa e que interfere em sua obra. Como elemento destes constantes questionamentos, destacamos a “pasteurização” do urbano que acabou por destruir a memória, substituindo o velho pelo novo, afastando o passado do presente, demonstrando as suas especificidades e, por fim, retirando os sujeitos comuns dos discursos, da forma do urbano e sujeitando o espaço urbano. A cidade é o ator principal da modernidade, ela é o sujeito de referência de que os tempos modernos trazem mudanças significativas para aqueles que estão contidos neste sistema. Essa perda de referência é um problema a ser resolvido e entender a ocorrência deste movimento no passado foi um dos entendimentos de Coulanges na realização de sua obra.

Assim, o jogo das representações do cotidiano, que na maioria das vezes é preocupação da literatura, foi obliterado pela necessidade de unir transformações urbanas marcantes, controle das massas, inovações técnicas ao discurso da nação.

4.3 PARIS MODERNA, ROMA ANTIGA, OS MODELOS ESPACIAIS DA HISTÓRIA NA OBRA DE COULANGES

Vamos retomar a visão dos Literatos, particularmente de Balzac que identifica o contraste de viver em sociedade peculiar ao mundo moderno. A partir do que observamos no capítulo sobre as impressões do urbano dos sujeitos que habitavam o espaço urbano. Esses relatos serão cruzados com a posição de Coulanges frente ao seu mundo moderno e as suas constatações para através da Cidade Antiga oferecer modelos de compreensão do presente ou para que através dela se pudessem entender questões do presente.

Começamos retomando a importância de Paris para o século XIX. Sem dúvida nenhuma, Paris do Oitocentos, foi a cidade luz, um possível modelo a ser copiado por outras estruturas urbanas que estavam por se formar sob a égide do Estado-nacional e da Modernidade.

Paris foi a personificação das elaborações imagéticas dos pensadores Oitocentistas e a origem de toda a representação do real realizadas tanto por literatos quanto por historiadores, por exemplo. Esta importância era natural porque Paris era além do centro de reflexão dos pensadores, era capital da França, a sede do governo, o lugar de acontecimento, dos eventos políticos e o espaço da Revolução.

Ademais, o fato de Paris personificar as reformas espaciais que identifica o novo, a quebra com as tradições e o moderno contribuíram, para o debate em torno da identidade nacional, na tentativa de formar um modelo de espaço urbano representativo da grandiosidade específica do povo francês.

Esse espaço então admite a pluralidade das reflexões sobre a cidade tornando-a alvo da reflexão do passado, tal como Coulanges se propôs a realizar e, sobretudo fazendo com que fosse reconhecida pela polissemia de significados de acordo com o olhar que estabelecesse sobre tal território.

Os literatos e historiadores ajudam a concretizar o que Caillois (apud PESAVENTO, 2002, p. 30) chama de o “mito de Paris”, ou seja, esses pensadores ajudaram a pensar de que maneira as modificações na paisagem urbana alteraram o imaginário social acerca do espaço que os sujeitos habitam, pois Paris era o símbolo do triunfo capitalista. Esse espaço representava o nascimento e a origem da

experiência histórica “individual e coletiva de viver em metrópole” (PESAVENTO, 2002, p. 30). Assim tínhamos:

Paris, era por excelência, o teatro desse processo da modernidade. Na capital da França se revelam as antinomias urbanas, manifestas em representações múltiplas e contraditórias, que dependem de satisfação ou frustração das expectativas frente à cidade por parte daqueles que as vivenciam. [...] Pais se constitui no paradigma da cidade moderna, metonímia da modernidade urbana, isso se deve, em grande parte, á força das representações construídas sobre a cidade, seja sob a forma de uma vasta produção literária, seja pela projeção urbanística dos seus projetos, personificados no que se chamaria o “haussmannismo”.(PESAVENTO, 2002, p. 31).

Acrescenta-se a essas particularidades, o fato de Paris ser uma cidade “universal”, uma constituição espacial que rompe o próprio tempo e o espaço, que permite o problema, o questionamento da própria modernidade.

O universalismo da *ilê de France* e o seu cosmopolitismo deixou marca na obra de Coulanges. Dentro do capítulo sobre a cidade, particularmente por ocasião da determinação do ser cidadão, entre o pertencer a *ville* ou ser reconhecido como estrangeiro, estava ser ou participar de inúmeros eventos e instituições essenciais na vida da sociedade, pois, somente um tipo de sujeito participava da formação do território, é foi sobre esse sujeito que Coulanges se preocupou em diferenciar para clarificar a própria idéia de como os cidadãos das *urbes* e os estrangeiros sem território espacial e sem espaço espiritual se relacionavam com a cidade.

Seja cidadão ou estrangeiro, a multiplicidade de povos que habitavam o mesmo território foi destacado por Fustel porque foi uma marca dos povos antigos, especialmente de Grécia e de Roma, mas que voltava às pautas de discussões no presente e que se tentava determinar. Destacou Coulanges:

Reconhecia-se como cidadão todo homem que tomava parte no culto da cidade, e desta participação lhe derivavam todos os seus direitos civis e políticos. Renunciando ao culto, renunciava aos direitos. [...] Pelo contrário o estrangeiro é aquele que não tem acesso ao culto, a quem os deuses da cidade não protegem e que nem sequer possui o direito de invocá-los. Estes deuses nacionais, como só querem receber orações e oferendas do cidadão, repelem todo homem estrangeiro: a entrada do estrangeiro nos tempos não é permitida e sua presença durante as cerimônias é um sacrilégio (COULANGES, 2005, p. 210 – 211).

Essa discussão em torno do pertencer ou não a determinado espaço, de ser o não sujeito de certo lugar envolvia o plano de reconstrução da cidade de Paris e o próprio discurso nacional de meados do Oitocentos, conforme vimos no capítulo anterior.

Percebam que o livro é atravessado pela idéia de “assentar, de forma definitiva, as bases da nossa história nacional” (HARTOG, 2003, p. 52) e o debate em torno do ser pertencente a determinado lugar, no caso a França, estava no auge da discussão histórica. Coulanges retoma essa proposição, mas aplica às sociedades antigas para perceber como essa prática social se desenrolou outrora e quais particularidades poderiam ser evidenciadas.

Em suma, o sentido da cidade moderna se encontra na cidade antiga, obviamente mais pura, menos híbrida e, então, melhor possível de ser identificada.

A Roma e a Grécia Antiga, pois, estavam espelhadas sob o brilho daquela cidade que Coulanges tinha uma experiência prática. A Paris do século XIX, em plena transformação espacial, símbolo da pátria e lugar comum da modernidade é, para nós, a primeira e definitiva experiência urbana de Coulanges, e por essa razão, a cidade luz precisa ser melhor conhecida em relação à construção da obra Cidade Antiga.

A principal requisição, o principal ideário de cidade que permeava o entendimento de Coulanges era a idéia de cidade aberta, pois esse era um problema a ser resolvido pelo Estado que da necessidade de recortar os espaços desconhecidos e convencer os sujeitos, no sentido de construir ou atuar sobre o espaço de maneira organizada, se antecipando, desta maneira, às organizações sociais diversas, dentro de um espaço variado e próprio, tal como a Paris de meados do século XVIII.

Coulanges não somente sabia destas relações como entendia o papel simbólico do poder na re-significação dos novos espaços. A cidade aberta, a cidade fechada, murada, pública, receptiva, repugnante, higiênica, suja, a cidade que aos poucos foi se tornando o alvo das representações sociais, dos símbolos construídos pela sociedade deveria ser pesquisada como parte da construção territorial do Estado, tal como foi no passado, particularmente na cidade Antiga.

Coulanges assim oferece a possibilidade de pensar a dimensão moderna da cidade pelas evidências dos elementos da sua obra. O mais importante de salientar é que os contrastes revelam a polissemia de entendimento de se viver em uma metrópole, em uma cidade modelo da Modernidade, com suas práticas contrárias ao tradicionalismo, ao conservadorismo dos aristocratas e da organização feudal e absolutista que marcara a tônica de desenvolvimento de Paris até o início do século XVIII, essa tônica também marcara o mundo antigo, seja na sua divisão social, institucional e/ou política, e Coulanges permite a exposição de uma perspectiva.

A explicação histórica para esses contrastes é uma possibilidade de se aplicar o conhecimento histórico. Quando Coulanges afirma:

O contemporâneo de Cícero pratica ritos, nos sacrifícios, nos funerais, nas cerimônias de casamento; estes ritos são de uma idade anterior à sua e a prova de tudo o que hoje afirmamos temo-la no fato de que os ritos já não correspondem às crenças que esse homem mostra ter. (COULANGES, 2005, p. 6).

Ele na realidade guarda a dimensão de tempo histórico, mas não evita demonstrar o quanto os contrastes estavam, ou marcavam a sociedade Antiga;

O que é inegável é que os contrastes vividos e relatados, mesmo que de maneira diversa, colocaram em pauta a questão urbana para o Estado, ou ao menos tornaram o tema da urbe um problema, uma questão para o Estado solucionar, uma solução dada por esse novo ator que ainda insistia em fraquejar diante das várias tentativas dos nobres e aristocratas a favor ou ligados ao Antigo Regime de retomar o poder após 1789.

Com isso, concluímos que o que era necessário para um historiador ou literato falar sobre a cidade era olhar o cotidiano, conhecer os discursos proferidos pelos sujeitos e dotar esses discursos de inteligibilidades. A literatura fizera isso pelo discurso do presente e a história procuraria isso, no imaginário social do passado. Essa relação pode ser melhor entendida quando encaramos ambos os campos como constitutivos de um mesmo problema, ou construtores de uma mesma resposta.

Um estado peculiar da literatura sobre a cidade pode ser compreendida na narrativa de Balzac diretamente relacionada à escrita de Fustel de Coulanges, quanto a suas respectivas concepções de espaço. Para Balzac, a idéia de cidade foi

primeiramente formada no imaginário dos seus cidadãos e a partir das experiências individuais de cada habitante (PESAVENTO, 2002, p. 65). O mesmo foco Coulanges concluiu ao examinar os antigos em que as concepções do imaginário da sociedade constituiu a idéia de Cidade Antiga, daí porque se basear nas contribuições da cultura, da religião antiga para entender as raízes das manifestações sobre a cidade.

Se para Balzac, é o *flâneur*⁶³, a característica ideal para se entender os caminhos da Modernidade, pois é aquele que anda sem destino, que observa cada detalhe do cotidiano da cidade e que sente o espaço urbano em sua totalidade como um “observador dos espaços e gentes, numa caminhada infatigável pela cidade” (PESAVENTO, 2002, p. 64), em Coulanges essa era a principal característica do historiador em sua pesquisa Diz Coulanges sobre a obra histórica:

[...] É dever do historiador dissipar as ilusões e esclarecer para conciliar: a caricatura deve ser substituída por um conhecimento “correto e científico, sincero e sem idéia pré-concebida”, que contribua para “restabelecer a calma do presente”. [...] Essa visão conciliatória (mas ela só o é na exata medida em que, antes de tudo, é polêmica em relação ao presente) baseia-se, o que é essencial, na histórica como ciência: a observação foi cuidadosa e os textos lidos [...] (HARTOG, 2003, p. 79).

Apesar de se referir a outro tempo histórico⁶⁴, Coulanges deixa evidente a principal característica no trato dos eventos passados: o e observador. Tal como Balzac, para Fustel, o historiador é um *flâneur* dos documentos, pedestre dos arquivos, catador de eventos para a constituição e “revelação” do passado. Assim, pois, deveria proceder no exame da cidade. Apesar de entender a fronteira entre a literatura e a história, é do exame do presente, do exame daquilo que Balzac, dentre

⁶³ É a partir da idéia do *flâneur* que Balzac tende a definir o conjunto que compõe o espaço urbano - a cidade e sujeitos que constroem a cidade, - como “*fisiognomia* da cidade”. Esse conceito vai ser muito caro para o entendimento das concepções de modernidade à época de Balzac especialmente trabalhada por Walter Benjamin e Willi Bolle, por exemplo.

⁶⁴ Nesta passagem Coulanges está se referindo ao estudo da Idade Média, cátedra que a partir do final da década de 1860 se dedicou mais intensamente. No entanto, entendia a história como um caracol, um círculo progressivo em que os eventos aconteciam repetidamente, como revoluções, guerras, alterações em sistemas políticos, mas em contextos variados de tónicas específicas e de intenções próprias. O método, portanto, para Fustel seria o mesmo, no trato com os documentos e na interpretação do documento. Ver mais em HARTOG (2003, p. 91 – 131).

outros, se esforçava em evidenciar, que o passado poderia ter sentido. Quanto a isso, Hartog afirma:

Ciência da alma, a história é, portanto, em sentido próprio, psicologia, como repete Fustel em seus cursos e também em *A cidade Antiga*: ela deve “aspirar e conhecer aquilo em que essa alma acreditou, aquilo que pensou e sentiu nas diferentes fases da vida da espécie humana. [...] Em seu curso, tal como em *A cidade Antiga*, Fustel insiste na necessidade de uma tomada de consciência prévia da distancia passado/presente: na medida do possível, o historiador deve “identificar-se” com os homens do passado [...]. (HARTOG, 2003, p. 108 – 109).

A fronteira com a literatura é a mesma que Coulanges coloca entre o passado e o presente. Se para os literatos, a identificação possível é o do agora, a do historiador dar-se-ia com os atores do passado. Se para Balzac:

[...] Paris é sempre a monstruosa maravilha, espantosa reunião de movimentos, de máquinas e de idéias, a cidade dos cem mil romances, a cabeça do mundo. Para aqueles, a Paris é triste ou alegre, feia ou bela, viva ou morta: para eles. Paris é uma criatura [...] São os amantes de Paris. (PESAVENTO, 2002, p. 65).

Para Coulanges a Paris não existia no recorte histórico que se propôs, embora insistisse em mostrar que a construção do território francês passava pela construção das maneiras de como os gregos e os romanos lidaram com a idéia de cidade. As formas de construir o passado foi para Fustel a possibilidade de se pensar a cidade no presente.

Essa idéia é fundamental para entendermos que a idéia de cidade moderna, nasce excluindo a idéia de história. O nascimento da cidade esvazia o conceito de História, e essa se remodela voltando os seus interesses para aquilo que estava inscrito na construção da nação. Portanto, quando Coulanges estabelece uma ligação entre a antiguidade e a cidade esta pondo uma nova relação entre o passado e a cidade, já que do ponto de vista da Modernidade esses eram conceitos divergentes pois, que o primeiro excluía o segundo. A cidade moderna vive do presente com os seus símbolos, apagando a tradição e doutrinando os cidadãos para estas novas relações. Uma cidade Antiga, neste ponto de vista, somente

poderia ser concretizada se o passado fosse muito bem determinado em relação ao presente conforme advertiu insistentemente Coulanges.

Conforme a cidade de Coulanges, a Paris de Balzac tem sua solidez criada no imaginário social, na representação e simbologia que o poder e os próprios sujeitos faziam deste espaço.

Se Paris, é feminina em alusão a Pátria, emblemática e marcante, quando Balzac a avalia do ponto de vista macro, sem as particularidades do efeito do moderno, Coulanges, também o faz, quando aponta, Roma, por exemplo,

Sempre que virdes em nossa história experiências de regularidade e ordem, é o gênio de Roma que fala; sempre que virdes uma liberdade ser reclamada, é o espírito germânico que entra em ação [...] foi apenas graça a associação deles, mais depois de muita luta, que a sociedade francesa se constituiu. (HARTOG, 2003, p. 49).

Apesar deste ser um trecho que suas aulas inaugurais produzido à época da escrita da Cidade Antiga, mais ou menos na década de 1860, podemos ver que Coulanges relaciona os contextos espaciais do passado e do presente com a questão do discurso nacional, e ainda, atribuindo virtudes dos seres humanos como disciplina, liberdade, etc. , ratifica a idéia , tal como Balzac, das virtudes da metáfora.

A temporalidade da cidade é perdida, e a particularidade do passado é a base de construção de um presente re-significado, cheio de símbolos e de um passado inexistente, sem marcos e distante, somente requisitado quando a credibilidade da nação e/ou o Estado está em jogo.

Podemos concluir que as visões literárias e as finalidades, o objeto de reflexão da questão urbana variou de ponto de vista, embora tenha trazido à luz a questão social. A emergência do social, do progresso *versus* a tradição fez com que os literatos e demais interessados pelo novo tempo se debruçasse sobre ele e tentasse entender os seus movimentos, principalmente pela materialidade das reformas urbanas que aos poucos ganhavam mais atenção.

A associação que nos pareceu frutífera, portanto, foi esse paralelo entre o Clássico e o Moderno. Podemos perceber que as alterações primeiras em Paris ainda guardavam a tônica de associar glória e grandes jornadas com o período clássico. Os bulevares, os hotéis, as praças, as grandes retas, eram monumentos vivos do clássico e não do Moderno e por isso, as reformas que aconteceram no

período de Haussmann foi em torno daquilo que as reformas anteriores negligenciaram, como a agregação dos subúrbios e a urbanização dos bairros de operários.

Quando diz, “[...] Confundir duas cidades em um só Estado, unir a população vencida à vitoriosa e associar as duas no mesmo governo é coisa jamais encontrada entre os antigos, a não ser em uma única exceção de que falaremos adiante [...]” (COULANGES, 2005, p. 223), Coulanges quer mostrar que em Paris ocorrera ao contrário, sua individualidade estava na ocorrência do que no passado fora exceção. A associação de uma nação em torno de Paris foi a possibilidade daquilo que os documentos antigos tiveram como particularidade. A Paris Moderna era, portanto, a realização daquilo que não ocorrera nas cidades antigas e por isso os modelos morais do passado poderiam ser aplicados ao espaço do presente de Coulanges.

Para os escritores Oitocentistas o trama do público, isto é, aquilo que acontecia no âmbito do espaço público, era um paralelo do que acontecia no privado. Em Coulanges, o público nada mais é do que a exportação das práticas individuais para os templos e para as organizações públicas, sempre lembrando que os ritos e as cerimônias eram acompanhados de obrigações religiosas definidoras das próprias organizações sociais.

Por fim, em ambos os casos, seja na Literatura seja na História, a metáfora foi a melhor maneira de resignificar o presente, que enquanto tempo era ameaçado pelo espaço reformado de Paris. Como afirma Pesavento: “Paris, em suma, é uma espécie de pesadelo, onde o aspecto de seus prédios e ruas é a tradução externa e material de seus vícios “ (PESAVENTO, 2002, p. 138). Para ela:

As metáforas se sucedem para expressar a decadência das grandes cidades: se Londres é o Minotauro devorador, a viciosa Paris é Salomé ou Astarté, personificação da luxúria que consagra o mito *femme fatale*, caro à *fin-de-siècle*. (PESAVENTO, 2002, p. 139).

Se os autores do presente usavam metáforas para tentar mensurar o seu tempo, Coulanges as utilizava para dimensionar o passado no presente mostrando a especificidade em cada tempo.

Assim, pois, o imaginário social através do estudo das instituições sociais e da análise cultural do passado era a maneira de se buscar o tempo, presente ou passado, no novo espaço que se configurava. Vimos que certos elementos utilizados

para determinar o presente foram recursos de Coulanges para identificar o passado, da mesma maneira, que na realidade, a identificação do passado era, pois, a própria possibilidade de apropriação dos modelos do passado e resignificados no presente,

A metáfora, pois se fazia e Coulanges demonstrava com seus argumentos a possibilidade da formação do território Francês pelo discurso da nação, pela formação do espaço e pela crítica historiográfica que permeou a sua obra.

CONCLUSÃO

Por fim chegamos ao momento das últimas considerações. Vimos ao longo deste texto as estratégias de um historiador francês na escolha, narrativa e configuração de sua obra.

A sua pesquisa decorre da sua própria formação. Historiador de formação, com teses sobre Políbio e Vesta, busca entender como os vínculos sociais possibilitaram a construção do discurso nacional.

Numa Denys Fustel de Coulanges entendia ser possível entender os modos de agregação social e vinculava seus estudos a problemas não trabalhados pela historiografia francesa contemporânea a ele. Fustel se interessava pelas questões ligadas ao próprio desenvolvimento do povo, como por exemplo, quando visa, na sua tese sobre Políbio – intitulada *Políbio ou a Grécia conquistada pelos romanos* -, entender porque o cidadão grego, devotado à pátria pode escolher Roma como nação sem ser considerado um traidor.

Seu interesse nunca fora com o passado pura e simplesmente. A organização do seu pensamento refletido nos seus livros e nos pronunciamentos das aulas inaugurais revelam um autor extremamente preocupado com a nação francesa e a história era o ofício que se apresentava para dar o mínimo de suporte para o presente.

Assim, Coulanges pensou a sua principal obra. *A Cidade Antiga* foi o resultado de todas as suas pesquisas ao longo de sua formação acrescentado de todas as suas experiências sociais e como tal, fruto de anos de reflexão e estudo.

Sua ousadia foi enorme: fazer um Estudo sobre o culto, o direito, e as instituições da Grécia e Roma, particularmente do período inicial da civilização em que as determinações sobre público, cidadania, nação estavam sendo definidas para a civilização Ocidental.

Coulanges fez isso segundo uma narrativa cheia de elementos culturais, exemplificando segundo os cultos específicos, as festas, as agregações os ritos. A partir disso insere em sua narrativa aspectos de formação metodológica da História que ainda estava em vias de definição.

Lançada em 1864, sua obra surge em meio ao período de maiores transformações urbanas e políticas da França. Alguns anos antes a França deixava

novamente de ser uma República para ser um Império e as associações aristocratas voltavam ao poder juntamente com a figura de Napoleão III sobrinho de Napoleão I.

Sua obra atravessou esse período e ainda tinha como título e foco de reflexão duas instituições que estavam em intensa mudança à época da dissertação do livro. Primeiro, as definições das fronteiras da França e o confuso território europeu após o Tratado de Paris exigia de um país a cooptação de indivíduos que defendessem a existência e a grandiosidade da nação.

Ao mesmo tempo, com o Segundo Império a cidade foi escolhida como melhor narrativa na monumentalização dos feitos do Estado e na materialização do mundo Moderno sob grande influência da Revolução Industrial e Francesa. A cidade, pois, passa a ser remodelada e sua re-fundação passava pela re-significação do espaço urbano e do cotidiano dos cidadãos.

Aí estavam dois problemas que Coulanges toca em sua obra. A nação dos Antigos e a formação da cidade. No meio destes estava a consolidação do estudo da História e a relação com o passado.

Não obstante, Coulanges sempre foi tratado como um clássico. Uma obra que reunia elementos daqueles que se interessavam em estudar a História de Grécia e de Roma, mas que no entanto apresentava uma abordagem específica levando em consideração os aspectos culturais dos povos antigos. Ele raramente foi tratado como uma fonte de informação das relações históricas do século XIX porque parece que quando a Historiografia do Novecentos compreendeu a relação do historiador com o seu presente e com o seu lugar pensava-se estar claro que a cidade Antiga teria influências do seu presente.

O que estava em jogo nesta pesquisa era entender esse espaço do historiador, as astúcias, as artimanhas de um enredo que se voltava para o passado, mas parecia tão preocupado com o presente.

Coulanges não tomou a cidade do século XIX como problema possível para entender a História da França. Pelo contrário, entendia as particularidades do novo e do Antigo, mas compreendia também a necessidade de militar por um passado que fosse importante para o presente e que não servisse apenas de margem para cópias re-significadas da sociedade francesa.

Sua militância mais do que pelo Estado a quem tinha uma clara associação, era pela História e pelo povo. Coulanges evidenciou como a tradição foi capaz de possibilitar o surgimento da própria cidade. Demonstrou como os Antigos tinham

relações muito próprias que no presente não mais eram adotadas, embora salientasse a necessidade de compreender a lógica do crescimento e derrota das sociedades antigas.

Vimos assim que a escolha de Coulanges por estruturas que evidenciassem, como mesmo diz, “a inteligência” dos povos, foi no sentido de mostrar que a agregação e a formação de sociedades advinham de elementos socialmente instituídos e acordados.

Esses elementos instituídos advinham das expressões do imaginário, basicamente, religioso, da sociedade antiga, da mesma forma que esse imaginário possibilitava o acréscimo de instituições cada vez maiores e com o caráter cada vez mais coletivo até chegar a cidade, expressão máxima do sentimento pátrio dos antigos.

Não à toa, foi justamente o imaginário sobre a cidade do século XIX que nos ofereceu possibilidades de pensar estruturas narrativas semelhantes às de Coulanges. Foi a literatura e alguns historiadores Românticos que se encarregaram de lutar pelas tradições, pela história, e de fornecer bases de tradução de todo o movimento moderno que se condensava com muita rapidez. Fora os literatos especialmente, que metaforizaram a cidade, especialmente Paris, e aliaram o seu entendimento às mais contrastantes formas possíveis, desde a mulher, até o monstro.

O imaginário social do Oitocentos era tão confuso e permissivo quanto o imaginário social dos Antigos rodeados de mitos e símbolos que explicavam e ratificavam a existência da tradição e do que dela provinha.

Coulanges, portanto, idealizou todas estas estruturas, todos esses olhares sobre a cidade, todo o drama do viver na Modernidade, toda a representação que estava imputada na refundação de Paris de seu tempo e encontrou um problema perfeito ao seu estudo.

Assim, foi-nos possível entender não somente a partir da nossa fonte, mas de toda a bibliografia que de Coulanges tratou e das suas séries de artigos e aulas inaugurais publicadas, de que maneira Coulanges, através da Cidade Antiga, visou construir o território francês através do estudo da nação, da cidade e da ratificação da história como campo possível de investigação e doutrinação dos cidadãos.

Além disso, entendemos que Coulanges ofereceu modelos morais que poderiam ser absorvidos e mesmo que re-significados usados para entender o papel da tradição e das associações sociais para o desenvolvimento da cidade e do

Estado como um todo. Fustel revelava pelo próprio estudo dos Antigos, elementos dos modernos e desta forma, mais do que uma forma de separação entre o passado e o presente, os antigos poderiam não ser modelos, mas reveladores de soluções de problemas que os modernos colocavam para si.

Este foi, pois, o sentido da história para Coulanges, revelar a necessidade do passado na vida dos homens, nas suas instituições, no seu cotidiano. A França após a Revolução ficou a mercê dos movimentos de um homem, de Napoleão, e Fustel julga a necessidade de estar envolvida com o Estado, com a nação que vai além de qualquer indivíduo.

Passamos a compreender que as metáforas do seu presente acabaram por transformar a sua própria obra metafórica que falava de um lugar e de um tempo com vistas para outro espaço e outra temporalidade.

Se entendermos que Coulanges ofereceu a religião como lugar de associação, que os seus modelos morais agiram sobre as mais específicas produções da Antiguidade, não podemos deixar de ressaltar o profundo incômodo de Coulanges quanto aos usos do passado especialmente da História grega e Romana.

Mais do que lutar pela necessidade de reflexão histórica, Coulanges lutou contra uma historiografia que insistia em uma história circular que retornava para ajudar ou punir os homens segundo eventos do passado. Coulanges lutou contra aqueles que entendiam que o presente era sempre uma re-elaboração do passado e ao usá-la de maneira descomprometida e política era perder o foco do próprio passado. A cidade veio confirmar que era necessário denunciar os usos revolucionários da Antiguidade, e ao mesmo tempo o conceito operacional que explica a formação, a afirmação e a dissolução da cidade pela revolução

A historiografia que usava a Antiguidade como propaganda política retirava da Antiguidade as suas particularidades. Daí porque Coulanges justificara com tamanha importância o papel das revoluções na sociedade Antiga. Ela possibilitara o desenvolvimento da cidade e as novas estruturas e instituições do mundo antigo que favoreceu, inclusive, a ascensão e a queda do mundo antigo. A revolução, ou melhor, a sua importância para a sua historiografia, gerou antigas concepções sobre o mundo moderno. O que Coulanges realizou foram novas e modernas concepções para o mundo antigo.

Desta maneira, portanto, a cidade antiga foi, essencialmente, a realização simultânea dos dois mundos, pois o que estava em jogo era a compreensão do espaço, pelo jogo político e historiográfico que ocorria no século XIX

Assim, o cerne do nosso problema estava demonstrado: como Coulanges constrói o espaço territorial francês a partir de três perspectivas: da nação, da história e da cidade e de que maneira Coulanges compreendeu a Cidade Antiga como modelo moral para a formação da nação francesa. A partir desta perspectiva de construção e institucionalização do Estado entendemos que a resposta estava na sua narrativa que apontava para os elementos que permitiram a formação de gregos, romanos e hindus, evidenciando os fatores de associação, mas também, o declínio destes povos.

Essa idéia acompanhava a necessidade que Coulanges pôs de distanciar passado e presente. Sustentamos então que presente e passado se afastavam em Coulanges enquanto análise histórica, mas se ligavam através do imaginário social e dos fatores culturais da sociedade, porque foi justamente a defesa da maneira como os antigos pensavam que possibilitou a Modernidade dotar-se de parâmetros completamente diferentes daqueles do passado, embora viessem deste mesmo passado, modelos e formas possíveis ao presente.

Pátria, exílio, cidadão, estrangeiro, governantes (rei), o regime municipal, foram, de certa forma, as organizações previstas no século XIX na França. O discurso da Pátria dizia muito sobre como ser um cidadão, as relações com o espaço, com o estrangeiro. O reconhecimento de um rei democrático, tal como fora na Antiguidade, através da religião, e a eleição de Napoleão um imperador eleito por sufrágio universal no século XIX deixava bem claro as diferenças destes dois momentos, mas, ao mesmo tempo indica como os acontecimentos do agora têm recorrências no passado e quais as conseqüências de um ato assim.

Portanto, a construção do território romano e grego no mundo Antigo, permitiu segundo nossa análise, a formação da cidade francesa no século XIX. A clivagem entre os tempos somente contribuiu na obra de Coulanges para criticar as produções em torno do seu objeto e a possibilidade de um estudo peculiar das sociedades que levava em consideração as produções culturais das sociedades antigas.

Concluimos que Coulanges construiu um território ideológico e moral para a sociedade francesa, ao mesmo tempo em que criou um espaço possível de reflexão

dos Antigos. Sua pesquisa apontou para a necessidade de entendermos a tradição como parte do nosso presente e não somente do passado e as instituições sociais como parte de nós mesmos. Para ele, o imaginário, as festas e as instituições públicas existiam para confirmar essa intensa ligação que há entre os sujeitos, o seu espaço e a sua história.

“A Cidade Antiga” veio complementar a “Cidade Moderna” demonstrando a necessidade da História para os homens. Coulanges veio mostrar as amplas possibilidades de uma narrativa histórica incluindo em toda a sua trama parte das perspectivas modernas sobre o estudo do passado. A cidade Antiga fornecia um entendimento das possibilidades da cidade moderna e muito mais, oferecia o entendimento das possibilidades da História para as instituições do presente. Numa Denys Fustel de Coulanges mostrou sua importância, sobretudo no fazer histórico e na maneira como alertou para uma história sensível ao sujeito e suas realizações. Para ele era o homem o produtor da nação, da cidade e da História e ao homem deveria convergir todo entendimento.

Sua metáfora continua e seu método ainda possibilita entender o papel da história para com o homem e desta para com o seu passado, porque afinal, a festa da urbe feita na Antiguidade possibilitou o nascimento da cidade moderna.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice: **Histoire vagabonde**: ethnologie et politique dans la France contemporaine. Paris: Gallimard, 1988. v.1.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the Origin and Spread of Nationalism. rev. ed. London; New York: Verso, 1991.

BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BALDO, Luiza Maria Lentz. A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. **Boitatá Revista do Gt de Literatura Oral e Popular da Anpoll**, Londrina: UEL, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUDELAIRE, Charles. **A modernidade de Baudelaire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maraia L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebelo. **Enredos de Clio**: Pensar e escrever a história com Paul Veyne. São Paulo: UNESP, 2001.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. São Paulo: EDUSC, 2003.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 169-217.

_____. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p. 13-28.

CHRISTIANSEN, Rupert. **Paris Babilônia**: a capital francesa nos tempos da Comuna. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COULANGES, Fustel. **La cité antique**. Paris: Librairie Hachette, 1900.

COULANGES, Numa Denys Fustel de. Histoire des institutions politiques de l'ancienne France. In: EHRARD, J.; PALMADE, G. P. **L'Histoire**. 2. ed. Paris: A. Colin, 1965.

_____. **A cidade antiga**. Tradução de Fernando de Aguiar. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **A História**. São Paulo: Edusc, 2003.

FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, J. **O romantismo**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993. p. 48.

FERNÁNDEZ, M. Alvarez; GONZÁLEZ. I. Rivero. **Cronología histórica universal por países**: de la prehistoria a 1714. Madrid: Ediciones globo, 1994. v 1.

FERNÁNDEZ, M. Alvarez; GONZÁLEZ. I. Rivero. **Cronología histórica universal por países**: de La Ilustración a nuestros días. Madrid: Ediciones globo, 1995. v 2.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. São Paulo: EDUSC, 1998.

FORTESCUE, William. **Revolução e contra-revolução na França: 1815 – 1852**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FURET, François. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1990.

GALLO, Max. **Victor Hugo: este um sou eu! (1844 – 1885)**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. v 2.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974. p. 103 – 106.

GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad editora do Brasil, 2005.

GELLNER, Ernest. Nacionalismo e democracia. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GENGEMBRE, Gerard. **Balzac, le napoleon des lettres**. Paris: Gallimard, 1992.

GIEDION, Sigmund. **Espaço, tempo e arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa 1789 - 1848. 16. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

_____. **A Era do Capital 1848 – 1875**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JAPIASSU, Hilton. O conhecimento objetivo. In: JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1981.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Suzana Borges e Bernardo Leit. Campinas: UNICAMP, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Musa Editora, 1998.

MICHELET, Jules. **O povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986b.

NORA, Pierre. **Novos problemas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1977.

PAULI, Evaldo. Filosofia empirista. In: _____. **Micro história da filosofia**. Florianópolis: Fundação Cultural Simpozio, 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/novo/Filos_Moderna.htm#Cap.%2015>. Acesso em: 30 jul. 2008.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da história**: a realização da utopia nacional Oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

POPPER, K. **A miséria do historicismo**. São Paulo: Editora Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1980a.

REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX**: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 164.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papirus, 1997. Tomo II.

_____. **A metáfora viva**. Tradução de Dion Davi Macedo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (Leituras Filosóficas).

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Edson Rosa da. Babel Sombria por onde passa o saber. **Revista ALEA**, v. 9, n. 2, 2007.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THOMPSON, James. **History of historical writing**. 15. ed. [S.l]: [S.n.], 1942. p. 359-381.

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Niterói: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1994.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.